

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES INTELIGENTES E
SUSTENTÁVEIS - PPGCIS**

RENATA FERRAZ DE SOUZA

PARA ALÉM DO CEU: OS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS DE SÃO PAULO COMO POLOS CATALIZADORES DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

**São Paulo
2025**

RENATA FERRAZ DE SOUZA

PARA ALÉM DO CEU: OS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS DE SÃO PAULO COMO POLOS CATALIZADORES DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

BEYOND THE SKY: THE UNIFIED EDUCATIONAL CENTERS OF SÃO PAULO AS CATALYSTS FOR URBAN TRANSFORMATION

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito obrigatório para obtenção do grau de **Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis**.

PROF. DR. DANIEL TODTMANN MONTANDON

**São Paulo
2025**

Souza, Renata Ferraz de.

Para além do CEU: os Centros Educacionais Unificados de São Paulo como polos catalizadores de transformação urbana. / Renata Ferraz de Souza. 2025.

151 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2025.

Orientador (a): Prof. Dr. Daniel Todtmann Montandon.

1. Territórios educativos. 2. Requalificação urbana. 3. Equipamentos urbanos.

I. Montandon, Daniel Todtmann.

II. Título.

CDU 711.4

PARA ALÉM DO CEU: OS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS DE SÃO PAULO COMO POLOS CATALIZADORES DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

Por

Renata Ferraz de Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, sendo a banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Daniel Todtmann Montandon

Profª. Drª. Tereza Beatriz Ribeiro Herling (membro externo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Daniel Todtmann Montandon (orientador) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Profª. Drª. Cintia Elisa de Castro Marino (membro interno) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo, 27 de março de 2025.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Guilherme que, mesmo sem saber ao nascer em nossos corações foi força motriz para prosseguir no caminho de cidades inclusivas e sustentáveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família cuja base sólida sempre norteou pela busca do melhor. Seu apoio e encorajamento sempre assertivos são força e motivação para seguir adiante sempre.

Ao meu orientador Professor Daniel Todtmann Montandon, pela excelente didática no compartilhamento de seu conhecimento e experiência, aliada à prontidão na disponibilidade dos atendimentos. Contribuição extremamente eficaz para o direcionamento da pesquisa e desenvolvimento acadêmico desta autora.

À Universidade de Medellín e a fantástica equipe de mestres e gestores, cuja excelência e dedicação aliadas a infraestrutura sustentável e inclusiva, ultrapassa fronteiras e culturas. Seu acolhimento e suporte acadêmico permitiram rica experiência internacional.

À equipe de gestores das unidades de CEU, em principalmente da unidade Novo Mundo, pelo auxílio ético, dedicado e transparente durante as interações no momento das visitas de campo. Seu apoio foi peça chave para entendimento das especificidades da comunidade atendida por este importante equipamento público.

Aos membros da prefeitura municipal de São Paulo que se dispuseram em compartilhar experiências e conhecimentos por meio de interações, fundamentais para o enriquecimento desta pesquisa.

Aos mestres e gestores da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, em especial à equipe acadêmica do Programa Cidades Inteligentes e Sustentáveis, exemplos de pessoas que transcendem suas funções educacionais rumo ao caminho da pesquisa para cidades mais equitativas, sustentáveis e inclusivas.

À banca examinadora, minha mais profunda gratidão, pela cuidadosa leitura e análise deste trabalho. Sua contribuição especialmente assertiva, intelectual e acadêmica agregou valor precioso à pesquisa aqui apresentada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender a trajetória de implantação e integração dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) com o seu entorno urbano como agente acelerador de requalificação urbana e social. Por meio da análise e espacialização de dados atualizados, busca-se compreender as especificidades de cada região ou território imediato desses equipamentos públicos, contribuindo com estudos que visam a incorporação de questões-chave de propostas de requalificação nos estudos das cidades. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa utilizará métodos de visita de campo, coleta e análise de documentos e dados geoespaciais, além de revisão bibliográfica centrada no papel dos CEUs de 3^a geração (período compreendido entre os anos de 2013 até o ano de 2024) na promoção da transformação urbana. Espera-se que os resultados deste estudo forneçam novos apontamentos e caminhos para políticas públicas e práticas urbanas que visam a integração dos CEUs com seus entornos, contribuindo para cidades mais inteligentes, sustentáveis e inclusivas. Os resultados esperados da pesquisa têm o potencial de influenciar positivamente as políticas públicas, fornecendo diretrizes para a integração efetiva dos CEUs no planejamento urbano. A expectativa é que as descobertas possam ser aplicadas para melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas, garantindo que os benefícios da requalificação urbana sejam compartilhados amplamente e contribuam para a construção de cidades mais resilientes e adaptáveis às necessidades futuras.

Palavras-chave: *Territórios Educativos. Requalificação Urbana. Equipamentos Urbanos.*

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the trajectory of implementation and integration of Unified Educational Centers (CEUs) with their urban surroundings as an accelerating agent of urban and social requalification. Through the analysis and spatialization of updated data, the study aims to comprehend the specificities of each region or immediate territory of these public facilities, contributing to research that seeks to incorporate key issues of requalification proposals into city studies. To achieve these objectives, the research will employ methods such as field visits, document and geospatial data collection and analysis, as well as a literature review focused on the role of 3rd-generation CEUs (from 2013 to 2024) in promoting urban transformation. The expected results of this study aim to provide new insights and pathways for public policies and urban practices that seek to integrate CEUs with their surroundings, contributing to smarter, more sustainable, and inclusive cities. The anticipated findings of the research have the potential to positively influence public policies by providing guidelines for the effective integration of CEUs into urban planning. The expectation is that the discoveries can be applied to improve the quality of life in urban areas, ensuring that the benefits of urban requalification are broadly shared and contribute to the construction of more resilient and adaptable cities for future needs.

Key-words: Educational Territories. Urban Requalification. Urban Equipment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1-Localização Brady School - Sistema Platoon	22
Figura 2 - Fachada Brady School – Sistema Platoon	23
Figura 3 - Planta Baixa e 1º Pavimento Platoon School de 25 salas – Sistema Platoon.....	23
Figura 4 – Estrutura inicial Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque - Salvador.....	24
Figura 5 - Foto aérea atual - Centro Educacional Carneiro Ribeiro - CECR	25
Figura 6 - Figura 4 – Estrutura inicial Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque - Salvador	25
Figura 7 - Esquema das áreas não residenciais em Brasília – incluindo as Escolas-Parque	26
Figura 8 - Proposta Localização das Escolas-Parque em Brasília - 1974	27
Figura 9 - Vizinhança Imediata – SQL 307/308 Sul Escola-Parque e Jardim Infantil I	28
Figura 10-CECR -1: Entorno (Década de 1950) - 2 e 3: Imagens atuais ruas do entorno.....	28
Figura 11- Escola Parque 308 Sul	29
Figura 12 - Esboço Estrutura CIEP de Oscar Niemeyer	30
Figura 13: Estrutura CIEP de Oscar Niemeyer com módulo residencial	32
Figura 14: Plantas Modelo CIEPs	33
Figura 15: Estrutura CIEP – Avenida dos Desfiles de Oscar Niemeyer.....	34
Figura 16: Estrutura CIEP – Avenida dos Desfiles de Oscar Niemeyer.....	35
Figura 17 - Mapa 01 – Localização dos CIEPs	36
Figura 18: CIEP nº 1: Tancredo Neves - 1 e 2: Imagens atuais ruas do entorno	36
Figura 19: – CIEP nº 1: Tancredo Neves - 1 e 2: Imagens atuais ruas do entorno	37
Figura 20: Mapa 03 – Localização das Unidades de Compaz - Base Aglomerados Recife	38
Figura 21: Compaz Ariano Suassuna	39
Figura 22: Compaz Governador Eduardo Campos	41
Figura 23: Área mediata do Compaz Governador Eduardo Campos	42
Figura 24: Área mediata do Compaz Governador Eduardo Campos	43
Figura 25: Área mediata Compaz Escritor Ariano Suassuna	43
Figura 26: Área mediata do Compaz Governador Eduardo Campos	44
Figura 27:Interior Compaz Governador Eduardo Campos	45
Figura 28: Mapa 04 – Localização Medellín – Antioquia.....	47
Figura 29: Mapa 05 – Localização Bibliotecas de Medellín.....	48
Figura 30: Foto aérea Biblioteca Parque Espanha	49
Figura 31:Comuna 1- Depois Implantação PUI	49
Figura 32: 106 – Antes e Depois Implantação PUI	50
Figura 33: Parque Biblioteca La Ladera	51
Figura 34: Acesso principal Parque Biblioteca La Ladera	52
Figura 35:Estrutura de serviços ofertados no Parque Biblioteca La Ladera	52
Figura 36: Unidade de Vida Articulada (UVA)	53
Figura 37:Demais serviços ofertados no Parque Biblioteca La Ladera	53
Figura 38: Demais serviços ofertados no Parque Biblioteca La Ladera	53
Figura 39: Mapa das 21 primeiras unidades de CEU.....	60
Figura 40:Localização CEU Jambeiro	61
Figura 41:Localização CEU Jambeiro e entorno	62
Figura 42:CEU Jambeiro – foto aérea.....	62
Figura 43:CEU Jambeiro (Auditório).....	62
Figura 44:Mosaico 1 – CEU Jambeiro.....	63
Figura 45: Localização CEU Rosa da China	64
Figura 46: Localização CEU Rosa da China e Bairros Adjacentes	65
Figura 47: CEU Rosa da China – Acesso Principal.....	65

Figura 48: Mosaico 2 – CEU Rosa da China	66
Figura 49: Localização CEU Perus e entorno	67
Figura 50: Localização CEU Perus e Bairros Adjacentes.....	68
Figura 51: CEU Perus – pátio interno	68
Figura 52: Mosaico 3 – CEU Perus.....	69
Figura 53: Localização CEU Casa Blanca e entorno	70
Figura 54: Localização CEU Blanca e Bairros Adjacentes	71
Figura 55: CEU Casa Blanca – pátio interno	71
Figura 56: Mosaico 4 – CEU Casa Blanca.....	72
Figura 57: CEU Jaçanã – pátio interno.....	75
Figura 58: Localização CEU Jaçanã	76
Figura 59: Localização CEU Jaçanã e Bairros Adjacentes	77
Figura 60: CEU Caminhos do Mar.....	78
Figura 61: CEU Caminhos do Mar.....	78
Figura 62: CEU Caminhos do Mar – acesso principal	79
Figura 63: CEU Caminhos do Mar – ruas do entorno.....	79
Figura 64: Localização CEU Água Azul.....	80
Figura 65: CEU Água Azul e Bairros Adjacentes	81
Figura 66: CEU Água Azul – ruas do entorno	81
Figura 67: CEU Água Azul – ruas do entorno	82
Figura 68: CEU Água Azul – pátio interno	82
Figura 69: Mapa macrozonas da urbanização São Paulo.....	85
Figura 70: Ficha de Identidade: Meta 16 – Plano de Metas 2013-2016-SP	89
Figura 71: Cruzamento dos três critérios: IPVS+Rede de mobilidade+Demanda por equipamentos ..	90
Figura 72: CEU Pinheirinho d’água – bairros adjacentes	93
Figura 73: CEU Pinheirinho d’água e equipamentos Públicos próximos	93
Figura 74: CEU Pinheirinho d’água – Vista aérea – Córregos Arujá e Vargem Grande.....	94
Figura 75: CEU Pinheirinho d’água – projeto	94
Figura 76: CEU Pinheirinho d’água – foto atual	95
Figura 77: Mosaico 5 - CEU Pinheirinho d’água – Proposta de projeto e implantação atual	96
Figura 78: CEU Taipas – acesso principal	97
Figura 79: CEU Taipas – passeio público	98
Figura 80: CEU Taipas - Equipamentos Públicos - entorno	98
Figura 81: CEU Taipas – bairros adjacentes	99
Figura 82: Mosaico 6 - CEU Taipas – Proposta de projeto e implantação atual	100
Figura 83: CEU Freguesia do Ó	101
Figura 84: CEU Freguesia do Ó – Equipamentos Públicos - entorno.....	102
Figura 85: CEU Freguesia do Ó – bairros adjacentes.....	102
Figura 86: Mosaico 7 - CEU Freguesia do Ó – Proposta de projeto e implantação atual	103
Figura 87: CEU Campo Limpo	104
Figura 88: CEU Campo Limpo – bairros adjacentes	105
Figura 89: CEU Campo Limpo – acesso e entorno	105
Figura 90: Mosaico 8 - CEU Campo Limpo – Proposta de projeto e implantação atual	106
Figura 91: CEU Tremembé	107
Figura 92: CEU Tremembé – Localização e equipamentos públicos	108
Figura 93: CEU Tremembé – bairros adjacentes	108
Figura 94: Mosaico 9 - CEU Tremembé – Proposta de projeto e implantação atual.....	109
Figura 95: CEU Novo Mundo– foto atual	111
Figura 96: CEU Novo Mundo– imagem ampliada do projeto	111
Figura 97: CEU Novo Mundo – equipamentos públicos - entorno	112
Figura 98: CEU Novo Mundo – bairros adjacentes	112
Figura 99: Mosaico 10 - CEU Novo Mundo – Proposta de projeto e implantação atual	113

Figura 101: CEU Carrão– equipamentos públicos - entorno.....	116
Figura 102: CEU Carrão– bairros adjacentes.....	116
Figura 103: Mosaico 11 - CEU Carrão – Proposta de projeto e implantação atual.....	115
Figura 104: CEU Vila Alpina	118
Figura 105: CEU Vila Alpina – imagem projeto	119
Figura 106: CEU Vila Alpina – equipamentos públicos - entorno	119
Figura 107: CEU Vila Alpina – bairros adjacentes.....	119
Figura 108: Mosaico 12 - CEU Vila Alpina– Proposta de projeto e implantação atual	120
Figura 109: CEU Parque do Carmo – pátio interno atual.....	121
Figura 110: CEU Parque do Carmo – projeto	122
Figura 111: CEU Parque do Carmo – equipamentos públicos e entorno.....	122
Figura 112: CEU Parque do Carmo – pátio bairros adjacentes	122
Figura 113: Mosaico 13 - CEU Parque do Carmo– Proposta de projeto e implantação atual	123
Figura 114: CEU São Miguel	124
Figura 115: CEU São Miguel - projeto	125
Figura 116: CEU São Miguel – equipamentos públicos do entorno	125
Figura 117: CEU São Miguel – bairros ajdacentes.....	125
Figura 118: Mosaico 14 - CEU São Miguel– Proposta de projeto e implantação atual	126
Figura 119: CEU São Pedro.....	127
Figura 120: CEU São Pedro - projeto	128
Figura 121: CEU São Pedro – equipamentos públicos - entorno	128
Figura 122: CEU São Pedro – bairros adjacentes	128
Figura 123: Mosaico 15 - CEU São Pedro– Proposta de projeto e implantação atual	126
Figura 124: CEU São Tiradentes – Barro Branco- foto atual	130
Figura 125: CEU São Tiradentes – Barro Branco - projeto	131
Figura 126: CEU São Tiradentes – Barro Branco – equipamentos públicos do entorno.....	131
Figura 127: CEU São Tiradentes – Barro Branco – bairros adjacentes.....	131
Figura 128: Mosaico 16 - CEU Barro Branco– Proposta de projeto e implantação atual	126
Figura 129: Proposta para futuras instalações do CEU Água Branca	133
Figura 130: Escala de ação dos Planos Regionais das Subprefeituras de São Paulo.....	138
Figura 131: Mapa da Divisão dos Planos Regionais das Subprefeituras de São Paulo	139
Figura 132: Perímetro de ação do Plano Regional Subprefeitura da Mooca abrangendo CEU Carrão	139

TABELAS

Tabela 1: Síntese análise do entorno dos estudos de caso.....	56
Tabela 2:Número de unidades de CEUs construídos primeira e segunda fase	74
Tabela 3: Unidades de CEUs propostos para 3 ^a fase	91

GRÁFICOS

Gráfico 1: índices de mortes por causas externas no ano 2017.....	40
---	----

Sumário

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO – I A TRAJETÓRIA DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS: DA PRAÇA DE EQUIPAMENTOS À PREMISSA DE TRANSFORMAÇÃO URBANA	20
1.1 EXPERIÊNCIAS NACIONAIS	22
1.1.1 – A ESCOLA PARQUE CARNEIRO RIBEIRO	22
1.1.2 CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA – CIEPs.....	30
1.1.3 CENTROS COMUNITÁRIOS DA PAZ (COMPAS)	38
1.1.3.1 <i>Compaz Eduardo Campos</i>	42
1.1.3.2 <i>Compaz Ariano Suassuna</i>	45
1.2 EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL LATINO-AMERICANA.....	46
1.2.1 PROJETO PARQUE BIBLIOTECA ESPANHA.....	49
1.2.2 PARQUE BIBLIOTECA LA LADERA.....	51
1.3 SÍNTESE DA CONCEPÇÃO E TRAJETÓRIA DOS CEUS EM SÃO PAULO	56
CAPÍTULO – II PRIMEIRA E SEGUNDA GERAÇÃO DE CEUS – CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE TERRITORIAL	59
2.1- A PRIMEIRA GERAÇÃO DOS CEUs EM SÃO PAULO.....	60
2.1.1- CEU JAMBEIRO – JOSÉ GUILHERME GIANETTI	61
2.2- VALORES INVESTIDOS	74
2.3- A SEGUNDA GERAÇÃO DOS CEUs EM SÃO PAULO.....	75
2.3.1- CEU JAÇANÃ	76
2.3.2- CEU CAMINHO DO MAR	78
2.3.3- CEU ÁGUA AZUL	81
2.4- SÍNTESE DA PRIMEIRA E SEGUNDA GERAÇÃO DOS CEUs	83
CAPÍTULO – III 3ª GERAÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS: A ORIGEM DOS TERRITÓRIOS CEUS.....	85
3.1 A ORIGEM DO TERRITÓRIO CEU	85
3.1.1- CEU PINHEIRINHO D’ÁGUA – LUIZ GAMA	93
3.1.2- CEU TAIPAS – PROFESSORA MARIA BEATRIZ NASCIMENTO.....	98
3.1.3- CEU FREGUESIA DO Ó	102
3.1.4- CEU CAMPO LIMPO – CARDEAL DOM AGNELO ROSSI	105
3.1.5- CEU TREMEMBÉ – MARIA FIRMINA DOS REIS	108
3.1.6- CEU NOVO MUNDO – LEÔNIDAS DA SILVA	111
3.1.7- CEU CARRÃO – CAROLINA MARIA DE JESUS	115
3.1.8 - CEU VILA ALPINA – PROFESSORA VIRGÍNIA LEONE BICUDO.....	118
3.1.9- CEU PARQUE DO CARMO – JOÃO CÂNDIDO (ALMIRANTE NEGRO)	121
3.1.10- CEU SÃO MIGUEL – LUIZ MELODIA.....	124
3.1.11- CEU SÃO PEDRO – JOSÉ BONIFÁCIO – FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO (DRAGÃO DO MAR)	127
3.1.12 – CEU TIRADENTES – BARRO BRANCO – ENEDINA ALVES MARQUES.....	130
3.1.13 – UNIDADES DE CEU EM FASE DE PROJETO.	133
CAPÍTULO – IV ALÉM DO CEU – POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA AS NOVAS UNIDADES	136
4.1 – <i>Planos Regionais das Subprefeituras</i>	137
4.2 – <i>Projeto de Intervenção Urbana - PIU</i>	141
4.3	144
<i>Observações sobre as unidades estudadas</i>	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

A relação entre a implantação no contexto de equipamentos públicos e a requalificação urbana tem sido amplamente discutida no planejamento das cidades contemporâneas. A Lei Federal 6.766 de dezembro de 1979 já definia como comunitárias as instalações de educação, cultura, saúde, lazer e similares, as quais devem ser garantidas pelo poder público para proporcionar a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida da população. Essas diretrizes são fundamentais para o desenvolvimento urbano e social, como disposto também pela Lei Federal nº 10257 de 2001, o Estatuto da Cidade, que regulamenta a política urbana e busca garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, assegurando o equilíbrio entre os interesses coletivos e o meio ambiente, e reforçado na Carta das Cidades Educadoras, 2016.

A importância dos equipamentos públicos vai além da oferta de serviços básicos, exercendo um papel importante na coesão social e na sustentabilidade urbana. Em muitos casos também podem ser observados como catalisadores de transformação, promovendo interações sociais e culturais que reforçam a vida comunitária e a identidade urbana. No caso dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), com criação coordenada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de São Paulo em 2003, desenvolvidos no departamento de Obras e Edificações (EDIF), conforme Mascarenhas (2005), essa visão se torna ainda mais evidente. Os CEUs integram múltiplas funções como educação, cultura, esporte, lazer e assistência social, num só espaço, buscando, desde então, atender dessa forma a lacuna histórica da carência desses equipamentos nas áreas de maior vulnerabilidade social.

A implantação dos CEUs na cidade de São Paulo, se deu em três fases distintas, que configuraram três gerações importantes na trajetória de implantação deste equipamento público. Segundo Souza (2010) essa proposta já observava outras experiências em diversos projetos nacionais com enfoques administrativos e gestões diferentes, mas que ao final contemplavam um único objetivo voltado para ações pedagógicas em áreas vulneráveis.

A primeira geração de CEUs, conforme Mascarenhas (2005), configura-se inicialmente como importante equipamento, capaz de suprir a demanda escolar da ocasião, a valorização regional e a geração de empregos. Segundo a Secretaria Municipal de Educação (2006), o programa como um todo, foi elaborado a fim de contribuir para além de atividades de ensino, programas diversos de serviços e atividades, culturais, esportivas e de lazer. Compreende o período entre os anos de 2001 até 2004, sendo que o maior volume de

implantação de unidades aconteceu no ano de 2003 (Souza, 2010).

A segunda geração de CEUs, buscou ampliar os serviços ofertados na primeira fase, porém, conforme Souza (2010) com um intervalo de dois anos para a retomada da inauguração de novos equipamentos. Este intervalo, compreendido entre os anos de 2005 até 2012, foi marcado principalmente pela transição entre gestões administrativas com políticas de diferentes focos de ações. É válido ressaltar que mesmo com a distância de implantações entre gerações, as unidades da segunda fase também foram idealizadas para atender áreas urbanas com alto índice de vulnerabilidade social e que ainda careciam desse conjunto de serviços oferecidos pelas unidades de CEU (Souza, 2010).

A terceira geração de CEUs, iniciada no intervalo de tempo entre os anos de 2013 até 2016, apresenta uma abordagem distinta em relação às anteriores, destacando-se como uma iniciativa promissora para integrar diferentes áreas públicas municipais. A nova proposta visava promover uma conexão eficiente com equipamentos urbanos no entorno das novas unidades de CEUs, articulando uma diversidade de usos urbanos e priorizando a escala do pedestre como foco principal desta nova configuração de planejamento (SMDU, 2016).

Atualmente, observa-se estudos de diversos autores, como Cárdenas (2006), Echeverri (2017), Xavier (2017), que demonstram que a presença de equipamentos culturais e educacionais em áreas vulneráveis contribuem significativamente para a revitalização urbana, funcionando como pontos focais para o desenvolvimento local. Algumas iniciativas internacionais, como os Parques Biblioteca de Medellín, Colômbia, são exemplos notáveis dessa estratégia. Conforme Echeverri (2017), a requalificação de áreas periféricas em Medellín foi catalisada pela criação de espaços culturais e educacionais que não apenas ofereciam serviços essenciais, mas também transformaram o entorno urbano ao conectar comunidades com novas oportunidades e perspectivas. Para Xavier (2017) podem por exemplo promover inclusão social e desenvolvimento urbano. O Parque Biblioteca Espanha, localizado na comuna Santo Domingo Savio, exemplifica esta integração entre um Equipamento Público e a paisagem urbana, unificando cidade, arquitetura, cultura e educação.

No Brasil, cabe ao estado implementar equipamentos públicos como ferramentas de cumprimento das políticas públicas, a fim de garantir segurança e bem-estar social. As recentes pesquisas e observações sobre a forte relação dos equipamentos públicos e sua implantação no território urbano, apontam para importante contribuição para o desenvolvimento das comunidades e cidades como um todo, com questões que extrapolam os limites físicos desses espaços, assim como também estabelece a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, onde o Estatuto

da Cidade, regulamenta a política urbana no tocante à essas premissas. As novas conexões nesse contexto permeiam a sustentabilidade das relações sociais, bem como o fortalecimento da vida urbana, entrelaçando saberes, costumes e desenvolvimento das habilidades multifacetadas.

Outra experiência exitosa, são os Centros Comunitários da Paz (Compaz) de Recife, Brasil, os quais, conforme dados da Prefeitura de Recife, foram criados, baseando-se na experiência dos Parques Bibliotecas Colombianos, com atenção principal voltada para prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento das comunidades. Neste caso são iniciativas municipais que oferecem uma variedade de serviços e atividades com o objetivo de promover a cidadania e a cultura de paz em áreas vulneráveis da cidade. Esses centros são conhecidos como "fábricas de cidadania" e integram diversas políticas públicas de segurança, educação, cultura e esporte para a comunidade. Os Compaz oferecem ampla diversidade de serviços, como: assistência social e mediação de conflitos, educação e capacitação, esportes e lazer, cultura e artes, tecnologia e inovação. As unidades do Compaz estão localizadas em diversos bairros de Recife, como Alto Santa Terezinha, Cordeiro, Madalena, Ilha Joana Bezerra e Ibura, cada uma oferecendo um conjunto específico de serviços e atividades que respondem às necessidades locais

No contexto histórico diversos autores observam as questões relativas ao edifício escolar como resposta às produções de determinada época ou atendimento à determinadas demandas, programas e políticas educacionais específicos.

Para o caso dos CEUs, com base no levantamento realizado acerca do déficit de equipamentos urbanos de cultura e lazer, a implantação inicial do projeto visava a criação de espaços públicos para atendimento dessa demanda. Os CEUs ofereciam num primeiro momento diversos serviços voltados para a sociedade, assistência social, atendimento odontológico e médico, psicológico e jurídico, programas diversos de formação profissional para crianças, jovens, adultos e idosos. Desta forma, em sua fase inicial as unidades CEUs no Município de São Paulo e as edificações que os compunham contavam ainda com quadras poliesportivas, piscinas, bibliotecas, salas de aula e espaços para eventos culturais e oficinas.

Mascarehas (2006), aponta para a importância da intenção educadora também na implantação urbana dos espaços CEU e apresenta as entrevistas de especialistas que fizeram parte do projeto da primeira etapa de implantação, já Souza (2010), realiza importante observação sobre a lacuna a ser preenchida na transição entre gestões, afetando diretamente a continuidade de projetos extremamente valiosos.

No intervalo de tempo entre os anos de 2003 até 2012, houve bastante oscilação na construção das novas unidades o que poderia caracterizar falta de planejamento e articulações distintas entre diferentes gestões, resultando em alguns períodos de estagnação e dificuldades na concretização dos projetos, embora seja válido observar de que essas questões sempre caminharam de forma paralela à trajetória dos CEUs, conforme também apontado por Gadotti (2005) e Souza (2010).

Com base neste contexto, conforme aponta a SMDU (2016), observando diversas premissas como Plano Diretor Estratégico (PDE), Lei de Parcelamento e Uso do Solo (LPUOS) e ainda os Planos Regionais das Subprefeituras, surge a necessidade de um olhar mais criterioso acerca desses equipamentos. Na ocasião, em decorrência da demarcação de territórios considerados, pontos chave para transformação urbana, foram elencados junto aos principais rios da Cidade de São Paulo, bem como os principais eixos de mobilidade urbana, territórios estratégicos, como forma de garantir as transformações apontadas no plano diretor, caracterizando dessa forma, uma preocupação constante com o espaço público. Nesse contexto a proposta de implantação de novas unidades de CEUs se apresenta em áreas públicas municipais com intenção na conexão às redes de equipamentos e espaços públicos no entorno desses locais de forma a contemplar e articular a escala do pedestre que se utiliza dessas redes de equipamentos.

O novo programa apresentava mais 22 (vinte e duas) então um total de 65 (sessenta e cinco) unidades da rede CEU, considerando as unidades existentes da primeira implantação e os novos projetos. Dessa forma a revisão contemplou também os seguintes equipamentos existentes: saúde, assistência social, educação, esportes e cultura.

Os principais critérios para definição das áreas a serem contempladas pelo projeto, tiveram base na análise do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social apontado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) em 2010 e população nos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Observou ainda a proximidade dos locais aos eixos de mobilidade para melhora no alcance territorial das futuras unidades CEU.

Independente do futuro das novas gerações de CEU, bem como os novos rumos adotados pelas posteriores gestões municipais, esses importantes elementos de transformação Urbana, em que se tornaram as unidades de CEU, demonstram ainda uma carência de averiguações que evidenciem o êxito deste instrumento como elemento chave na transformação e consequentemente desenvolvimento urbano, ou ainda de pesquisas que apontem lacunas

abertas na implantação e gestão desses equipamentos, para além da matriz de origem e intervenção adotada.

Desta forma o presente trabalho se fixa no contexto de uma análise declarativa, buscando-se investigar estratégias alternativas para o progresso das novas unidades de CEU, bem como enriquecimento do potencial de transformação urbana, também para as unidades já existentes. Para isso, a atual pesquisa se estrutura na análise da trajetória do programa dos CEUs em São Paulo, à luz de projetos com temática similar desenvolvidos âmbito nacional e internacional como em Recife e Medellín, na Colômbia. A escolha se deu pela abordagem referente à implantação de políticas com vistas à valorização dos equipamentos urbanos, em áreas vulneráveis e espaços públicos com instalações educacionais, culturais e de lazer compatibilizadas também com as áreas do entorno dessas edificações.

Assim, a presente pesquisa busca compreender as especificidades dos territórios onde estão inseridas as principais unidades de CEUs identificando padrões, exitosos e possíveis falhas a fim de aprimorar os estudos acerca dessa temática, contribuindo também para o preenchimento das lacunas nas transições entre gestões, que vão para além das principais premissas para este equipamento.

Busca ainda, investigar, ao longo da trajetória de implementação das unidades de CEU, com ênfase nas unidades da 3^a geração, o que foi originalmente planejado, o que efetivamente foi executado e se as implantações realizadas impactaram significativamente ao entorno urbano.

A metodologia abordada para a elaboração do presente trabalho consiste em natureza quantitativa na primeira etapa, que diz respeito ao levantamento dos dados preliminares e qualitativa na segunda etapa, com enfoque exploratório, observando sempre como base na análise documental e banco de dados das Prefeituras Municipais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Buscou-se ainda estudar o referencial teórico existente identificando experiências exitosas na relação entre equipamento público e o meio urbano.

Tais abordagens foram utilizadas ainda para coletar dados antes e após a implantação das unidades de CEUs pesquisadas. Observou-se também comparação temporal e espacial em diferentes intervalos de tempos e escalas de entorno devido ao período de implantação de cada unidade bem como do espaço físico ocupado por cada uma das indicadas no presente estudo.

Houve também análise de projetos de referência no âmbito internacional, na Colômbia, país latino-americano, para dessa forma buscar entendimento mais específicos da implantação

das Unidades do CEUS em diferentes contextos urbanos e comunitários.

Foram realizadas visitas de campo e interação com membros das unidades, principalmente da equipe gestora da Unidade do CEU Novo Mundo. Tais interações auxiliaram no melhor entendimento das realidades locais após a implantação e utilização dos equipamentos públicos objetos de estudo da presente pesquisa. Houve possibilidade de observar, pela ótica da equipe gestora, as reais percepções sobre questões relacionadas ao entorno imediato, bem como os desafios e relações com segurança e qualidade de vida, podem contribuir para as ações promovidas no equipamento público. Para o caso do CEU Novo Mundo essa observação também se estendeu para as relações com os demais equipamentos públicos do entorno, como CEI e UBS, por este fazer parte do Projeto Território CEU.

Realizou-se ainda interação com membro da Prefeitura Municipal de São Paulo, participante da implantação dos CEUS da 3^a geração, com apontamentos valiosos sobre a implantação desses equipamentos na cidade. Durante essas interações, foram discutidos diversos aspectos relacionados ao planejamento, execução e impacto desses centros inovadores no contexto urbano de São Paulo.

Desta forma, a presente dissertação está estruturada em 04 (quatro) capítulos, onde o Capítulo I será caracterizado pelas questões conceituais de equipamentos comunitários, bem como as referências que nortearam as primeiras implantações do referido Programa e os Capítulos II e III reservados à análise e revisão das matrizes e novas implantações das Unidades dos CEUs. O Capítulo IV irá analisar a integração dos CEUs aos atuais planos regionais de desenvolvimento urbano de São Paulo.

Assim, no Capítulo I será analisada a trajetória dos Centros Educacionais Unificados: da Praça de Equipamentos à premissa de transformação urbana, buscando-se evidenciar a evolução do Equipamento de Educação desde as Escolas Parque, passando pelos CIEP's , associados também a outros programas. Buscar-se-á projetos de referência na mesma temática, apenas como referência de exemplos exitosos dentro do enfoque da pesquisa (Parque Biblioteca Espanha, Parque Biblioteca *La Ladera*, Centros de Valorização da Vida e Compaz). Serão abordados elementos referenciais norteadores para o estudo da implantação dos CEUs, explorando-se os conceitos das Escolas Parque, dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's) , dos Parques Biblioteca de Medellín e dos Centros Comunitários da Paz (Compaz) em Recife.

No Capítulo II será observada a síntese da trajetória de implantação e análise territorial das unidades da 1^a e 2^a geração dos Centros Educacionais Unificados, compreendida entre os

anos de 2003 até 2009. A pesquisa busca compreender como foram concebidos, inspirados inicialmente no modelo das Escolas Parque, e como se integram aos territórios em que foram inseridos. Será realizada uma análise comparativa entre os projetos originais e a realidade construída, permitido a avaliar a efetividade dos CEUs como catalisadores de transformação urbana, questionando a hipótese de que o equipamento público, mesmo quando edificado com altos padrões de qualidade, isoladamente pode não ser suficiente para promover mudanças significativas no entorno.

No Capítulo III será abordada a terceira geração das Unidades de CEU, à partir do ano de 2013 até o ano de 2024, com foco na potencialização da transformação dos territórios vulneráveis. Será estudada a origem do Programa “Território CEU”, como aconteceu a escolha dos territórios de implantação e as principais modificações realizadas na concepção dos equipamentos. Pretende-se demonstrar a inserção territorial no tocante à vulnerabilidade social, apresentando-se breve descrição de cada unidade, contendo ficha síntese e análise do entorno, evidenciando-se ainda comparativos entre projeto e o que realmente foi executado.

No Capítulo IV será investigado como os planos regionais de São Paulo incorporam os Centros Educacionais Unificados (CEUs) como instrumentos de transformação urbana através da análise dos planos e ação existentes, bem como programação orçamentária vigente. Busca-se compreender a forma como os CEUs estão integrados às políticas de desenvolvimento urbano da cidade atualmente, buscando examinar os desafios e as potencialidades associados à essa integração de forma a contribuir para o debate sobre a efetividade dessas e das novas unidades como polos realmente catalisadores de mudanças territoriais e sociais ressaltando o importantíssimo papel do planejamento regional nesse processo.

CAPÍTULO – I | A TRAJETÓRIA DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS: DA PRAÇA DE EQUIPAMENTOS À PREMISSA DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

Neste capítulo pretende-se evidenciar a trajetória do Equipamento de Educação desde as Escolas Parque, passando pelos CIEP's, associados também a outros programas educacionais que tiveram êxito em seu projeto e implantação. Pretende-se analisar os projetos de referências visitados apenas como referência de exemplos exitosos dentro do enfoque da pesquisa, tais como Parque Biblioteca Espanha, Parque Biblioteca *La Ladera*, Centros de Valorização da Vida, ambos em Medellín, Colômbia e Compaz em Recife, Brasil.

Desta forma será analisada a base da concepção do Centros Educacionais Unificados em São Paulo, à luz dos projetos de referências pautados, como importante referência de um equipamento urbano que transcende sua função educacional, revelando-se polo catalizador de transformação urbana e social.

Serão analisadas também outras referências nas quais foram baseadas a implantação original deste equipamento urbano, como as Escolas Parque, idealizadas pelo Educador Anísio Teixeira e o Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's), idealizados pelo Antropólogo e Educador Darcy Ribeiro. Dessa maneira busca-se compreender as transformações significativas desde sua origem traçando-se um paralelo com observações contemporâneas acerca deste equipamento.

Mascarenhas (2006), aponta que os primeiros estudos para a concepção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) surgem nos anos de 2002, na prefeitura da cidade de São Paulo, no Departamento de Edificações (EDIF), como principal proposta a fortalecer a rede de equipamentos públicos municipais voltados não só para atender às demandas na área da educação, mas como também cultura, lazer e esportes, principalmente em territórios urbanos com alto índice de vulnerabilidade social.

Conforme disposto na Lei Federal nº 10.257/01, são definidos como equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos como: educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer segurança pública, abastecimento, serviços funerários e similares. Esses equipamentos são essenciais para garantir o cumprimento das políticas públicas à comunidade.

No caso dos CEUs, conforme aponta a Secretaria Municipal de Educação (SME), trata-se de equipamentos educacionais resultado de diversas reflexões acerca das teses voltadas para

a educação brasileira. Porém se faz importante ressaltar o caráter multidisciplinar desse equipamento, observando-se o conceito, a implantação e a gestão compartilhadas também entre outras secretarias como: Cultura, Esportes, Lazer, Assistência Social e Saúde, conforme aponta Alexandre Delijaicov em entrevista concedida à Escola da Cidade no ano de 2017, em São Paulo¹. Nesta entrevista, o arquiteto, um dos idealizadores do projeto faz importantíssima observação sobre a principal função dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), quando da sua concepção:

Desde o início foi conceituado como centro de estruturação da rede de equipamentos públicos e municipais existentes. A ideia dessas praças era criar campos gravitacionais para estruturar os equipamentos existentes, ou seja, os equipamentos existentes naquela época seriam como se fossem as Escolas Parque. (Delijaicov, 2017).

Dessa forma, explica que quando o então Departamento de Edificações da Cidade de São Paulo (EDIF) apresentou o piloto das primeiras unidades de implantação dos CEUs, os equipamentos existentes naquela época funcionariam como uma Escola Parque, referência ao projeto criado pelo educador Anísio Teixeira² nos anos de 1950, no estado da Bahia.

As Escolas Parque foram idealizadas para serem centros comunitários, onde a escola se integra à comunidade local, promovendo dessa forma um envolvimento mais amplo da sociedade no processo educacional, observando-se um ambiente de colaboração e apoio mútuo. Para o educador Anísio Teixeira a “Escola era a Vida”, assim como relata o Professor Hilderico Pinheiro de Oliveira no documentário à T.V.E. Bahia.³

Partindo do princípio de que a escola é a vida, de que a escola é a representação da própria vida, foi que Anísio Teixeira imaginou criar a Escola Parque. Criar uma escola onde, nela se reproduzisse todas as atividades que um cidadão desenvolve na sua vida. Então, na Escola Parque o aluno além de aprender aos conteúdos programáticos, como se diz, da escola primária na época, Matemática, Geografia, História etc., ele aprendia a viver. Trabalhando, praticando atividades físicas, tendo momentos de lazer, tendo convívio social, como ele chamava, atividades sociais, tendo atividades culturais como, teatro e biblioteca etc. (Oliveira, 2020)

Signatário do Manifesto do Movimento Escola Nova⁴, Anísio Teixeira, acreditava na

¹ Arquiteto e Urbanista Alexandre Delijaikov, um dos idealizadores do Centro Educacional em São Paulo em entrevista para a Escola da Cidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/Z6gWMbkqZLw>

² Educador nascido em Caetité, BA, defensor de uma educação que pensava o aluno como protagonista no contexto social. Disponível em: www.gov.br/inep.

³ Documentário Anísio Teixeira: Educação não é Privilégio – T.V.E. Bahia, 2020. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=Nc7ipHWIQVU>.

⁴ Escola Nova: Movimento que ganha força com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

educação como meio de transformação social. Pensava uma escola democrata, inclusiva e construtivista, conforme aponta o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), do qual o educador também foi diretor entre os anos de 1952 e 1964 (INEP, 2017).

1.1 Experiências Nacionais

1.1.1 – A escola Parque Carneiro Ribeiro

Para o presente estudo, se faz importante a observação da intenção inicial de planejamento destes dispositivos urbanos sob uma perspectiva multidisciplinar, estendendo-se além de suas funções educativas (ISRAEL, 2020, p.98), observando-se ainda o diálogo entre os elementos urbanos em superquadras extrapolando uma função limitadora, criando-se polos de encontros entre edifícios educacionais na malha urbana, de forma que a própria cidade se torna também um território educacional. Neste contexto é gerado o projeto do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) (ISRAEL, 2020, p.98):

O bairro, já populoso em meados de 1950, carecia de elementos urbanísticos e qualitativamente básicos para a população, assim como de equipamentos educacionais públicos. A partir de um conjunto de áreas indicadas pelos profissionais do EPUCS⁵, Anísio Teixeira e equipe teria escolhido tal localidade para implementar paulatinamente uma série de edificações e assim como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque de Salvador. Torna-se imprescindível reconhecer esse empreendimento, ora consagrante efetivo modelo Escola-Parque, como instrumento de urbanidade e transformação social tendo como mote a educação. (ISRAEL, 2020, p.98)

Segundo o autor, Anísio Teixeira, buscou inspiração inicialmente no sistema *Platoom School* durante a elaboração dos modelos educacionais que mais tarde seriam adotados. Antes de estabelecer esses modelos, ele empreendeu estudos e visitas técnicas a instituições de ensino nos Estados Unidos⁶., expandindo sua análise para além do caráter pedagógico, abarcando

Documento Nacional representativo de um marco significativo na busca por educação progressista e democrática. Tal manifesto tinha como proposta diversas reformas educacionais pautadas nos princípios de igualdade e acessibilidade. A visão era de uma escola pública, gratuita, coeducacional, laica e obrigatória, de forma e ofertar serviços de forma equalitária para toda comunidade. Seguidores do filósofo e educador John Dewey, participaram deste movimento vinte e cinco profissionais de diversas áreas, dentre eles Anísio Teixeira, Cecília Meireles e Roquete Pinto. Disponível em: www.inep80anos.inep.gov.br.

⁵ Escritório do Plano de Urbanização da Cidade de Salvador (EPUCS). Conforme dados da Prefeitura Municipal de Salvador, este escritório, comandado por Mário Leal Ferreira (1895-1947), engenheiro e urbanista, baiano de Santo Amaro, reuniu equipe multidisciplinar para trabalhar conceitos de intervenções através de estudos e pesquisas sob influências nacionais e internacionais. Desse modo problematizou e equacionou os principais dilemas do desenvolvimento urbano na década de 40 do século XX. Dentre as principais questões sobre essa temática levantada pelo escritório constavam: a articulação regional, o duplo sistema de deslocamentos (de avenidas de vale e das cumeadas), questões sanitárias e sistemas de infraestrutura, áreas verdes, centros urbanos e cívicos, o zoneamento, distribuição de equipamentos de saúde, educação e habitação. Disponível em: www.arquivohistórico.salvador.ba.gov.br/epucs.html

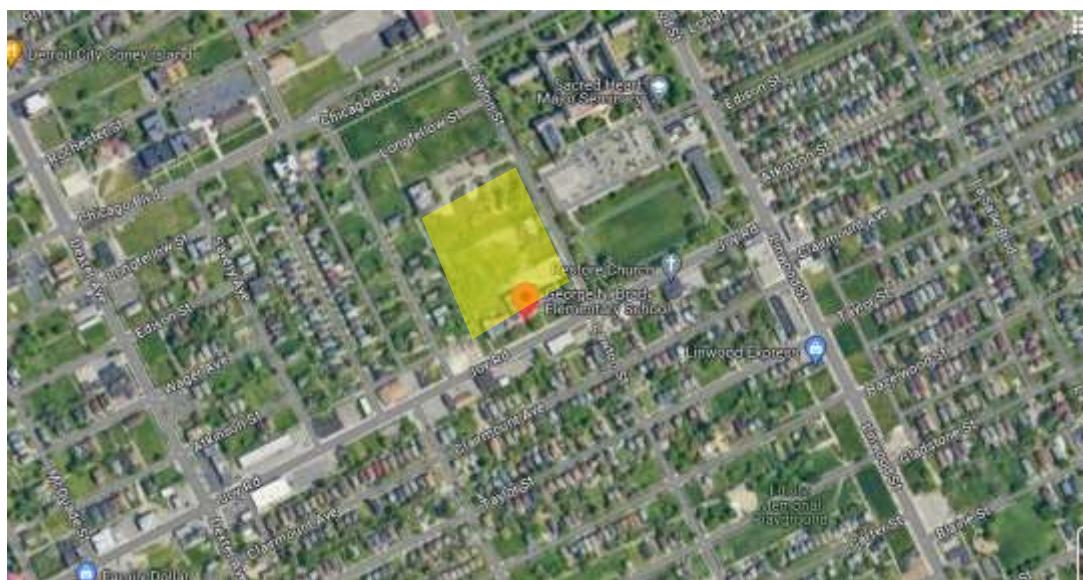
⁶ Segundo Israel (2020), Anísio Teixeira visitou e tomou relatos de oito cidades norte-americana dispostas em locais de diferentes formações socioculturais e determinismos geográficos: Flemington (Nova Jersey); Towson

também o cotidiano e os currículos escolares. XAVIER (2017) e HANIEL (2020), apontam ainda que Anísio Teixeira documentou observações significativas sobre como essas escolas interagiam com as comunidades locais, enriquecendo o entendimento da dinâmica educacional em variados contextos.

Se faz importante a observação de que embora a tipologia dessas escolas tenha influenciado fortemente os modelos das primeiras unidades de Escolas Parque na Bahia, conforme apontam XAVIER (2017) e GADOTTI (2009), no que diz respeito a implantação urbana, não se observa ligação direta com a praça de equipamentos públicos apontada por Delijailkov (2017). Ao analisar o entorno das *Platoon School*, não é possível correlacionar conexões significativas com outros equipamentos de cultura, lazer, esporte e saúde, observando-se na maioria das vezes, quadras com caráter predominantemente residencial.

Figura 1.

Figura 1-Localização Brady School - Sistema Platoon



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024.

Segundo Teixeira (1928), o sistema *Platoon*, pretendia organizar de forma eficiente à escola a fim de atender às novas demandas dos modernos programas educacionais da época. Baseava-se praticamente em uma estratégia para aprimorar os ambientes educacionais, visando uma integração mais estreita entre as metodologias de ensino e o cotidiano dos estudantes. A iniciativa buscava incorporar soluções arquitetônicas de modo a refletir e potencializar as novas práticas pedagógicas.

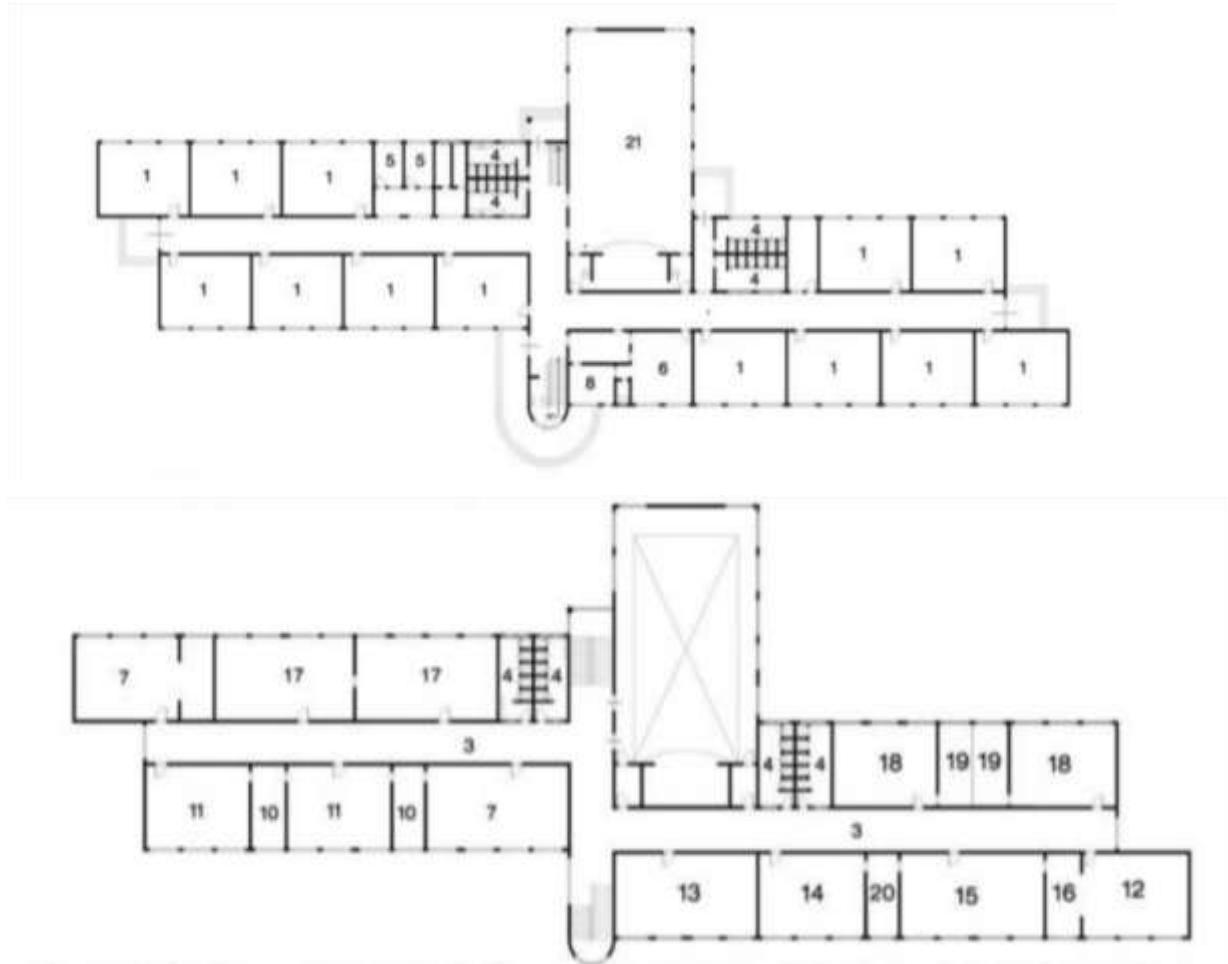
(Maryland); Hampton, Richmond e Famville (Virginia); Cleveland (Ohio); Detroit (Michigan); Ithaca (Nova York).

Figura 2 - Fachada Brady School – Sistema Platoon



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024

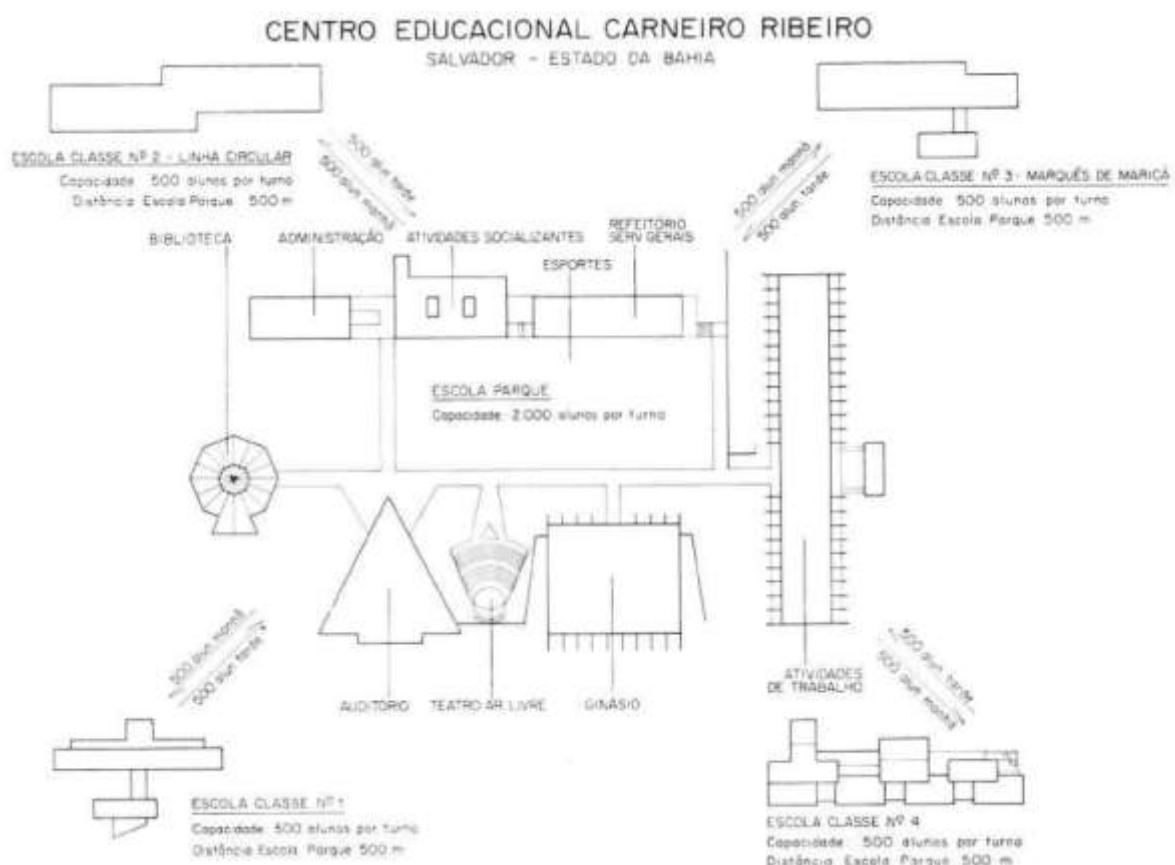
Figura 3 - Planta Baixa e 1º Pavimento Platoon School de 25 salas – Sistema Platoon



Fonte: Israel (2020) – adaptada pela autora.

Anísio Teixeira, após longo período na Europa⁷, regressou ao Brasil somente em 1947. Assumindo o cargo de Secretário de Educação e Saúde sob a administração do Governador Otávio Mangabeira (ISRAEL, 2020), Teixeira iniciou a implementação do Projeto da Escola Parque – Centro Educacional Carneiro Ribeiro, projeto que representou um marco histórico na educação brasileira. O modelo pedagógico integrava atividades culturais, artísticas e esportivas ao currículo tradicional, objetivando o desenvolvimento integral do aluno. Conforme já abordado, a visão de Anísio Teixeira era a de uma escola que preparasse o indivíduo para a vida em sua totalidade, não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a sociedade.

Figura 4 – Estrutura inicial Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque - Salvador



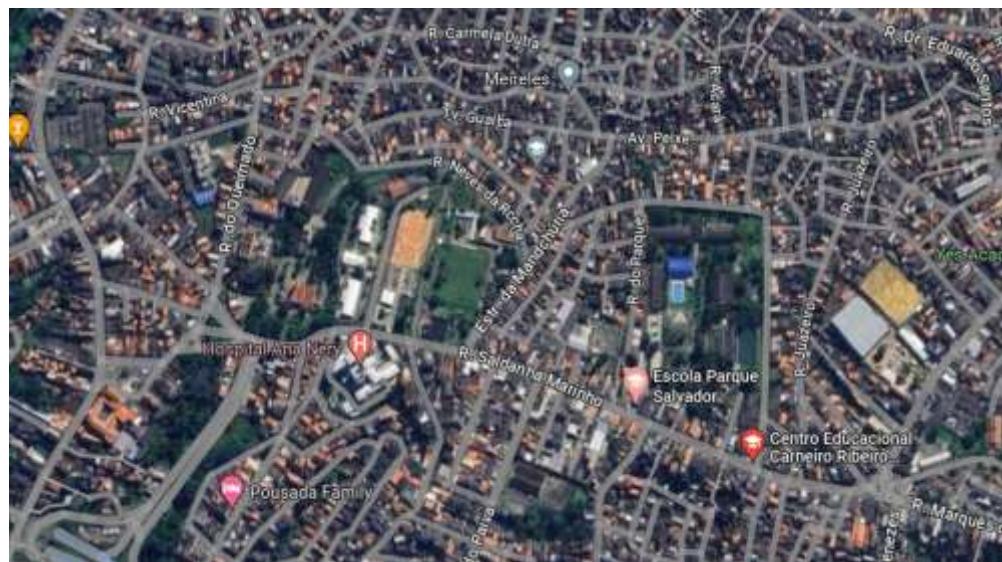
Fonte: Terezinha Eboli (1969)

É pertinente enfatizar que o conceito original do Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi concebido como um complexo de edificações que o estruturavam em uma ampla “praça social”, expressão utilizada por Delijaicov (2017). Em linhas gerais, segundo Eboli (1969), o projeto abrangia quatro escolas-classe de ensino fundamental, além da escola-parque, composta

por sete pavilhões destinados a atividades práticas e educativas. O projeto contemplava ainda construção de uma unidade residencial para crianças desabrigadas ou em situação de vulnerabilidade social. Eboli (1986) aponta ainda que esta unidade residencial não foi construída. No entanto tal fato não diminui a importância do projeto como um todo, que transcendeu a dimensão arquitetônica contribuindo na promoção de caminhos para o desenvolvimento humano e comunitário.

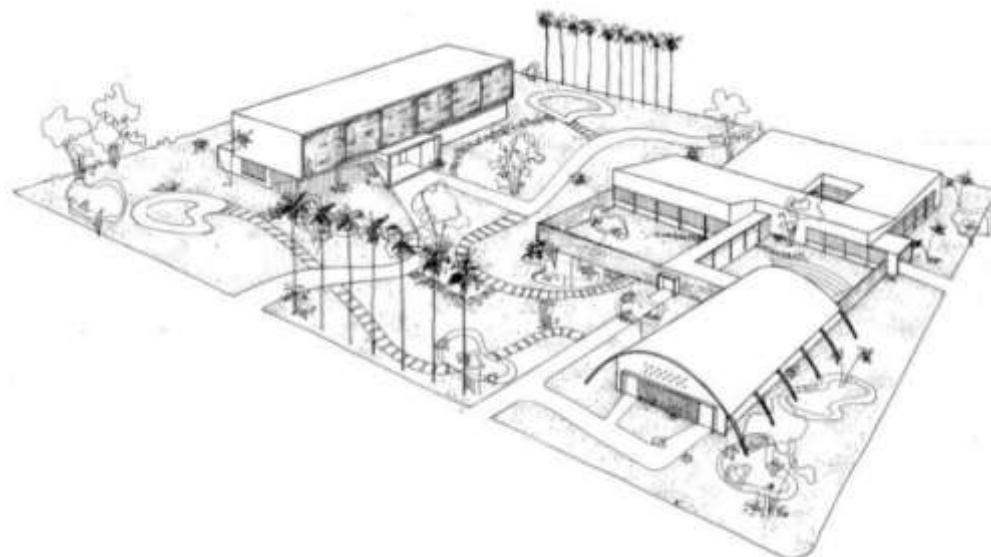
As escolas-classe integravam o projeto Escola-Parque, atuando como extensões urbanas que complementavam os serviços educacionais e de assistência providos pelo Estado, permeando também pelas ruas do entorno do edifício principal.

Figura 5 - Foto aérea atual - Centro Educacional Carneiro Ribeiro - CECR



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024.

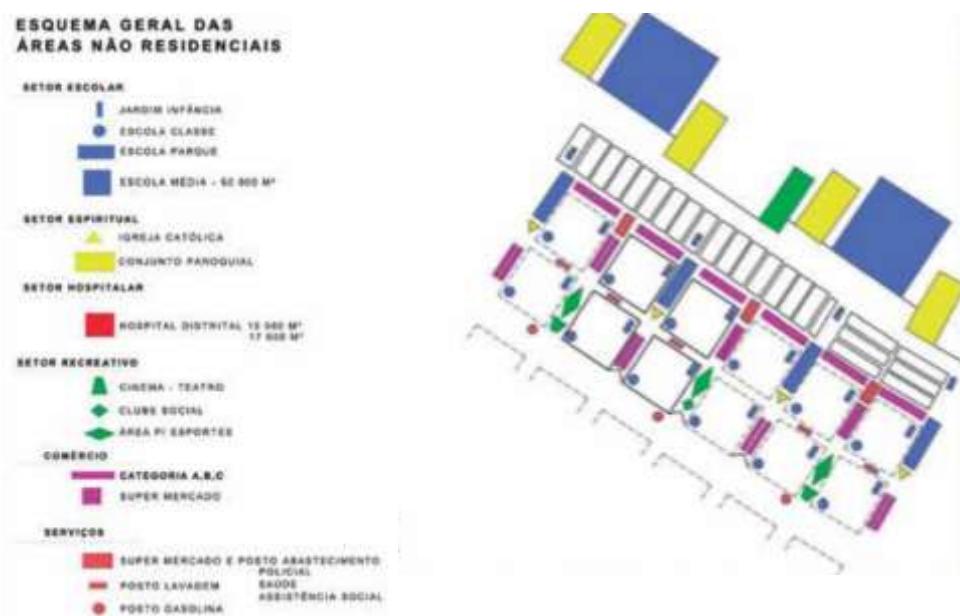
Figura 6 – Estrutura inicial Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque - Salvador



Fonte: Israel (2020)

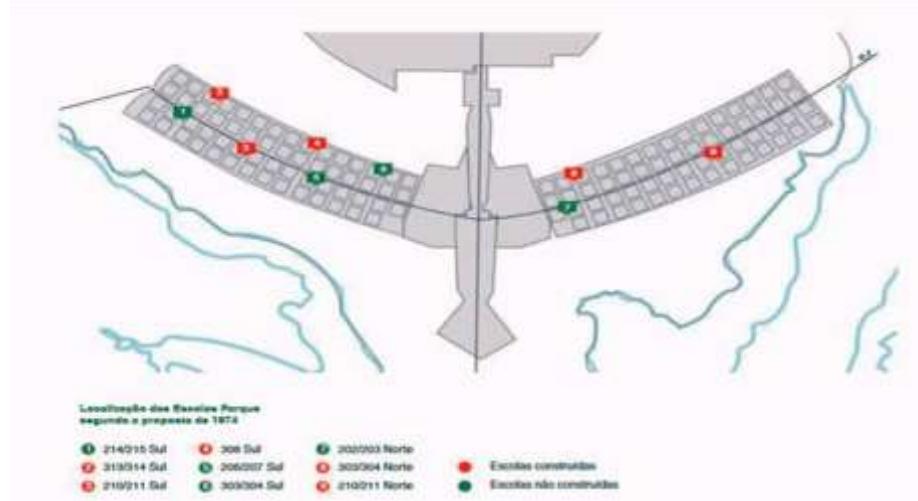
Xavier (2017) faz importantíssima análise na transição desse programa de Salvador para Brasília. Dessa forma, o que antes (em Salvador) sofrera intervenções nas adaptações de implantação de um terreno já urbanizado, agora (em Brasília) ganha força na oportunidade do projeto de forma inicial já alinhado ao desenho urbano da nova cidade que se criava. Segundo o autor, Anísio Teixeira tinha uma visão muito clara de oferta de cursos para as três principais fases escolares: Educação Elementar, Média e Universitária. Convidado por Ernesto Silva para dirigir o Plano Educacional em Brasília, Anísio alinha-o com o plano-piloto urbanístico da cidade planejado pelo Arquiteto Lúcio Costa. No esquema apresentado por Xavier, **Figura 7**, pode-se observar que as escolas foram projetadas para serem inseridas nas quadras, nas denominadas unidades de vizinhança, em áreas não residenciais com estrutura mista de equipamentos públicos como: as Escolas Classe, Escola Média, Jardim de infância, comércio, serviços e ainda setor espiritual.

Figura 7 - Esquema das áreas não residenciais em Brasília – incluindo as Escolas-Parque



Fonte: Xavier (2017)

Figura 8 - Proposta Localização das Escolas-Parque em Brasília - 1974

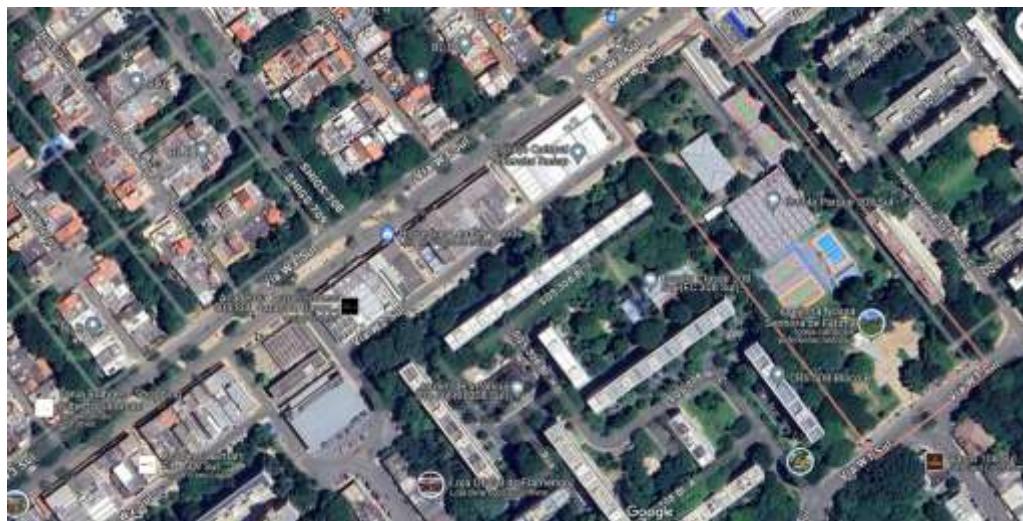


Fonte: Xavier (2017)

É importante notar neste estudo que as escolas integram uma rede de serviços e outros equipamentos públicos, estabelecendo uma conexão entre os edifícios e os cidadãos com o tecido urbano. Desta forma, havia o intuito de que a cidade respondesse à introdução desses edifícios, que atuam como agentes construção social e urbana. A interação entre as instituições educacionais e o ambiente urbano neste aspecto, apresenta importante função, pois não apenas fornece serviços essenciais, mas também contribui para a dinâmica do desenvolvimento da cidade. Contudo, a inserção dessas estruturas no contexto urbano pode, por tanto, ser vista como um elemento vital para o sucesso dessas instituições. **Figuras 8 e 9.**

Silva (2019) também realiza importante observação acerca da ideia das escolas como centros comunitários, defendida pelo urbanista americano Clarence Perry. Essa ideia é baseada na relação física de distância, caminhabilidade acessibilidade. Segundo Silva, Perry se preocupava com a vida coletiva, projetando áreas residenciais de modo a garantir acesso adequado às escolas elementares, que também poderiam funcionar como centros sociais, bibliotecas e galerias de arte.

Figura 9 - Vizinhança Imediata – SQL 307/308 Sul Escola-Parque e Jardim Infantil I



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024.

Contudo, para o presente estudo, é necessário enfatizar que a conexão com o tecido urbano nem sempre é estabelecida fisicamente. Tal evidência pode-se observar no exemplo do Centro Educacional Carneiro Ribeiro de Salvador, onde a Escola-Parque, originalmente projetada para se integrar a uma ampla praça de convívio com a cidade, agora se encontra cercada por altos muros. Essa escola, antes aberta e acessível, foi progressivamente absorvida por um crescimento urbano desordenado, o que resultou na distorção do conceito original e na criação de um corte físico com o entorno urbano. A visão inicial de interação fluida entre o espaço escola e a cidade foi, portanto, comprometida, destacando a necessidade de planejamento urbano que considere a preservação das intenções arquitetônicas originais e a manutenção da integração comunitária. **Figura 10.**

Figura 10-CECR -1: Entorno (Década de 1950) - 2 e 3: Imagens atuais ruas do entorno



Fonte: 1 Eboli (1969) - 2 e 3 Google Maps – acesso em agosto 2024.

Na Escola-Parque 308 Sul, a presença de grades na fronteira da entrada da unidade não interrompe a integração com o tecido urbano. Atualmente essa continuidade é mantida visualmente e se estende ao permitir o trânsito pelas entre quadras, facilitando o acesso a outros equipamentos urbanos e serviços disponíveis. Dessa forma, a escola se harmoniza como ambiente ao seu redor, contribuindo para uma experiência urbana coesa e acessível. Contudo, para o presente estudo, é necessário enfatizar que a conexão com o tecido urbano nem sempre é estabelecida fisicamente. Tal evidência pode-se observar no exemplo do CECR, onde a Escola-Parque, originalmente projetada para se integrar a uma ampla praça de convívio com a cidade, agora se encontra cercada por altos muros. Essa escola, antes aberta e acessível, foi progressivamente absorvida por um crescimento urbano desordenado, o que resultou na distorção do conceito original e na criação de um corte físico com o entorno urbano. A visão inicial de interação fluida entre o espaço escola e a cidade foi, portanto, comprometida, destacando a necessidade de planejamento urbano que considere a preservação das intenções arquitetônicas originais e a manutenção da integração comunitária.

Figura 11- Escola Parque 308 Sul



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024.

1.1.2 Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs

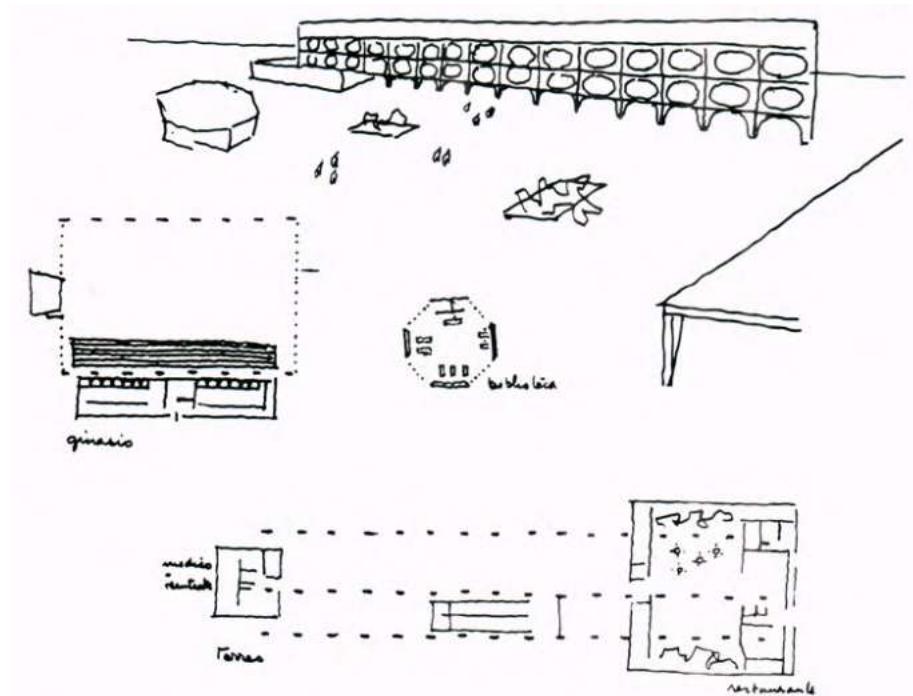
Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), implementados inicialmente na década de 1980 no Rio de Janeiro, foram uma inovação educacional idealizada pelo renomado antropólogo e professor Darcy Ribeiro. Inspirados também nas Escolas Parque, os CIEPs surgiram durante a gestão de Leonel Brizola com o objetivo de revolucionar a educação básica no país, respondendo às necessidades da época. Na ocasião essa gestão era composta por Leonel Brizola como governador, Darcy Ribeiro como Vice-Governador e Secretário de Estado de Ciência e Cultura e Marcelo Alencar e Saturnino Braga como Prefeitos da Cidade do Rio de

Janeiro. Darcy Ribeiro juntamente com Maria Yedda Leite Linhares coordenavam ainda o Programa Especial de Educação e Edmundo Ferrão Moniz de Aragão era o Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. (Ribeiro, 1986)

Os CIEPs tiveram grande notoriedade por oferecer um modelo de educação integral, que incluía ensino regular, atividades culturais e esportivas, além de alimentação diária. Este modelo tinha como principal intuito combater as desigualdades sociais ao prover crianças de áreas vulneráveis com acesso à educação de alta qualidade, recursos pedagógicos adequados e infraestrutura completa. Promovendo o desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social dos estudantes, de forma a formar cidadãos conscientes e críticos. De acordo com Kowaltovisk (2005), os CIEPs, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, caracterizou-se por suas instalações modernas e bem equipadas, estruturadas para abrigar salas de aula, bibliotecas, laboratórios, áreas para práticas esportivas e espaços dedicados a atividades culturais.

Assim, como o próprio arquiteto destaca: “É uma construção simples, pré-fabricada que se adapta harmoniosamente ao espaço fornecido. E este tão inteligente e inovador que garantiu o sucesso do empreendimento (Oscar Niemeyer, 1986)

Figura 12 - Esboço Estrutura CIEP de Oscar Niemeyer

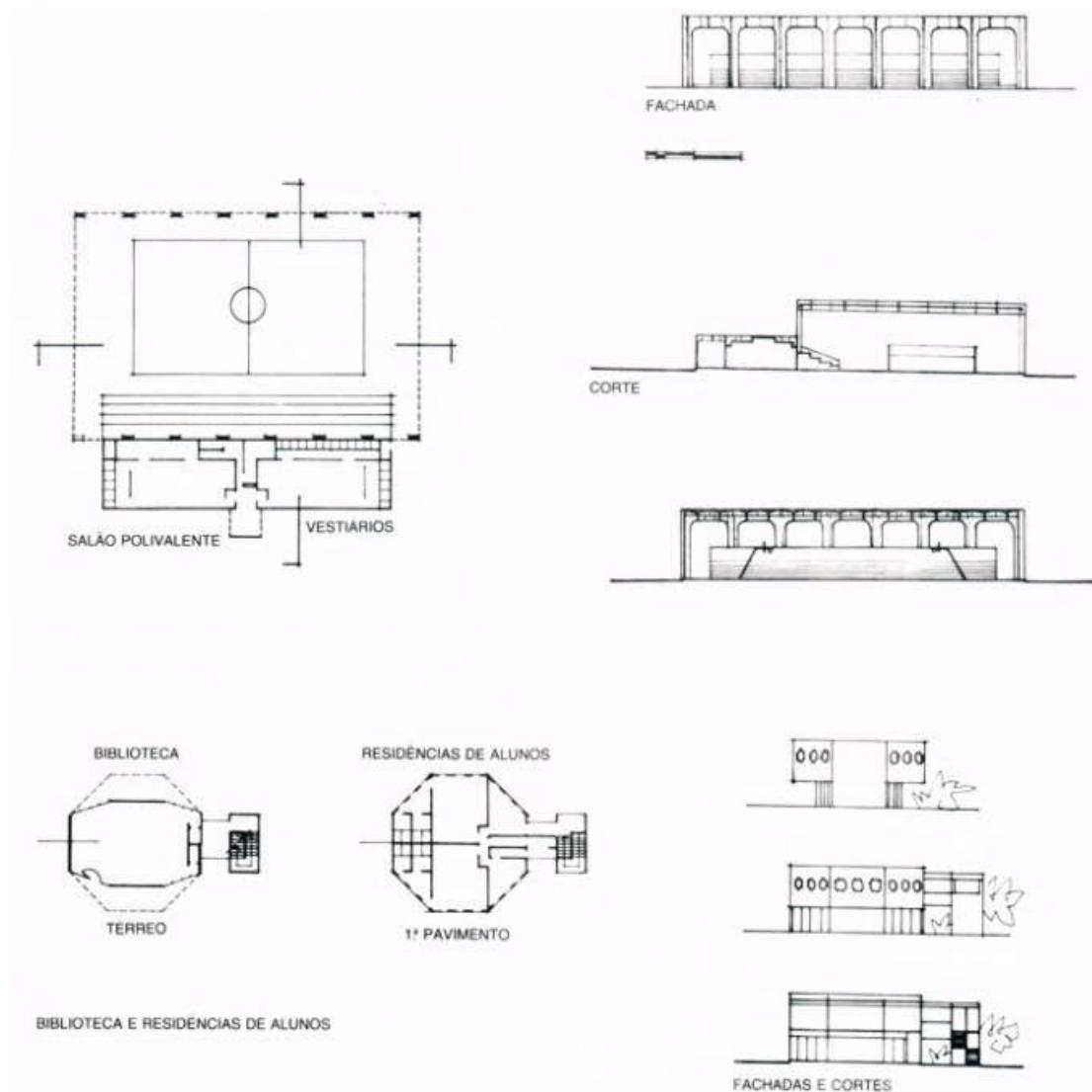


Fonte: Ribeiro (1986) - O Livro dos CIEPs

Porém, além da sua estrutura física, é imprescindível realizar uma análise mais ampla sobre a territorialidades desses complexos educacionais. Haniel (2020) destaca a proposta inovadora do programa “Escola-Casa”, que transcende o conceito de “Escola-Parque”, posicionando os CIEPs como elementos fundamentais no novo panorama da educação infantil fluminense. O projeto piloto dos CIEPs incluía, além de uma praça central que interligava os blocos educacionais e esportivos, áreas residenciais para os estudantes. Com isso, ao término das aulas, os alunos não eram simplesmente dispensados, mas sim acolhidos, conforme apontado pela prefeitura do Rio de Janeiro. O foco estava em combater a evasão escolar, acolhendo os alunos e atendendo suas extensas necessidades. Assim, essas moradias estudantis foram dispostas de maneira a integrar os alunos à vida escolar, proporcionando um ambiente seguro e estimulante para o aprendizado e o crescimento pessoal.

É válido ressaltar que essas funções compunham um equipamento público completo com unidades de atenção primária à saúde, onde além dos serviços clínicos de rotina, oferecia ainda aos alunos e à comunidade do entorno: atendimento odontológico, oftalmológico, nutrição, exames clínicos, entre outros. Nessa proposta alunos e moradores dos territórios de implantação dos CIEPs seriam também agentes multiplicadores de saúde, bem-estar e boas práticas sanitárias.

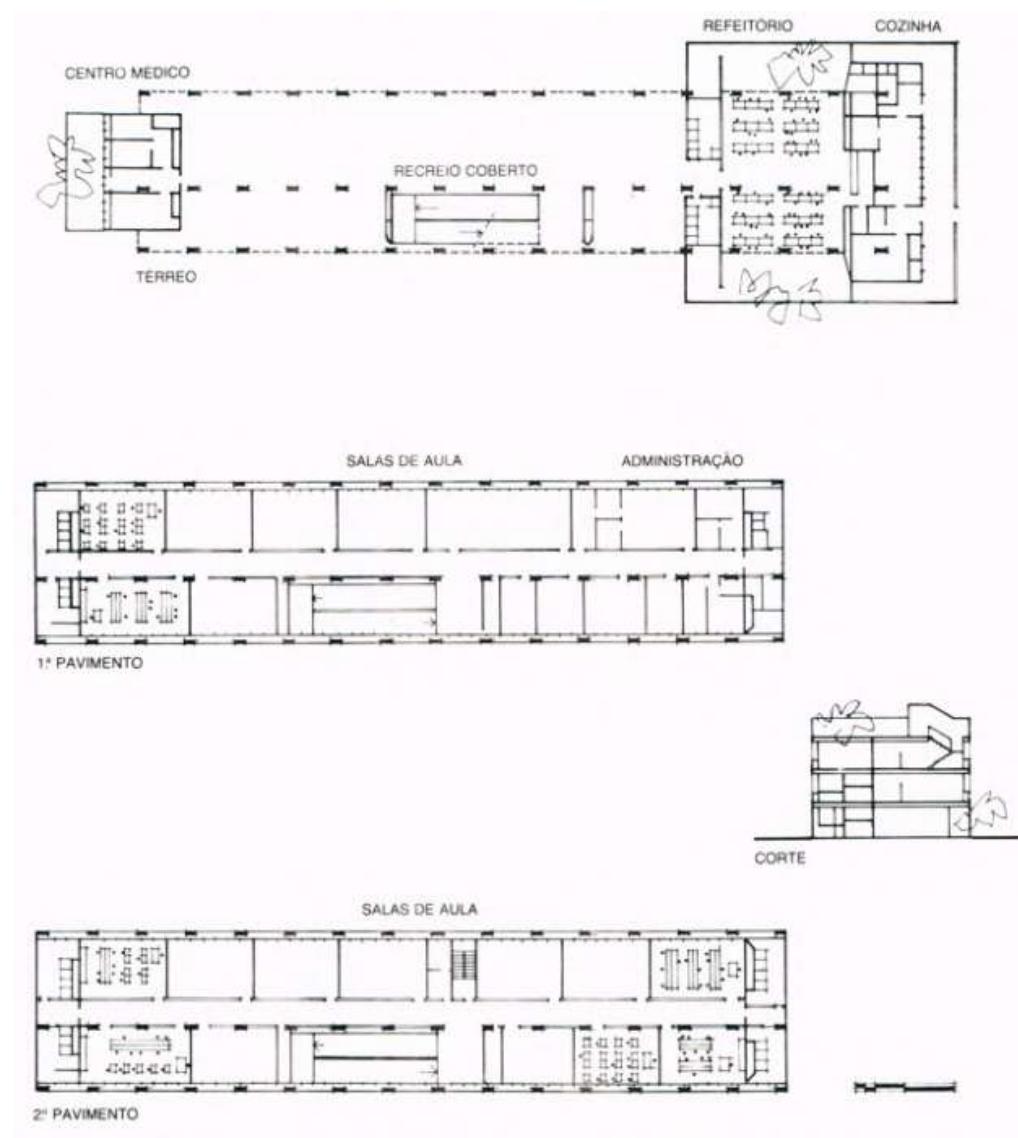
Figura 13: Estrutura CIEP de Oscar Niemeyer com módulo residencial



Fonte: Ribeiro (1986) - O Livro dos CIEPs

Desta forma, o programa “Escola-Casa” implementado nos CIEPs, foi uma iniciativa pioneira que visava a integração da via escolar com o cotidiano dos alunos. A ideia central era oferecer não apenas educação, mas um ambiente que suprisse diversas necessidades das crianças e adolescentes, funcionando como um segundo lar. Este modelo educacional proporcionava uma experiência de aprendizado contínua, estendendo-se além do horário regular de aulas e incluindo atividades extracurriculares, culturais e esportivas.

Figura 14: Plantas Modelo CIEPs



Fonte: Ribeiro (1986) - O Livro dos CIEPs

Desta forma, o programa “Escola-Casa” implementado nos CIEPs, foi uma iniciativa pioneira que visava a integração da via escolar com o cotidiano dos alunos. A ideia central era oferecer não apenas educação, mas um ambiente que suprisse diversas necessidades das crianças e adolescentes, funcionando como um segundo lar. Este modelo educacional proporcionava uma experiência de aprendizado contínua, estendendo-se além do horário regular de aulas e incluindo atividades extracurriculares, culturais e esportivas.

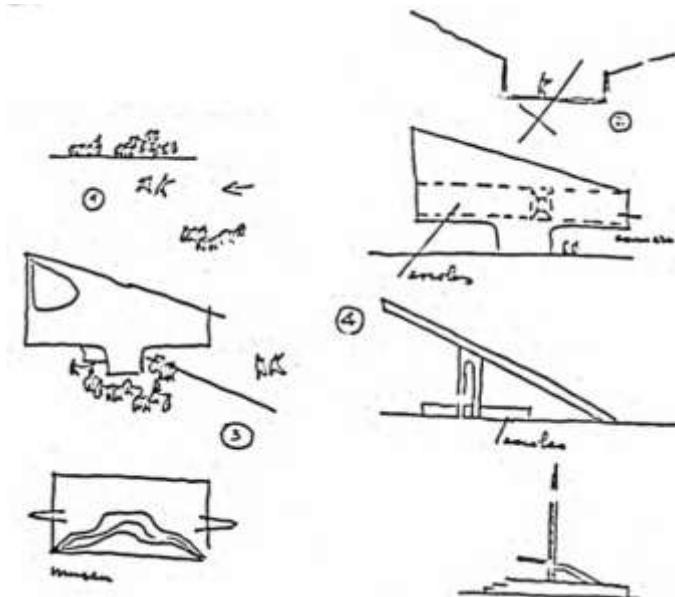
Assim os CIEPs foram projetados para serem mais do que simples instituições de ensino, formavam ainda espaços onde os alunos poderiam também se alimentar adequadamente, exercitar, receber cuidados médicos e participar de atividades culturais

variadas. A rotina diária nos CIEPs era intensa, conforme Ribeiro (1986), os alunos tinham acesso à educação integral das 8 até 17 horas e que incluía além do currículo regular, uma série de atividades complementares. O programa também enfatizava a importância da família e da comunidade na educação, propondo uma escola aberta e integrada ao seu entorno.

A partir deste programa, originaram-se outras iniciativas similares aos CIEPs, tais como o programa Casa da Criança e o projeto Fábrica de Escolas Estes programas foram desenvolvidos como o objetivo de expandir e aprimorar as oportunidades educacionais, fornecendo infraestrutura e suporte para o desenvolvimento integral das crianças. Eles representam um esforço contínuo para melhorar a qualidade da educação. Observando-se uma análise do ponto de vista urbano, garantir que as instalações escolares não sejam apenas locais de aprendizado, mas também condicionantes de cidades mais justas e inclusivas.

Ainda do ponto de vista territorial faz-se válido ressaltar que a técnica construtiva utilizada na implantação dos CIEPs proporcionava agilidade e adaptabilidade em diversos tipos de terreno. Assim, como o próprio arquiteto Oscar Niemeyer destaca “É uma construção simples, pré-fabricada que se adapta harmoniosamente ao espaço fornecido. É este tão inteligente e inovador que garantiu o sucesso do empreendimento (Ribeiro, 1986).

Figura 15: Estrutura CIEP – Avenida dos Desfiles de Oscar Niemeyer



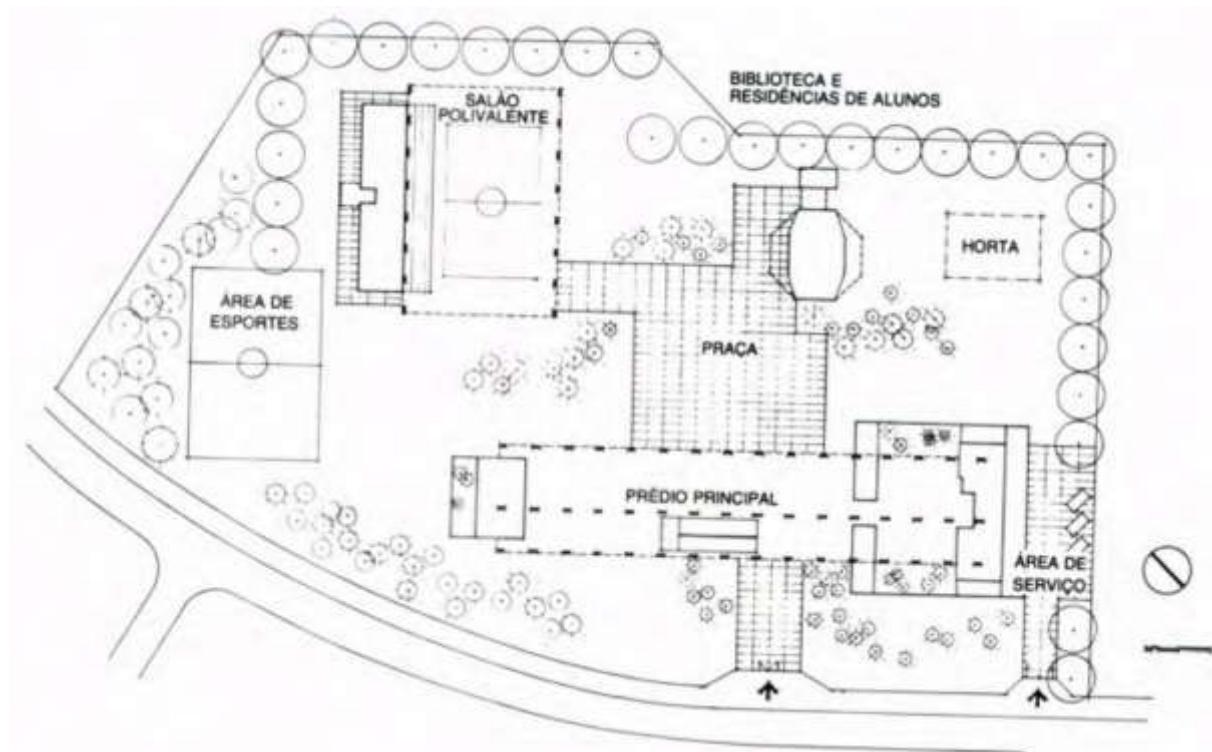
Fonte: Ribeiro (1986) - O Livro dos CIEPs

Para o presente estudo, é válida também a observação acerca implantação inicial dos CIEPs, idealizada não apenas como um conjunto de edificações públicas, mas como uma praça

unificada, onde a interconexão se dava tanto pelo compartilhamento do espaço físico quanto pela variedade de atividades oferecidas. Figura 16.

A circulação dentro dessas áreas era facilitada para uso da comunidade que também utilizava os serviços ofertados pelas unidades dos CIEPs não somente os estudantes dessas instituições, Ribeiro (1986). A estrutura em pilotis contribuía para essa integração, proporcionando uma transição fluida das áreas externas das quadras para o espaço central das praças.

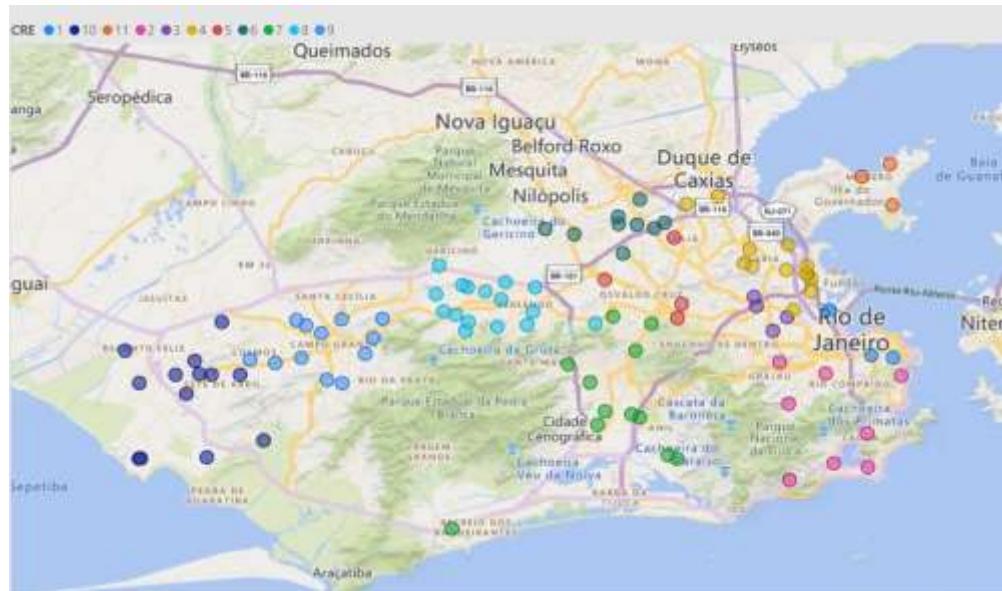
Figura 16: Estrutura CIEP – Avenida dos Desfiles de Oscar Niemeyer



Fonte: Ribeiro (1986 p.104) - O Livro dos CIEPs

O projeto original incluía a criação de 500 Centros Integrados de Educação Pública. Os métodos de construção escolhido possibilitou um rápido progresso, resultando na entrega de 60 unidades durante a fase inicial do projeto, em um intervalo de tempo consideravelmente breve. Este ritmo notável na execução das obras evidencia a eficiência do sistema construtivo adotado, refletindo, na ocasião, o compromisso em atender com rapidez e qualidade às demandas da educação (Ribeiro, 1986).

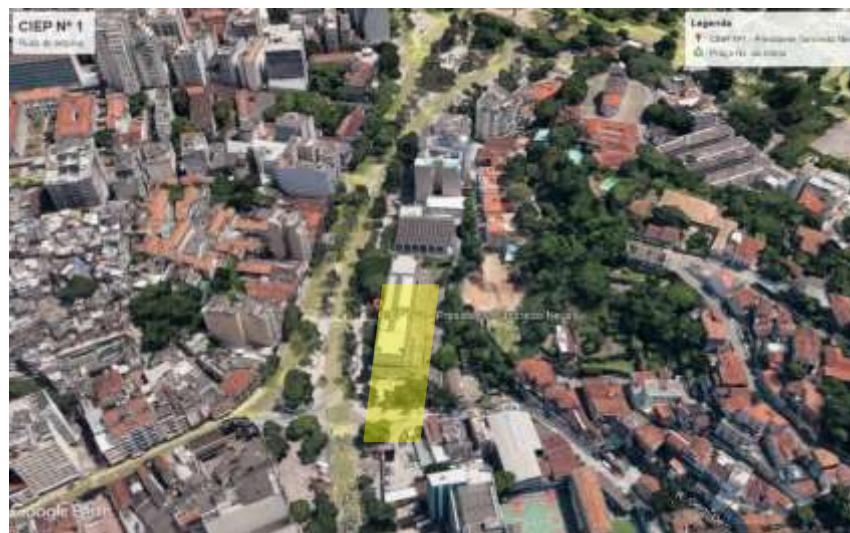
Figura 17 - Mapa 01 – Localização dos CIEPs



Disponível em: www.rj.gov.br/ - acesso em Ago/2024

Dos CIEPs em funcionamento atualmente, destaca para este estudo a atual implantação do primeiro CIEPs inaugurado em 1985 (Instituto Niemeyer), situado no bairro do Catete, Rio de Janeiro. Embora a intenção inicial do projeto pretendesse atendimento essencial para alunos de maior vulnerabilidade social. A primeira unidade a ser implantada pertence a um nobre bairro fluminense. O bairro do Catete passou a ter sua importância para o Rio de Janeiro nos anos de 1840 após se tornar o centro administrativo do Estado. Dos CIEPs atuais em funcionamento, destaca este estudo a atual implantação do primeiro CIEPs a ser implantado.

Figura 18: CIEP nº 1: Tancredo Neves - 1 e 2: Imagens atuais ruas do entorno



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024.

Figura 19: – CIEP nº 1: Tancredo Neves - Imagem atual do entorno



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024.

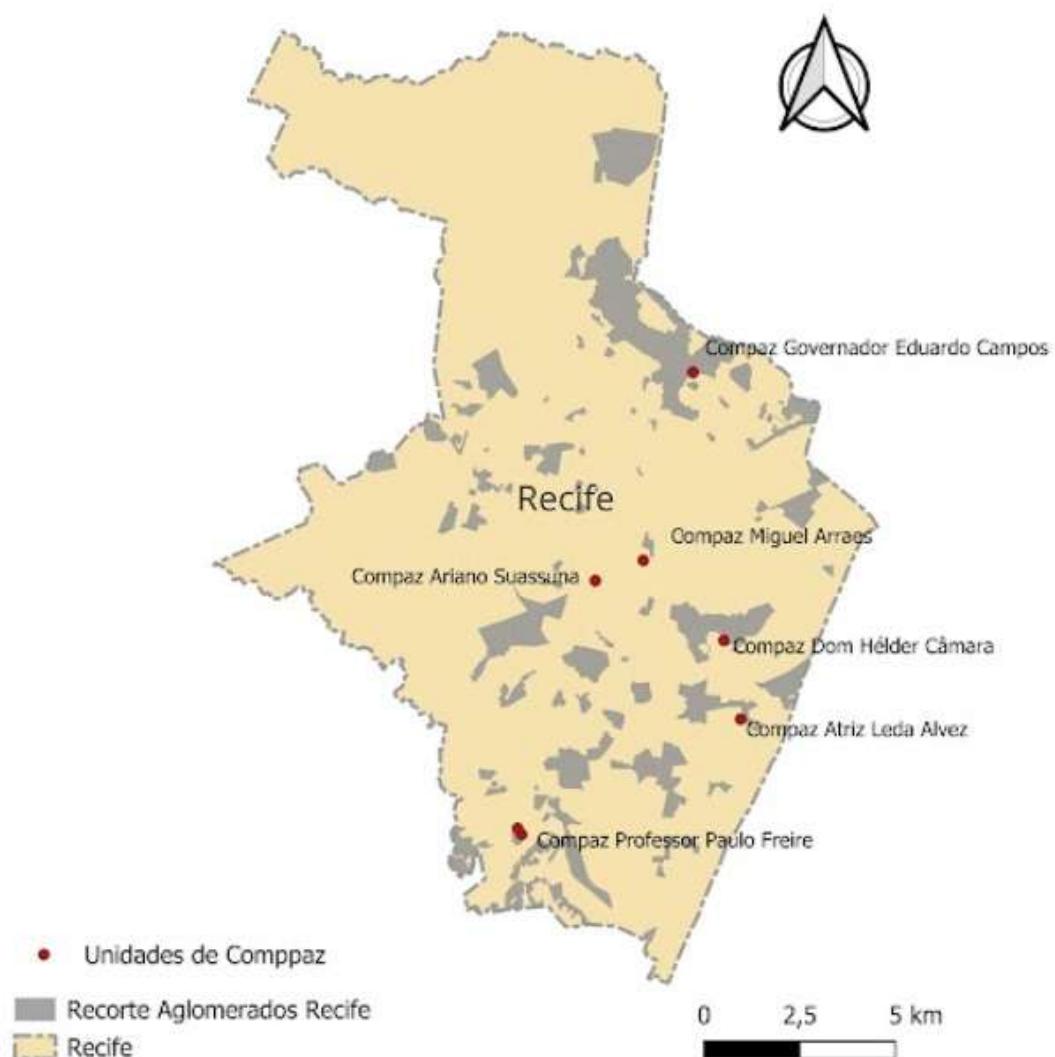
1.1.3 Centros Comunitários da Paz (Compaz)

Os Centros Comunitários da Paz (Compaz) em Recife representam um marco bem-sucedido, inspirado no modelo das Bibliotecas Parque da Colômbia, cujo estudo será abordado posteriormente neste trabalho.

Desta forma os equipamentos públicos Compaz tiveram como foco prioritário concentração inicialmente na prevenção da violência, na inclusão social e no reforço do tecido comunitário, segundo informações fornecidas pela Prefeitura de Recife. Essas iniciativas municipais disponibilizam uma gama de serviços e atividades destinados a fomentar a cidadania e instaurar uma cultura de paz nas regiões mais suscetíveis da cidade. Conhecidos como verdadeiras “fábricas de cidadania”, os Compaz são integrados por uma série de políticas públicas que abrangem segurança, educação, cultura e esportes, beneficiando diretamente a população local. A diversidade de serviços prestados pelos Compaz é vasta, incluindo assistência social e mediação de conflitos, educação e capacitação profissional, atividades esportivas e recreativas, iniciativas culturais e artísticas, além de programas de tecnologia e inovação. Localizados em variados distritos de Recife, como Alto de Santa Terezinha, Cordeiros, Madalena, Ilha Joana Bezerra e Ibura, cada Compaz é estrategicamente posicionado para atender às demandas específicas de sua comunidade, oferecendo um leque específico de serviços e atividades (Recife, 2022).

Atualmente compõem a rede 6 unidades de Compaz existentes (Eduardo Campos, Miguel Arraes, Ariano Suassuna, Dom Hélder Câmara, Professor Paulo Freire e Atriz Leda Alves).

Figura 20: Mapa 03 – Localização das Unidades de Compaz - Base Aglomerados Recife



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 21: Compaz Ariano Suassuna

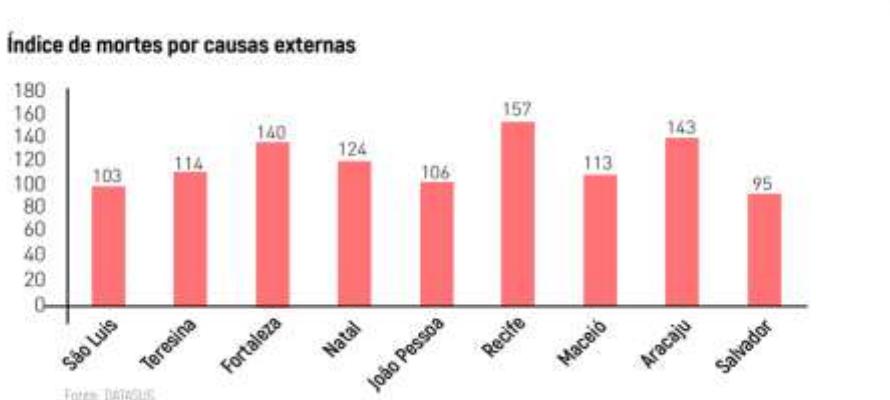


Fonte: Prefeitura de Recife

Disponível em: <https://compaz.recife.pe.gov.br/>

Murilo Cavalcanti, o idealizador da concepção do Compaz para a cidade de Recife, declarou em entrevista ao *Better Human Lab* que as instalações por ele idealizadas tiveram um impacto substancial nos territórios onde foram implementadas. É importante enfatizar que os índices observados não são os únicos indicadores de mudanças concretas. Estes índices também estão associados a outros elementos, como o sentimento de pertença e a integração com o equipamento por parte da comunidade, que podem influenciar significativamente na redução dos índices de violência nessas áreas. Essa perspectiva é corroborada pelas observações de Limeira (2022) e Estanislau (2023) embora os apontamentos da Secretaria de Planejamento Urbano da Cidade de Recife (2019) apontem aumento nos índices de violência num quadro geral quando comparados com os dados do Estado de Pernambuco e outras cidades da região nordeste do Brasil. Já para as pesquisas realizadas pontualmente o índice apresenta redução muito significativa, conforme Limeira (2022) onde aponta redução as mortes não violentas intencionais na região do Compaz Eduardo Campos da ordem de 38,95 (por 100 mil habitantes) em 2016 (ano de início das implantações das primeiras unidades) para taxa zero no ano de 2018.

Gráfico 1: Gráfico 01 – Índices de mortes por causas externas ano 2017:



Fonte: DATASUS – adaptado Secretaria de Planejamento Urbano de Recife

Disponível em: recife500anos.org.br

Assim, observa-se que, apesar de haver um crescimento nos índices gerais de violência nas cidades nordestinas, uma análise mais detalhada em nível de bairro pode revelar uma diminuição significativa desses índices, especialmente após a implementação de infraestruturas como o Compaz. Isso indica que há evidências concretas de que as melhorias regionais são possíveis com a operacionalização das unidades do Compaz. Para além de enfatizar as preocupações com a segurança, a Secretaria de Planejamento Urbano destaca a intenção de integrar as Unidades de Compaz em espaços unificados com os demais programas de convivência cidadã do Programa “Recife 500 anos”. Murilo Cavalcanti ressalta ainda que as comunidades dessas regiões desenvolveram um forte senso de pertencimento, vendo esses locais como uma extensão de suas residências. Nesse contexto, está prevista a inauguração de um novo Compaz, que incorporará também demandas habitacionais, reforçando e integração comunitária e o acesso a espaços de lazer e cultura.

Desta forma, a intenção deste estudo é conduzir uma análise aprofundada sobre o papel das unidades de Compaz no tecido territorial, especialmente por estarem localizadas em regiões com alta vulnerabilidade social e densidade populacional no ambiente urbano de Recife. Este exame também está inserido no contexto de uma iniciativa mais abrangente, denominada “Recife Cidade Parque”, parte integrante do já mencionado “Plano Recife 500 anos”, que almeja, segundo a prefeitura de Recife, sua concretização até 2037. O plano em questão tem como propósito requalificar a cidade de Recife, incorporando as unidades de Compaz como elementos chave em diversas estratégias de execução do plano, conforme delineado acima. É relevante também considerar de forma um pouco mais detalhada o recente projeto para o Rio

Capibaribe, que prevê ações em uma extensão de cerca de 500 metros ao longo de suas margens. Devido à localização estratégica a este rio, esta pesquisa visa focar em um segmento específico de estudos nas unidades de Compaz Eduardo Campos e Ariano Suassuna. Estas unidades estão previstas para serem integradas ao projeto, funcionando não apenas como centros de paz, mas também como parques urbanos, contribuindo para a rede de espaços verdes públicos da cidade, aspecto também destacado por Estanislau (2023).

1.1.3.1 Compaz Eduardo Campos

O Compaz Governador Eduardo Campos foi inaugurado em 2016, localiza-se no bairro do Alto Santa Terezinha, Zona Norte da Cidade de Recife à Avenida Aníbal Benévola, S/N. Atende diariamente 3.700 pessoas realizando atividades no equipamento, de um total de 9.500 pessoas cadastradas. Quanto ao aspecto arquitetônico, a unidade possui área total do projeto está compreendida em 5.249,14 m², divididas em Dojô para artes marciais e Biblioteca Afrânio Godoy com 850 m², que atende cerca de 300 pessoas por dia, conforme dados da Prefeitura de Recife.

Figura 22: Compaz Governador Eduardo Campos



Fonte: Prefeitura de Recife

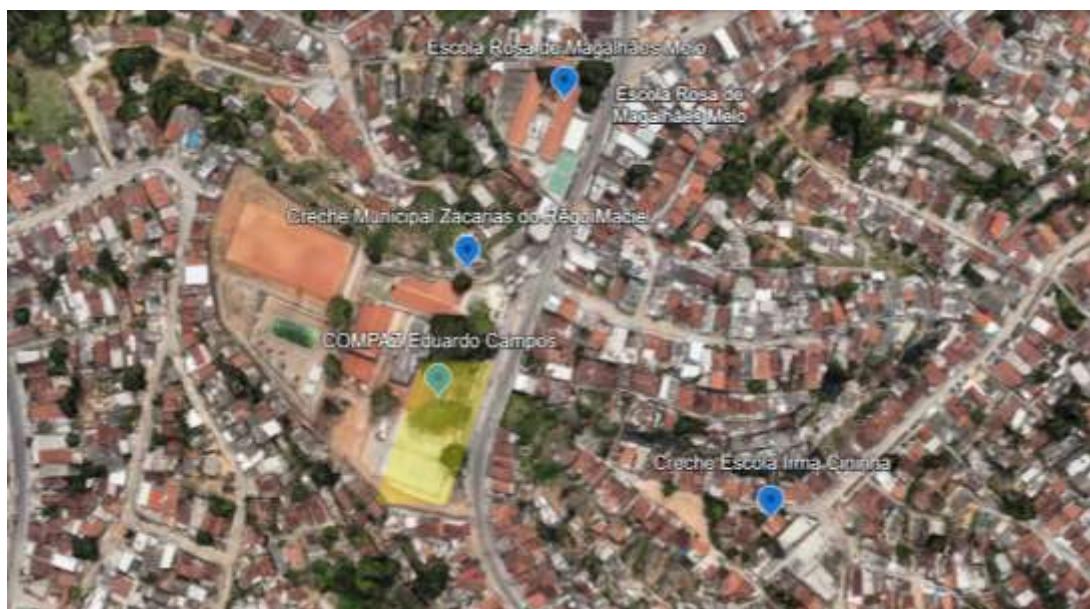
Disponível em: <https://compaz.recife.pe.gov.br/>

Estanislau (2023), divide ainda a edificação em 5 setores: Prestação de Serviços, Esportes e Lazer, Educacional, Cultural e Administrativo juntamente com Apoio Logístico. Aponta ainda para as características de parque desta unidade:

A unidade possui uma edificação principal que se aproveita das curvas de nível do terreno para criar uma edificação de 5 pavimentos (Semienterrado 2, Semienterrado 1, Praça, Mezanino e Superior, nesta ordem), conforme plantas originais recebidas, além de ser implantada em uma espécie de Parque Urbano, que possui diversos usos. Salienta-se ainda que a rua onde a edificação está localizada, após a inserção da unidade em 2016, teve a face voltada ao equipamento modificada para garantir melhor acessibilidade. Estanislau (2023).

Esta unidade de Compaz atende 18 bairros da cidade: Arruda, Campina de Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho, Torreão, Água Fria, Alta Santa Terezinha, Bomba do Hemetério, Cajueiro, Fundão, Porto da Madeira, Beberibe, Dois Unidos e Linha do Tiro.

Figura 23: Área mediata do Compaz Governador Eduardo Campos



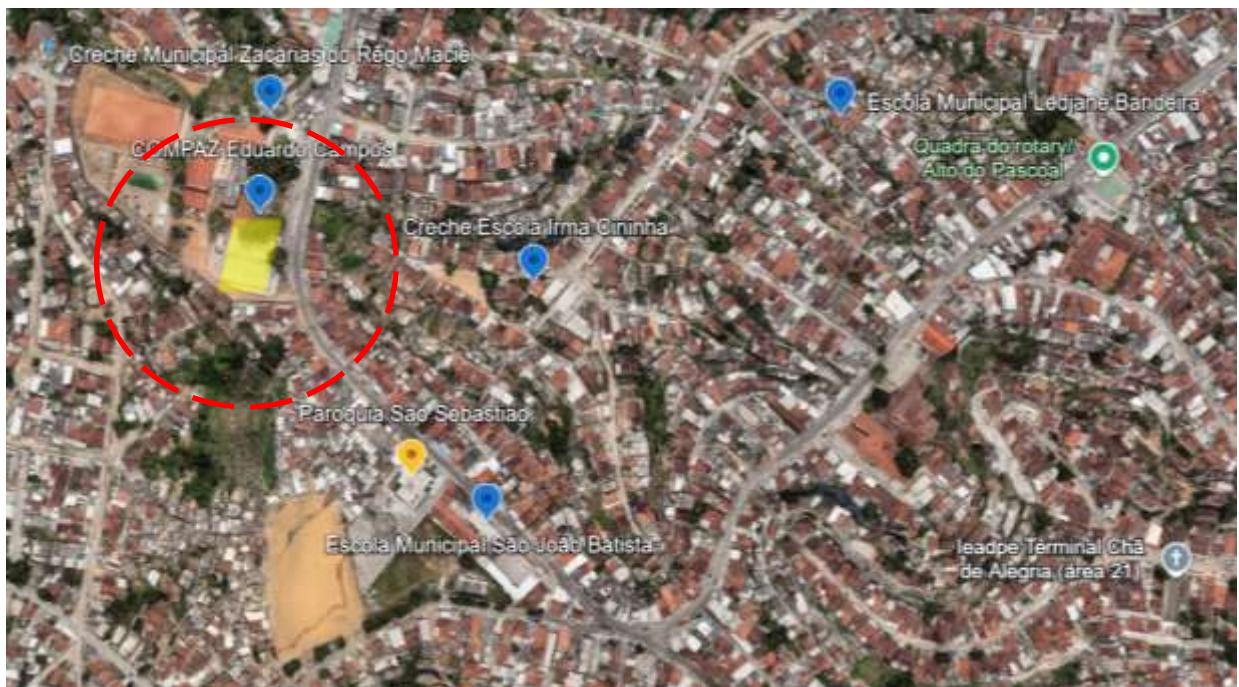
Fonte: Google Earth – acesso em agosto de 2024

Figura 24:Interior Compaz Governador Eduardo Campos



Fonte: Prefeitura de Recife – acesso em agosto de 2024

Figura 25: Área mediata do Compaz Governador Eduardo Campos



Fonte: Google Earth – acesso em agosto de 2024

Dos equipamentos públicos mais próximos podemos apontar a Creche Municipal que divide muros com este Compaz, Unidade de Saúde da Família (UPINHA) Alto do Amaral, Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Padre Nérico Rodrigues e EREM de Beberibe

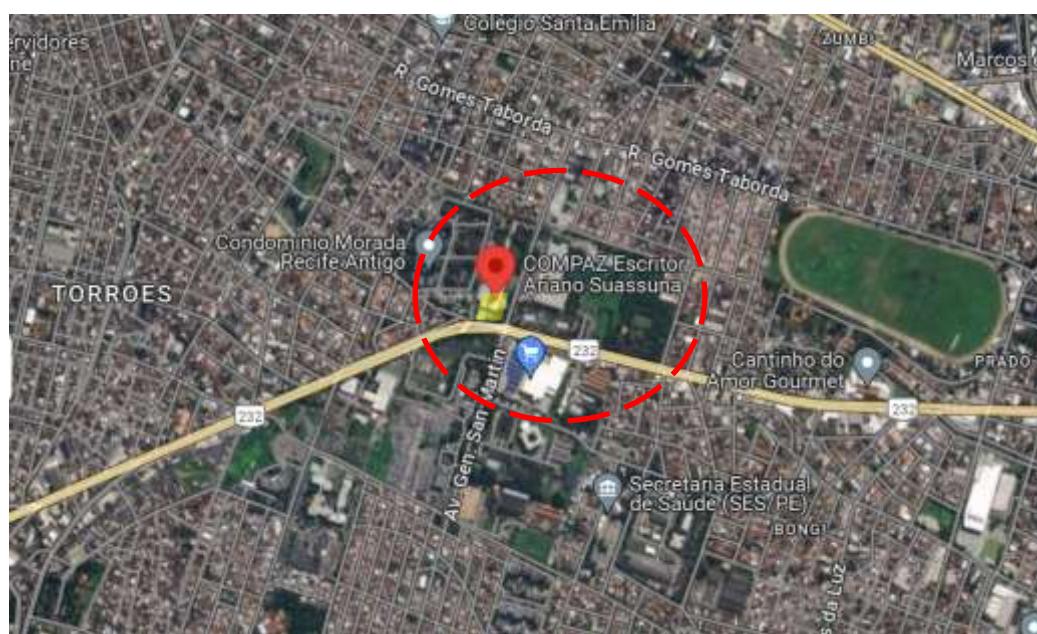
(cerca de 500m). Distando em 1 km da margem mais próxima do Rio Beberibe. Dista ainda, 500 metros do Conjunto Habitacional Eduardo Campos.

1.1.3.2 Compaz Ariano Suassuna

Este foi o segundo equipamento de Compaz. Inaugurado em 2016, situa-se na Zona Oeste de Recife no bairro do Cordeiro de Recife à Avenida General San Martin, 1208, S. Atende um total 9.600 pessoas cadastradas. Quanto ao aspecto arquitetônico, a unidade possui área total do projeto está compreendida em 17 mil m², que compreendem, quadras de tênis, quadra coberta, rampa de skate, pista de explosão (atletismo) e o ateliê de artes e artesanato. Sua Biblioteca Jornalista Carlos Percol possui 500 m², que atende cerca de 300 pessoas por dia, conforme dados da Prefeitura de Recife.

Para além das atividades que já são ofertadas como futebol, ballet clássico, natação, cursos de idiomas e práticas meditativas, a unidade. A Unidade de Compaz Ariano Suassuna, abriga ainda os serviços da Junta Militar, Atendimento à mulher, Procon, Mediação de Conflitos, Cras, Sala do Empreendedor, Emprego e Renda, atendendo aos bairros: Cordeiro, Ilha do Retiro, Utinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi, Engenho do Meio, Torrões, Caxangá, Cidade Universitária, Várzea Afogados, Areias , Barro, Bongi, Caçote, Coqueiral, Curado, Estância, jardim São Paulo, JIQUIÁ, Mangueira, Mustardinha, San Marin, Sancho, Tejipió perfazendo desta forma um total de 28 bairros assistidos (Recife, 2022).

Figura 26: Área mediata Compaz Escritor Ariano Suassuna



Fonte: Google Earth – acesso em agosto de 2024

Dentro de um raio de aproximadamente 1km, o referido equipamento está próximo a demais equipamentos públicos como Secretaria Estadual da Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, (UPA – Tipo III Torrões) Centro de Internação Provisória (CENIP-FUNASA) e Superintendência de Agricultura e Pecuária, conforme Figura 25.

1.2 Experiência Internacional latino-americana

Um exemplo notável de sucesso na implementação de infraestruturas públicas educacionais, que também atuam como catalizadores da transformação urbana em regiões de alta vulnerabilidade social, é evidenciado pelos Parques Bibliotecas localizados em Medellín, Colômbia. Essa metrópole é um marco significativo no panorama latino-americano. Conforme dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas da Colômbia (DANE), Medellín é a segunda maior cidade colombiana, com uma população de mais de 2,4⁸ milhões de habitantes, em uma área de 37.604 km². A estrutura político-administrativa de Medellín é dividida em 16 Comunas em zonas urbanas, 5 Corregimentos em zonas rurais, 249 Bairros oficiais, 52 Áreas institucionais e 7 Zonas de expansão urbano-rural. (Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas da Colômbia, 2023)

Figura 27: Mapa 04 – Localização Medellín - Antioquia - Colômbia



Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas de Colômbia (DANE)-
Adaptado pela autora – *Acesso em: agosto de 2024*

⁸ Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas de Colômbia (DANE). Disponível em: dane.gov.co e dane.maps.arcgis.com

Segundo a Prefeitura Municipal de Medellín, antes da conquista espanhola, o vale onde Medellín se assenta era habitado por comunidades indígenas como os Yamesíes, Niquías, Nutabes e Aburraes. Com a independência e a subsequente consolidação da república colombiana na primeira metade do século XIX, Medellín passou a ser a capital regional da província de Antioquia. O século XX testemunhou um avanço substancial para a cidade, especialmente no setor têxtil, marcando o início de um período de crescimento substancial. No entanto, esse desenvolvimento acelerado trouxe consigo a violência, um flagelo que se espalhou por toda Colômbia e impactou profundamente Medellín. Conforme ainda aponta a Prefeitura de Medellín, a situação deteriorou-se ainda mais após o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, líder político e fundador do Movimento Liberal Gaitanista. Guerrilhas fortaleceram-se no campo, gerando milícias urbanas em várias comunas e, em conjunto com o narcotráfico. Medellín enfrentou praticamente três décadas de intensa violência. (História e Símbolo de Medellín, 2024)

No século XX, após o cenário anterior, Medellín passou por uma profunda transformação urbana, conforme destacado por Echeverri (2017)⁹. Entre os vários projetos de revitalização urbana, houve um progresso significativo na reestruturação do planejamento urbano, com foco na implementação de políticas públicas voltadas para a redução de vulnerabilidade nos bairros periféricos. O êxito dessas políticas, segundo o autor, depende fundamentalmente da valorização dos espaços urbanos, sobretudo dos espaços públicos que integram instalações culturais e áreas de lazer ao ar livre, exemplificado pelos Parques Bibliotecas de Medellín.

Segundo o Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM), os Parques Bibliotecas constituem um programa, cuja visão original era criar locais que fomentassem a inclusão social e o aprendizado, oferecendo acesso a formação, arte, literatura, tecnologia e cultura. De acordo com a administração municipal de Medellín, atualmente funcionam 26 bibliotecas distribuídas em 16 comunas, abrangendo 5 distritos urbanos. O programa inclui também uma rede integrada de bibliotecas comunitárias e populares, escolares, acadêmicas e instituições especializadas. Desta forma o projeto é ampliado com 10 bibliotecas adicionais, 12 bibliotecas de bairros, 2 centros de informação, uma casa de literatura e uma casa de leitura infantil, somando um total de 36 unidades de informação disponíveis para os cidadãos.

⁹ O autor faz referência ainda a diversos outros contextos sobre a escrita de uma nova história para a cidade de Medellín. Para o presente estudo foi observado apenas o recorte sobre os Parques Bibliotecas.

(Medellín, 2019).¹⁰

Figura 28: Mapa 05 – Localização Bibliotecas de Medellín



Fonte: Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM)
Acesso em: agosto de 2024

O presente estudo propõe uma investigação mais aprofundada sobre o Parque Biblioteca Nordeste: Santo Domingo Sávio (ou Biblioteca Espanha)¹¹, integrante do Projeto Urbano Nororiental (PUI-Nororiental), Cárdenas (2006), e sobre o Parque Biblioteca *Léon de Greiff*, ambos situados em áreas de elevada vulnerabilidade social. Cada parque apresenta particularidades intrínsecas ao ambiente físico em que se inserem. Apesar de, segundo informações fornecidas pela prefeitura de Medellín o Parque Biblioteca de Santo Domingo encontrar-se temporariamente fechado, operando apenas por meio de atividades itinerantes, sua existência é um divisor de águas no processo de transformação espacial da zona nordeste da cidade.

¹⁰ O vídeo institucional detalha como funciona o “ecossistema bibliotecário” em Medellín. Disponível em: <https://youtu.be/POjz0ZR7mqI>

¹¹ Conforme informado pela Prefeitura de Medellín, Santo Domingo Savio fora o nome escolhido pela comunidade ao passo que o nome sugerido pela Prefeitura foi Parque Biblioteca Espanha pelo reconhecimento e fortalecimento das relações culturais, econômicas, históricas e de cooperação, inclusive após doação de suprimentos tecnológicos e pela inauguração da biblioteca pelo Rei e Rainha da Espanha em 2007.

1.2.1 Projeto Parque Biblioteca Espanha

Observando-se sob o ponto de vista arquitetônico, conforme destacado por Capillé (2017) o projeto é notável pelos seus três volumosos blocos que remetem às rochas dos morros onde está instalada, harmonizando-se com o entorno urbano. Esta estrutura é visível de diversos locais da cidade, simbolizando a conexão das zonas periféricas com o acesso à educação e cultura. Inaugurado em 2007, o complexo abrange uma área edificada de 3.727 m², com uma área total de ocupação de 14.265 m². (SBPM, 2023)

Figura 29: Foto aérea Biblioteca Parque Espanha



Fonte: ArchDaily-2023

Para além dos aspectos arquitetônicos é válido ressaltar a importância territorial deste equipamento público como um agente acelerador de transformação urbana. Segundo dados do (DANE) Parque biblioteca Espanha, está localizado no Bairro de Santo Domingo Sávio, Comuna 1, Alcadía de Medellín. Abrangendo uma área territorial de 3,10 km², esta comuna abriga cerca de 5,2 % da população total do município, com uma densidade média de 3,5 habitantes por domicílio, segundo dados do censo de 2018 (DANE).

Conforme Cárdenas (2006) esta Biblioteca foi elemento chave dentro do Projeto Urbano Integral Nororiental (PUI Nororiental), onde um dos objetivos era integrar o corredor comercial de Santo Domingo com o Parque Biblioteca Espanha, valorizando o passeio urbano e consequentemente a todo o território que a circunda.

Figura 30: Comuna 1- Depois Implantação PUI



História da comuna 1

<https://youtu.be/2ON05iBVMwU?t=70>

Figura 31: Comuna 1- Depois Implantação PUI – Sist. de Mobilidade Urbana



Fonte: Let's go medellin – Acesso em: agosto 2024

Disponível em: <https://youtu.be/gLDKuqooT-A>

A importância desse projeto encontra-se na capacidade de conectar o equipamento urbano ao tecido social, fortalecendo o sentimento de pertencimento entre os cidadãos. Assim como ressalta César Hernández (PUI, 2006. P-45), na ocasião gerente do PUI, onde observa a importância do principal corredor comercial de Santo Domingo, Rua 106. Ele observa sobre a adequação da mesma, com o passeio urbano, gerando outros valores agregados futuramente, assim como a conexão de Santo Domingo ao Parque Biblioteca.

Figura 32: Rua 106 – Antes e Depois Implantação PUI



Fonte: Arquivo Projeto Urbano Integral Nororiental – PUI Nororiental-2006

Disponível em: www.medellin.gov.co – Acesso em ago/2024

Conforme destacado no webinar do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), com o tema, Urbanismo Social: Conexão Medellín, Recife e São Paulo (2020), a interação entre a cidade e suas instalações contribui significativamente para esse sentimento de pertença, reforçando sempre o emblema “o melhor para quem mais precisa”. Observa-se ainda que atualmente as bibliotecas municipais são exemplos de espaços públicos bem mantidos, sem sinais de deterioração como torneiras quebradas, e são mantidas limpas e organizadas com a ajuda de todos os usuários (INSPER, 2020)

1.2.2 Parque Biblioteca La Ladera

Localizado na Zona Central de Medellín, abrangendo as comunas 8,9 e 10, o Parque Biblioteca *La Ladera* ou León de Greiff¹² surge como um marco significativo na transformação

¹² Nome em homenagem ao Poeta Francisco de Asís León Bogislao de Greiff Häusler, comumente conhecido León de Greiff (1985-1976). Nascido em Medellín, foi um dos poetas mais importantes do século XX de fundamental contribuição para a literatura colombiana e modernismo. Dentre as obras mais conhecidas estão: Tergiversaciones, Livro dos Signos, Variações ao redor do nada, Prozas de Gaspar e Fárrago. Disponível em

do espaço urbano. Este sítio, que atualmente abriga um complexo cultural multifacetado tem suas origens em um passado ainda marcante pois, o local pertencera antigamente à Presídio Celular masculino *La Ladera*. Os portais remanescentes da estrutura original foram mantidos, atuando como um memorial que preserva a história dos tempos passados e simboliza a capacidade de resiliência da comunidade contribuindo para a ressignificação do espaço como um todo. (SBPM, 2023).

O parque municipal oferece uma variedade de instalações, incluindo espaços para atividades culturais, livros com títulos diversificados, biblioteca digital, e uma seção infantil localizada no subsolo. Além dessa estrutura, conta ainda com bloco esportivo e um complexo aquático, disponível para a utilização de toda comunidade.

Figura 33: Parque Biblioteca La Ladera



Fonte: Mazzanti, 2008

Figura 34: Acesso principal Parque Biblioteca La Ladera



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 35:Estrutura de serviços ofertados no Parque Biblioteca La Ladera



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

A topografia accidentada do terreno, possibilita diferentes conexões como o ambiente circundante, proporcionando diferentes acessos e perspectivas, facilitando dessa forma o acesso ao público. As calçadas ao redor do edifício são projetadas para serem acessíveis, sem barreiras físicas, e sua área verde se estende até encontrar um dos cinturões verdes de Medellín, refletindo também preocupação com a conservação da vegetação nativa.

O acesso principal ao complexo do Parque Biblioteca La Ladera pode ser feito através do MetroPlus (linhas: 014 La Ladera, 090 El Pinal, integrados 08 e 09) e das ruas adjacentes,

que também promovem a caminhabilidade e a conexão com outros serviços públicos, como a Unidade de Vida Articulada (UVA), Parque Obrero, CES Clinic, Clínica Soma e a Escola Municipais Alfonso López Pumarejo. Além do MetroPlus o parque também é atendido pela linha de ônibus Calazans Boston 310-311¹³. (SBPM, 2023)

Figura 36: Unidade de Vida Articulada (UVA)



Fonte: Google Earth – acesso em agosto de 2024

Outro elemento de importante que merece atenção, são as facilidades disponibilizadas à população nas instalações do Parque Biblioteca La Ladera. Isso inclui o Centro de Serviços ao Cidadão, que oferece uma variedade de assistências administrativas, e o Centro Integral À Família (Vila Hermosa), que proporciona um suporte abrangente às famílias da região. Com serviços voltados ao bem-estar familiar, através de oficinas, reuniões e atividades recreativas para as famílias, com intuito de integrá-las ao tecido social e cultural da cidade, atendendo dessa forma demandas voltadas para os aspectos socioemocionais, sociais e educacionais dos arranjos familiares da comunidade como um todo.

Figura 37: Demais serviços ofertados no Parque Biblioteca La Ladera

¹³ Os acessos para os Parques, bem como a estrutura física são disponibilizados na página de cada Parque Biblioteca: [www.](https://bibliotecasmедин.gov.co). Para o presente estudo foi realizada visita presencial da autora às instalações deste parque, permitindo maior compreensão e entendimento da oferta das atividades, bem como a conexão deste equipamento com a cidade.



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 38:Interior do Parque Biblioteca La Ladera



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

1.3 Síntese da concepção e trajetória dos CEUs em São Paulo

Neste capítulo buscou-se analisar a concepção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, à luz de exemplos exitosos de equipamentos urbanos que, além de suas funções educacionais, têm o potencial de transformar e regenerar áreas de vulnerabilidade social. O objetivo foi investigar se os CEUs, enquanto estratégia para fortalecer a rede de equipamentos públicos municipais, realmente se alinham com conceitos e práticas observados em referências nacionais e internacionais.

Conforme aponta Delijaicov (2017), os CEUs surgiram como uma proposta inovadora para consolidar a rede de equipamentos públicos em uma grande “Praça Social”, visando melhorar o tecido igualitário de regiões com alto índice de vulnerabilidade. Dessa forma, partiu-se da hipótese de que esses equipamentos não apenas promovem a transformação urbana e social, mas também atuam como catalisadores de regeneração em áreas vulneráveis. Para buscar a confirmação dessa hipótese, analisou-se a experiência de referências nacionais e internacionais.

No Brasil, foram estudados exemplos das Escolas Parque e dos Centros Integrados de Educação Públicas (CIEPs). As Escolas Parque, idealizadas por Anísio Teixeira, e os CIEPs, concebidos por Darcy Ribeiro, se mostraram similares ao conceito dos CEUs em termos de integração com a comunidade e de oferecimento de múltiplos serviços. As escolas Parque, influenciadas por modelos educacionais dos padrões norte-americanos, foram projetadas para se integrar ao tecido urbano e oferecer uma ampla gama de atividades educativas e de apoio à comunidade. Da mesma forma, os CIEPs foram pensados para atender a um déficit educacional, porém com uma abordagem construtiva eficiente e uma integração ao meio urbano, incluindo moradia estudantil e serviços comunitários. Já os Centros Comunitários da Paz (COMPAtz) em Recife. Inspirados nos Parques Biblioteca de Medellín, na Colômbia, embora inicialmente voltados para a prevenção da violência e a inclusão social. Expandiram seu papel para se tornarem centros multifuncionais que promovem cidadania e oferecem uma ampla gama de serviços, incluindo assistência social, mediação de conflitos e capacitação profissional. Conforme dados da Prefeitura de Recife, houve redução significativa de mortes não violentas nas regiões de implantação dos Compaz, evidenciando dessa forma, seu impacto positivo na segurança e na qualidade de vida nessas regiões.

Por fim, como o presente estudo também focou na análise dos aspectos territoriais relacionados à qualidade do entorno das edificações dos Centros Educacionais Unificados

(CEUs), a hipótese investigada neste caso, foi a de que esses equipamentos públicos poderiam, de fato, contribuir positivamente para a melhorias das condições ao redor das áreas onde foram implantados. Dessa forma, para os projetos de referência, também foram examinados fatores como a qualidade dos passeios, a iluminação das vias, limpeza nos arredores, acessibilidade e a proximidade com outros equipamentos públicos. Esta análise baseou-se na cartilha para recenseadores elaborada pelo IBGE (2018) e nas diretrizes e metodologias “*Active Design: Shaping the Sidewalk Experience*”, Nova York (2016) ou como conhecido Safari Urbano, Archdaily (2016). Os critérios elaborados pela prefeitura de Nova York serviram de base para ordenar o roteiro da pesquisa do entorno do IBGE. A análise revelou algumas semelhanças entre as unidades estudadas.

Das unidades analisadas todas possuem proximidade com dois ou mais equipamentos públicos, estão localizadas em vias onde o entorno apresenta boa qualidade para caminhabilidade, boa qualidade de iluminação pública correlação com outros equipamentos bem como Acessibilidade das calçadas do entorno se dá de forma parcial no que diz respeito a instalação de ciclovia ou ciclofaixa apenas as unidades de Compaz no Recife que possuem implantação para a mesma. Além disso todas as unidades estudadas possuem conexão de estrutura de mobilidade urbana composta por ônibus metrô diversas linhas de ônibus metrôs urbanos e trens, conforme síntese na **Tabela 1**.

Tabela 1: Síntese análise da inserção dos projetos de referência

Unidade	Nome	Cidade-País	Nº de Equipamentos Públicos Próximos	Conexão Equipamentos	Moradia Estudantil	Qualidade calçadas do entorno	Iluminação Pública	Acessibilidade de Calçadas Entorno	Conexões Estrutura Mobilidade Urbana	Existência Ciclofaixa ou Ciclovia
Escolas Parque	CECR Escola Parque 308-Sul	Salvador Brasil Brasília-DF Brasil	4 2	RUIM BOA	SIM SIM	RUIM BOA	BOA BOA	NÃO SIM	SIM SIM	NÃO NÃO
	Compaz Eduardo Campos Compaz Suassuna	Recife Brasil Recife Brasil	5 5	BOA BOA	NÃO NÃO	BOA BOA	BOA BOA	SIM SIM	SIM SIM	SIM SIM
CIEP	CIEP nº1 Tancredo Neves	Rio de Janeiro Brasil	3	BOA	SIM	BOA	BOA	NÃO	SIM	NÃO
	Parque Biblioteca Nordeste (Espanha) Parque Biblioteca La Ladera (León de Gréiff)	Medellín Colômbia Medellín Colômbia	2 4	BOA	NÃO NÃO	BOA BOA	BOA BOA	SIM SIM	SIM SIM	NÃO NÃO

Fonte: Observação direta: elaborado pela autora

Desta forma, a análise das experiências nacionais e internacionais apontam que os CEUs em São Paulo compartilham princípios semelhantes com outros projetos de sucesso. Os projetos de referência analisados não só oferecem serviços educacionais, mas também desempenham um papel crucial na revitalização e melhora das comunidades em que estão inseridos. Dessa forma, entende-se que os CEUs se consolidam como um modelo promissor para a integração de serviços públicos e a promoção da transformação social e urbana.

CAPÍTULO – II | PRIMEIRA E SEGUNDA GERAÇÃO DE CEUS – CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE TERRITORIAL

Este capítulo apresenta uma análise da concepção e implementação das primeiras e segundas fases dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo. O objetivo é proporcionar uma visão abrangente das duas primeiras gerações do programa, abordando o número de unidades construídas, análise dos territórios onde foram inseridas e uma comparação dos aspectos mais relevantes de cada fase.

Para a análise dos aspectos territoriais, a pesquisa foi direcionada para quatro unidades da primeira geração e três unidades da segunda geração, permitindo desta forma, uma avaliação mais aprofundada de cada unidade analisada. O estudo buscou selecionar unidades que mais se aproximassesem da ideia original dos CEUs ou, ao contrário, que se distanciaram do conceito inicial, investigando como essas alterações impactaram os processos de requalificação urbana das regiões onde estão inseridas. A análise é orientada pela proposta da praça de equipamentos e praça social, que é a base do projeto dos CEUs conforme apontado por Alexandre Delijaicov (2017).

Na primeira geração, serão analisadas as seguintes unidades: CEU Jambeiro, por ser uma das primeiras unidades implantadas; CEU Rosa da China por estar inserido em território de alta vulnerabilidade social; CEU Perus pela sua localização na Zona Norte da cidade e proximidade com a linha 7 (sete) rubi da CPTM, importante eixo de mobilidade e o CEU Casa Blanca por estar localizado na região Sul da cidade, local de extrema carência de equipamentos públicos e de lazer.

Na segunda geração, a análise teve foco tanto nas primeiras, quanto nas últimas unidades implantadas, resultando na seleção das seguintes unidades para estudo: CEU Jaçanã por ser uma das primeiras unidades da segunda geração; CEU Caminhos do Mar, devido à sua localização na Zona Sul da cidade, próxima a uma unidade da primeira geração; e CEU Água Azul, por ser a primeira unidade da segunda fase a ser implantada na Zona Leste.

O recorte para estudo das unidades buscou considerar as características do edifício acerca da tipologia observando-se ano de implantação, análise do entorno, aspectos territoriais como quantidade de equipamentos públicos e urbanos nas proximidades, indicação dos bairros abrangentes de acordo com a região de implantação de cada unidade.

2.1- A primeira geração dos CEUs em São Paulo

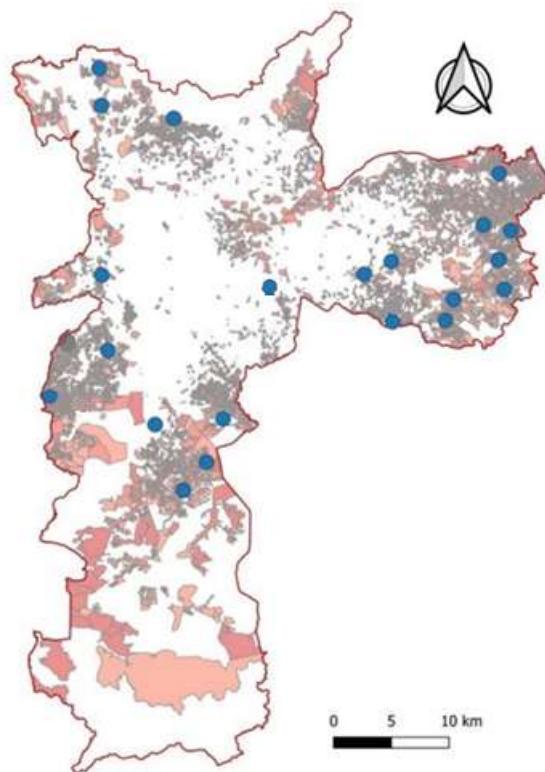
A primeira fase dos (CEUs) foi desenvolvida como parte de um esforço para promover o acesso à educação, cultura e lazer em áreas urbanas vulneráveis de São Paulo. O programa foi projetado para oferecer uma ampla gama de serviços e atividades, incluindo ensino fundamental, atividades culturais, esportivas e de lazer, com intuito inicial de atender à demanda das políticas públicas educacionais propostas pela então Secretaria Municipal de Educação (SME).

De acordo com a Secretaria, as premissas iniciais do programa visavam promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens, adultos, atuando como polos de desenvolvimento comunitário e oferecendo novas experiências educacionais. O programa enxergava crianças e adolescentes como protagonistas no contexto educacional e tinha como foco a integração da comunidade com a escola, promovendo a interdisciplinaridade entre educação, esporte e lazer, otimizando assim os serviços e equipamentos.

Os CEUs foram projetados por Alexandre Delijaicov, André Takiya e Wanderley Ariza, com base no conceito piloto inspirado nas Escolas Parque, desenvolvidas na Bahia na década de 1950 por Anísio Teixeira, conforme descrito por Kowaltovisk (2005). Durante a primeira fase do programa, que teve as primeiras unidades inauguradas no ano 2003 sob a gestão da então Prefeita Marta Suplicy (compreendida entre os anos de 2001 até 2004), foram construídas 21 unidades, cada uma planejada para atender às necessidades específicas das comunidades locais. Esta fase se estendeu até o ano de 2004. (Souza, 2010)

Para implementar o projeto conforme as premissas iniciais, que incluíam a demanda escolar, a valorização regional e a geração de empregos, algumas atividades foram instaladas em terrenos obtidos por desapropriação. (Mascarenhas, 2005).

*Figura 39: Mapa das primeiras 21 unidades de CEU, compreendida entre os anos de 2003 até 2004
- Sobreposição áreas mais vulneráveis segundo IPVS,2020.*



Fonte: Mapa elaborado pela autora editado a partir de dados do GeoSampa.

Desta primeira fase de implantação destacam-se o CEU Jambeiro por ser uma das primeiras unidades a ser instaladas, o CEU Rosa da China por estar inserido em território de altíssima vulnerabilidade social, o CEU Perus por sua localidade na Zona Norte da cidade e proximidade com a linha 7 (sete) rubi da CPTM e o CEU Casa Blanca por estar localizado na região Sul da cidade, local de extrema carência da equipamentos públicos e de lazer.

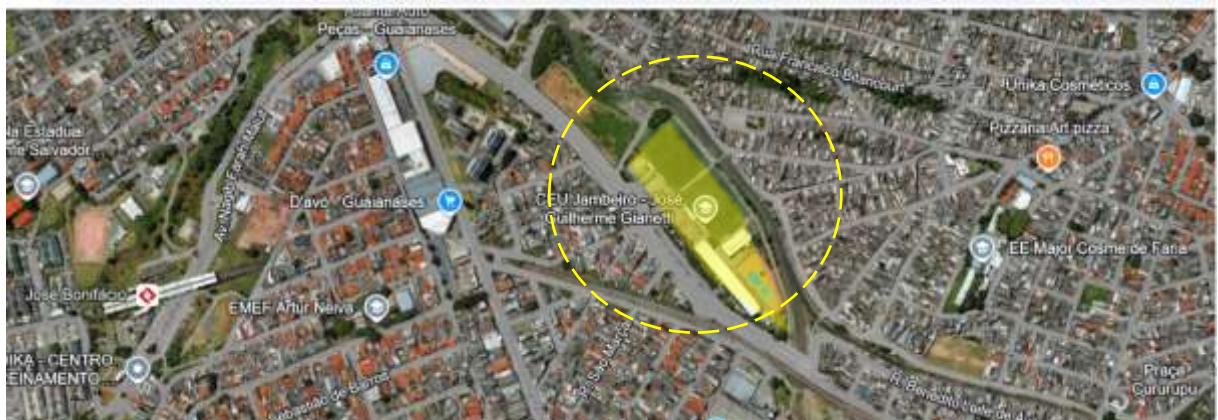
2.1.1- CEU Jambeiro – José Guilherme Gianetti

Conforme Souza (2010), o CEU Jambeiro, inaugurado em 08 de setembro de 2003, foi uma das primeiras unidades entregues. Situa-se no distrito de Lajeado, Bairro de Guaianases, região de alta densidade populacional, localizado na Zona Leste do Município de São Paulo. No ano de sua inauguração, segundo a Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), conforme planilha orçamentária demonstrada no Anexo A, foi contabilizado investimento no valor de R\$ 11.350.840,63 destinados a obras e instalações deste equipamento (SMF, 2003). Com área

territorial de 49.554,00 m² e área construída resultante em 12.991,00m², possui 39 salas de aula, sendo 16 (dezesseis) destinadas às atividades do CEI, 07 (sete) à EMEI e 16 (dezesseis) às atividades da EMEF. Seu teatro possui capacidade para até 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas. Assim como na maioria das demais unidades construídas na primeira fase a implantação deste equipamento público possui implantação linear, explorando-se a ideia da permeabilidade entre o edifício e seu entorno, mesmo observando-se as grades de fechamento nas divisas do lote (Souza, 2010).

O CEU Jambeiro desempenhou papel crucial ao fornecer infraestrutura e serviços a uma vasta área com alto índice de vulnerabilidade social. Este equipamento está inserido de maneira a atender não só os moradores de Guaianases, mas também de bairros adjacentes como Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista e Itaquera, conforme Figura 40. O acesso se dá por importantes vias de trânsito da Zona Leste, como a Estrada de Poá e a Avenida Nordestina. É atendido pelas linhas vermelha do metrô, Estação Guaianases da Linha 11–Coral da CPTM e diversas linhas de ônibus que conectam o bairro a outros locais da cidade. A região conta ainda com outros equipamentos públicos como, Escolas Estaduais Major Cosme de Faria e Miguel Hidalgo, Escola Municipal de Educação Infantil Artur Neiva e Parque Linear Guaratiba, que complementam os serviços oferecidos pelo centro. Figuras 40 e 41.

Figura 40:Localização CEU Jambeiro e entorno.



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 41: Localização CEU Jambeiro e entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 42: CEU Jambeiro – foto aérea

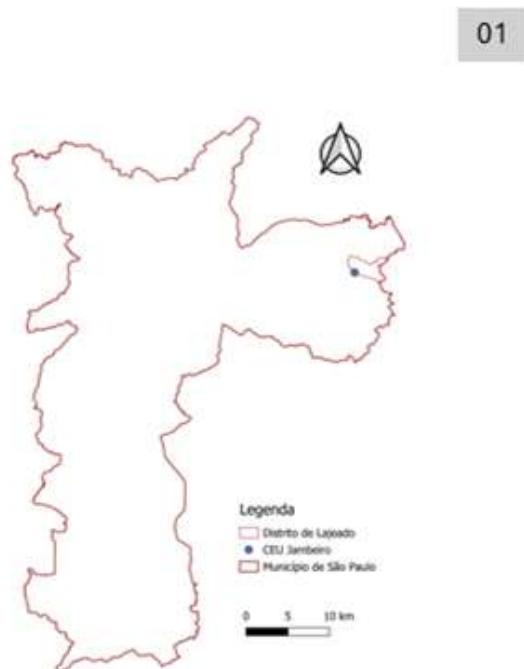


Figura 43:CEU Jambeiro (Auditório)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 44: Mosaico 1 – CEU Jambeiro



1 – Mapa Localização CEU Jambeiro – Dist. Lajeado
Fonte: Base de dados GeoSampa – Elaborado pela autora

2 – Foto aérea CEU Jambeiro – Ano 2003
Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

3 – Foto aérea CEU Jambeiro – Ano 2024
Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

4 – Foto CEU Jambeiro
Fonte: SME/2024

5- Foto CEU Jambeiro
Fonte: SME/2024



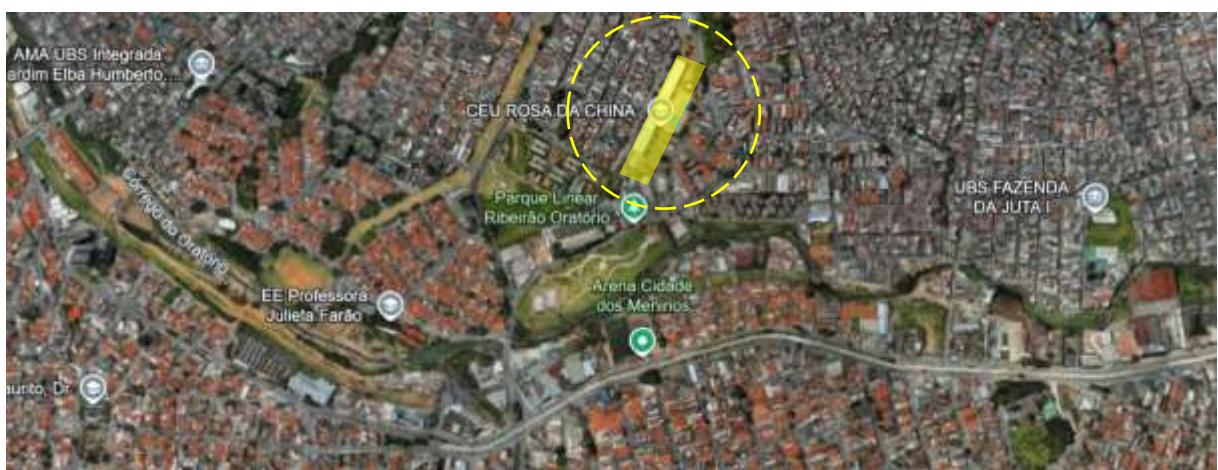
Fonte: Elaborado pela autora – vide legenda

2.1.2- CEU Rosa da China

Situa-se no distrito de Sapopemba, Bairro Jardim São Roberto, localizado na Zona Leste do Município de São Paulo. Conforme Souza (2010), foi inaugurado em 10 de setembro de 2003, possui área construída resultante em 13.121,00 m² e territorial de 20.000,00 m². Sua estrutura conta com 14 (quatorze salas de aula destinadas do CEI, 10 (dez) à EMEI e 14 (quatorze) à EMEF, totalizando 38 salas de aulas. Teatro com capacidade para 450 pessoas e 03 (três) piscinas, sendo 01 (uma) olímpica, 01 (uma) e 01 (uma) de uso comum. Segundo a SMF (2003) no ano de sua inauguração, os gastos destinados a obras e instalação deste equipamento somam R\$ 11.979771,16 (SMF, 2003).

O CEU Rosa da China atende os moradores dos Bairros Jardim São Roberto, Conjunto Residencial, Sítio Oratório e Altos de Vila Prudente, conforme Figura 45. Os principais acessos acontecem pela Avenida Sapopemba, Ruas do Oratório, Rua Antônio de França e Silva, Rua Rosas de maio, Rua Rosa da China e Rua Clara Petrela. É atendido pelo Monotrilho do metrô, linha -15, na estação Sapopemba. Ciclofaixas estão dispostas somente nas praças e parque próximos ao local, Figuras 45, 46 e 47 . Seu edifício está localizado próximo a outros equipamentos públicos como, ao Parque Linear Ribeirão Oratório, Praças Professor Hilário Franco e Mascarenhas de Moraes, Escola Estadual Professora Julieta Farão, UBS Fazenda da Juta I, Figura 46. A disposição deste edifício no terreno acontece de forma linear e mesmo com a instalação das grades de fechamento, proporciona visibilidade entre o entorno nas ruas adjacentes e o interior do equipamento, principalmente nas áreas livres destinadas ao conjunto aquático, Figura 47.

Figura 45: Localização CEU Rosa da China e entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 46: Localização CEU Rosa da China e Bairros Adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

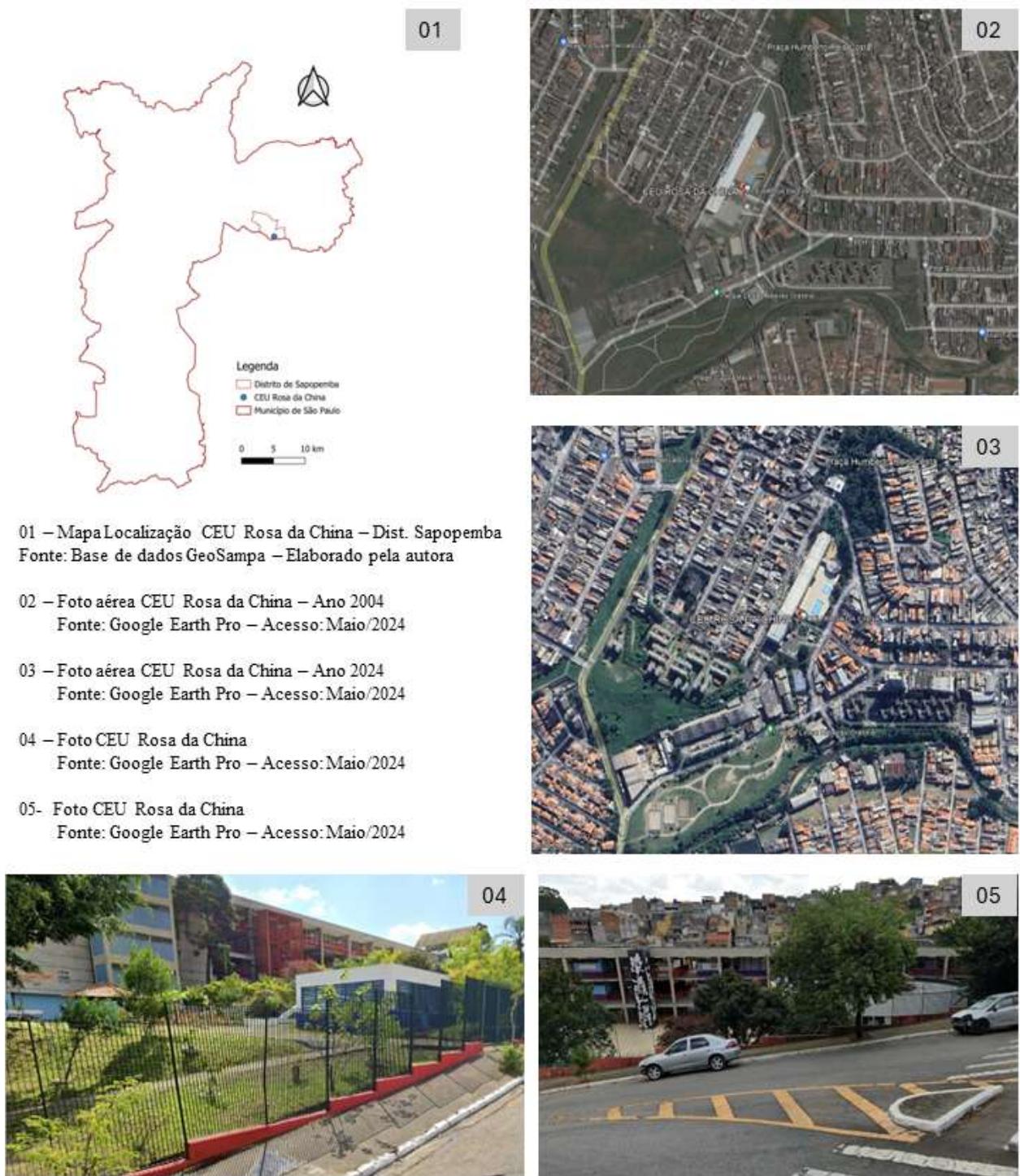
Acesso: jan 2025

Figura 47: CEU Rosa da China – acesso principal



Fonte: Google Earth Pro – junho/2024

Figura 48: Mosaico 2 – CEU Rosa da China



01 – Mapa Localização CEU Rosa da China – Dist. Sapopemba
Fonte: Base de dados GeoSampa – Elaborado pela autora

02 – Foto aérea CEU Rosa da China – Ano 2004
Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

03 – Foto aérea CEU Rosa da China – Ano 2024
Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

04 – Foto CEU Rosa da China
Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

05- Foto CEU Rosa da China
Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

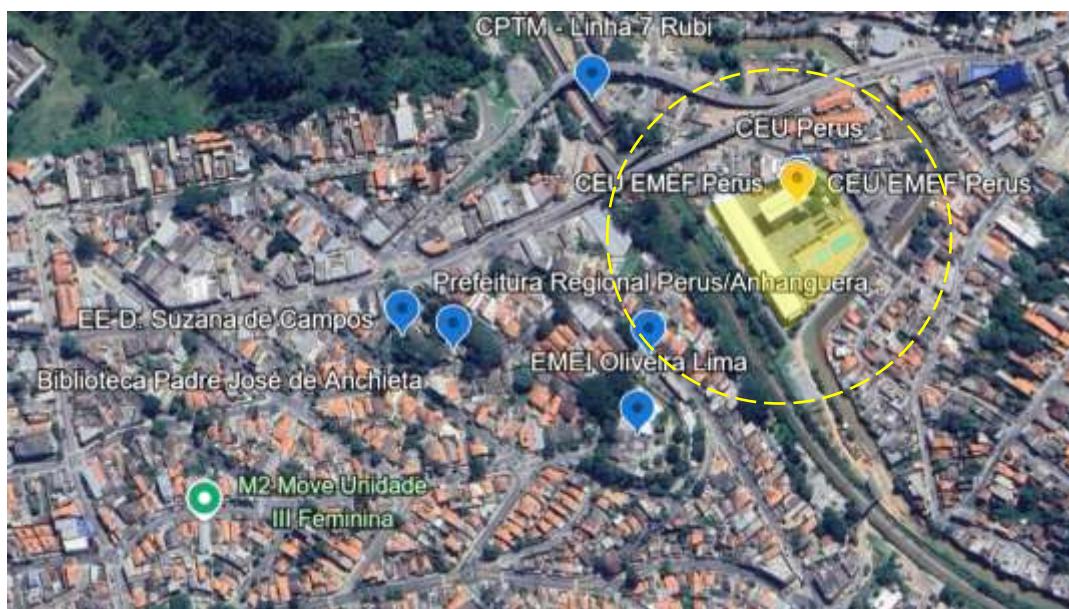
Fonte: Elaborado pela autora – vide legenda

2.1.3- CEU Perus

Conforme SME (2003), o CEU Perus situa-se na Rua Bernardo José de Lorena, s/n, no distrito de Perus, Vila Futon, localizado na Zona Norte do Município de São Paulo. Conforme Souza (2010), foi inaugurado em 25 de agosto de 2003, possui área construída resultante em 13.091,00 m² e territorial de 20.870,00 m². Sua estrutura conta com 15 (quinze) salas de aula destinadas do CEI, 10 (dez) à EMEI e 12 (doze) à EMEF, totalizando 37 salas de aulas. Teatro com capacidade para 450 pessoas e bloco aquático com 03 (três) piscinas, sendo 01 (uma) olímpica, 02 (duas) de uso comum. Segundo a SMF (2003) no ano de sua inauguração, os gastos destinados para obras e instalação deste equipamento somam R\$ 9.941.795,00, conforme planilha Anexo A.

Esta unidade de CEU se encontra próxima à Rodovia e Parque Anhanguera, e atende ainda os bairros adjacentes à Vila Futon: Vila Perus, Vila Malvina e Conjunto Habitacional Recanto dos Humildes. Conforme Figura 49, o CEU Perus atendido pela linha 7 – Rubi da CPTM e está localizado próximo aos equipamentos públicos: Escola Estadual Suzana Campos, Biblioteca Padre José de Anchieta, EMEI Oliveira Lima e Prefeitura Regional Perus/Anhanguera, Figuras 49 e 50.

Figura 49: Localização CEU Perus e entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 50: Localização CEU Perus e bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 51: CEU Perus – pátio interno



Fonte: SME (2003)

Figura 52: Mosaico 3 – CEU Perus



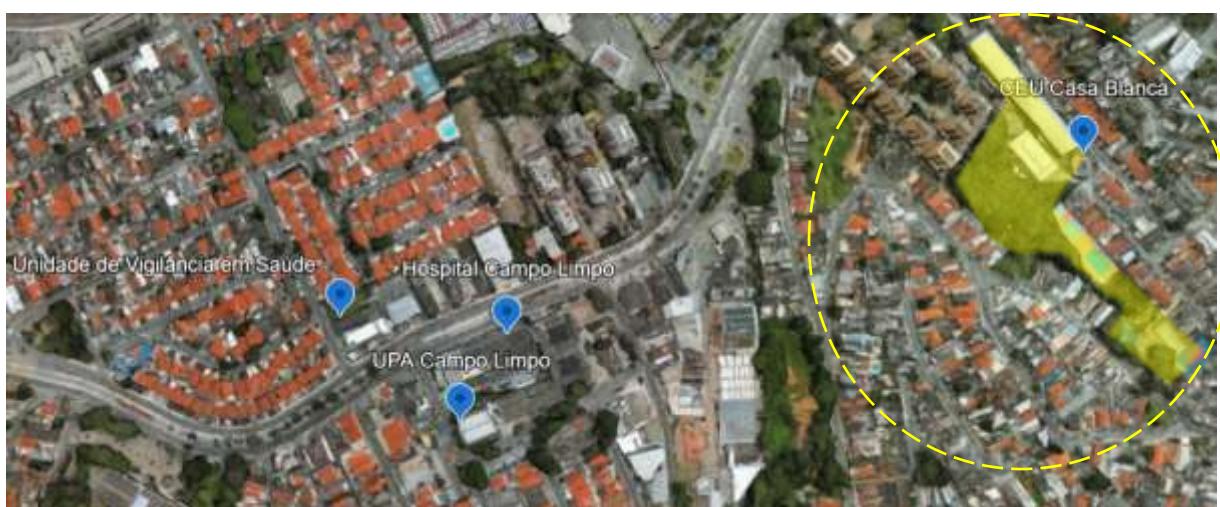
Fonte: Elaborado pela autora – vide legenda

2.1.4- CEU Casa Blanca – Professor Solon Borges dos Reis

Situa-se no distrito de Jardim São Luis, Bairro Vila das Belezas, Zona Sul da cidade de São Paulo (SME, 2003). Conforme Souza (2010) essa unidade de CEU foi inaugurado em 27 de junho de 2004, possui área territorial de 25.500 m² e área construída resultante em 13.798 m². Das 39 salas de aula, 15 são destinadas às atividades do CEI, 12 à EMEI e 12 às atividades da EMEF. Seu teatro possui capacidade para até 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas (Souza, 2010).

A implantação deste equipamento público acontece de forma linear, explorando-se a ideia da permeabilidade entre o edifício e seu entorno, mesmo observando-se as grades de fechamento nas divisas do lote, conforme Figura 55. O CEU Casa Blanca atende também de bairros adjacentes como Vila das Belezas, Vila Plana, Vila Nova das Belezas, Vila Prel e Jardim Monte Azul. O acesso principal se dá pela Rodovia Armando Sales (Estrada de Itapecerica) e Rua João Damasceno, Figuras 53 e 54. É atendido pela Linha 07–Rubi da CPTM e diversas linhas de ônibus que conectam o bairro a outros locais da cidade. A região conta ainda com demais equipamentos em seu entorno como Hospital Campo Limpo, Escola Estadual Professor Renato Braga, Escola Estadual Professor Caran Apparecido Gonçalves e UBS Vila das Belezas, conforme Figura 53.

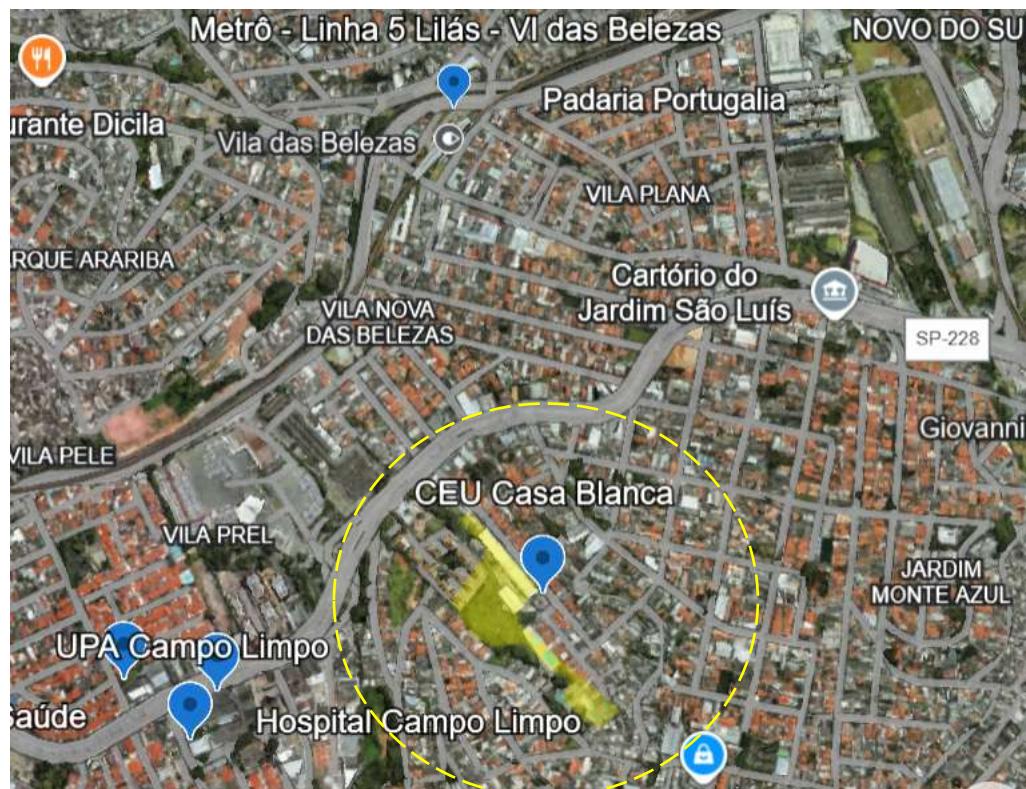
Figura 53: Localização CEU Casa Blanca e entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 54: Localização CEU Casa Blanca e bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

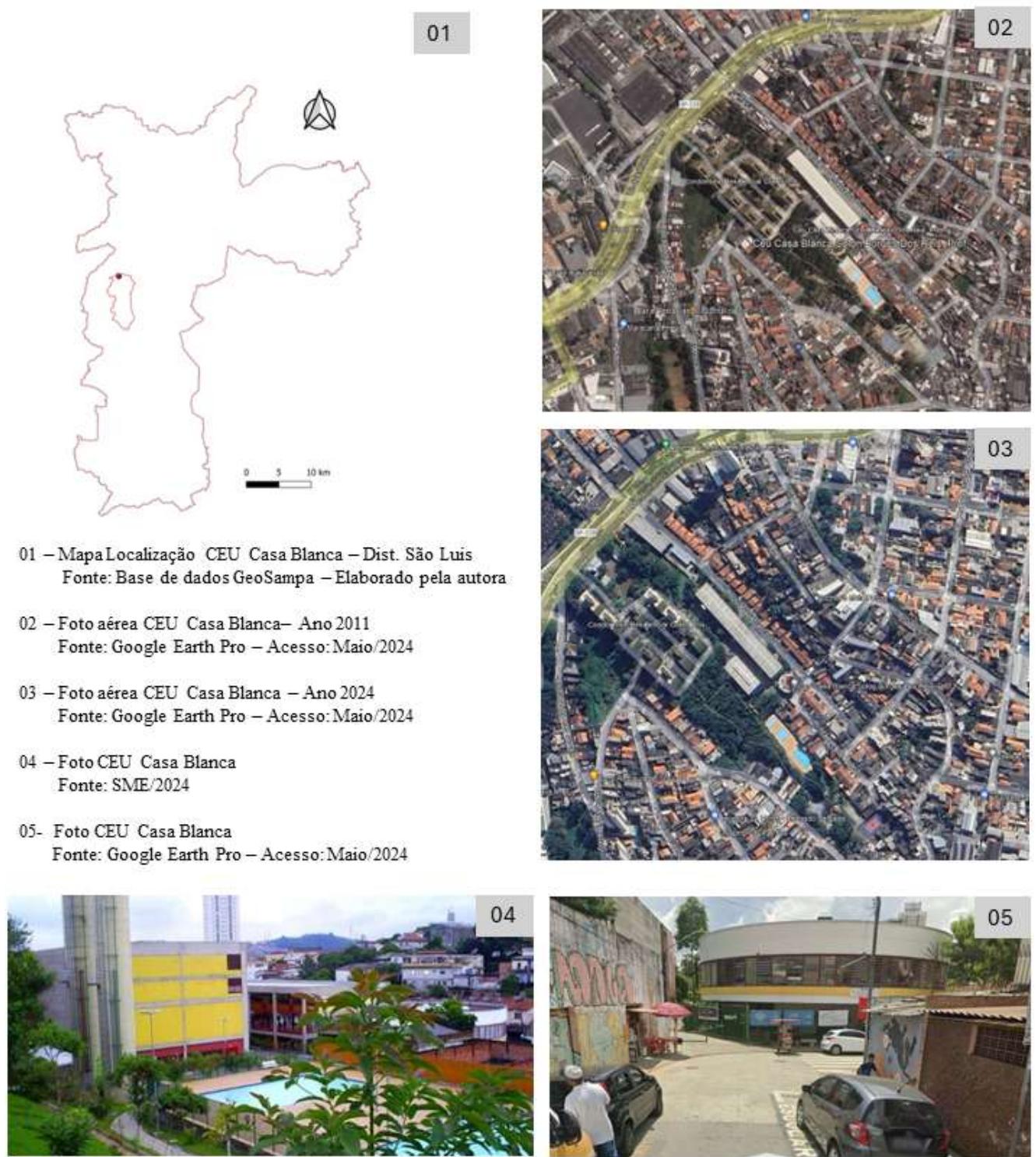
Acesso: jan 2025

Figura 55: CEU Perus – pátio interno



Fonte: SME (2003)

Figura 56: Mosaico 4 – CEU Casa Blanca



Fonte: Elaborado pela autora – vide legenda

2.2- Valores Investidos

Segundo Mascarenhas (2005), baseando-se nos dados apresentados no ano de 2003 pela Secretaria Municipal de Educação (SME), os valores previstos para a implantação dos CEUS teriam sofrido alterações em razão da variação de inflação, alterações projetuais em relação ao projeto matriz e ainda variações específicas dos terrenos disponíveis. (Mascarenhas, 2005).

De acordo com a autora, no ano de 2002, a SME , distribuiu os custo inicial entre pessoal, manutenção predial e limpeza, serviços de vigilância, consumo de água, energia elétrica e telefone, merenda, material de consumo e outros serviços como por exemplo locação de máquina reprográfica. A porcentagem dos valores envolvidos nas operações e manutenções do CEUs estavam estimados na ordem de 13%. Na ocasião, diversos autores e artigos questionaram sobre os valores investidos na criação e manutenção deste equipamento em relação principalmente com custos de manutenção de toda rede escolar do Estado, conforme Mascarenhas (2005), que aborda ainda as diversas discussões já iniciadas nos anos iniciais de implantação do projeto, acerca das diferentes posições envolvendo as questões pertinentes ao custo equipamento. Segundo sua observação, por diversas vezes as elevadas cifras do projeto em questão, tomaram proporções maiores do que a própria potencialidade de o edifício ser então polo gerador de qualidade de vida das comunidades do entorno e requalificação urbana (Mascarenhas, 2005).

Gadotti (2005) e Souza (2010), questionam ainda sobre o “*marketing*” gerado acerca das questões relacionadas o custo da implantação dos equipamentos de educação, evolvendo economistas e políticos. Abordam sobre a preocupante interpretação dos dados e números divergentes entre os diversos veículos de informação durante toda a trajetória de implantação dos Centros Educacionais Unificados.

Dados atuais, levantados junto à Secretaria Municipal da Fazenda (2003), da execução orçamentária para o ano exercício de 2003, data mais antiga de registro destes dados oficiais, apresentam a soma dos valores pagos pelo tesouro municipal somente na construção das unidades da primeira fase dos CEUs, no ano de 2003. Esse investimento incluiu custos de construção, equipamentos, pessoal e programas, não sendo contabilizados os gastos com aquisição de imóveis para cada unidade (SMF, 2003)

2.3- A segunda geração dos CEUs em São Paulo

A segunda fase dos CEUs foi concebida com base nas lições aprendidas com a primeira fase, buscando aprimorar e expandir os serviços oferecidos. Conforme aponta Souza (2010), o programa foi planejado para fortalecer ainda mais o acesso à educação, cultura e lazer nas comunidades de São Paulo. Importante ressaltar que para este novo período constituía-se nova gestão na Prefeitura Municipal de São Paulo, sob a direção do então Prefeito Gilberto Kassab (Souza, 2010).

Para a segunda fase do programa, um total de 24 unidades foram construídas, no intervalo compreendido entre os anos de 2006 e 2009, conforme aponta Souza (2010) observando ainda a dificuldade na continuidade das políticas públicas tendo em vista a transição entre administrações. Para o caso das unidades dos CEUs observa-se um intervalo de 02 (dois) anos sem inaugurações de novos edifícios. Este intervalo compreende os anos entre 2005 e 2006, anos iniciais da nova gestão política para o novo período, conforme gráficos apresentados.

Tabela 2:Número de unidades de CEUs construídos primeira e segunda fase

	GESTÃO A				GESTÃO B				GESTÃO B			
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
JANEIRO												
FEVEREIRO					1						3	
MARÇO					1						1	
ABRIL					1				1			
MAIO					1				3			
JUNHO					1				4			
JULHO									1			
AGOSTO				4					1			
SETEMBRO			3					1				
OUTUBRO			2				3	1				
NOVEMBRO			4						2			
DEZEMBRO			4						4			
TOTAIS			17	4				4	16	4		

Fonte: SOUZA (2010)

Adaptado pela autora: maio/2024

De acordo com Mascarenhas (2005) a extração dos valores previstos para a construção das primeiras unidades de CEUs, causou impacto significativo na previsão de investimento total previstos para a segunda fase dos CEUs. Segundo Souza (2010) a projeção desses investimentos aconteceria de forma distribuída entre os 8 (oito) próximos anos da nova gestão, com recursos direcionados para a construção de novas unidades, bem como para a melhoria das unidades existentes.

Os territórios de inserção das unidades de CEUs da segunda fase de implantação do

programa corresponde a 55,2% de um total de 1.398.747 m² das áreas totais de unidades construídas. As unidades da segunda fase foram estrategicamente inseridas em áreas urbanas que ainda careciam de acesso a serviços educacionais, culturais e esportivos de qualidade (Souza,2010).

2.3.1- CEU Jaçanã

O CEU Jaçanã foi a primeira unidade a ser implantada na segunda fase de implementação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo. Tendo sido inaugurado em 6 de outubro de 2007, no bairro de Jaçanã, esta unidade de CEU se insere em um contexto de vasta diversidade socioeconômica, abrangendo áreas mistas de alta, média e baixa vulnerabilidade social (Souza,2010).

Figura 57: CEU Jaçanã – pátio interno



Fonte: SME (2003)

Conforme Figuras 58 e 59, a unidade pode ser acessada por importantes vias da região, incluindo a Avenida Maria Cândida e a Rua dos Três Irmãos. Além disso, a proximidade com a Estação de Metrô Jardim São Paulo-Ayrton Senna, Figura 58, facilita o transporte público, oferecendo conexão com outras linhas de ônibus como, 183J/10 - Jaçanã, 174T-10 Vila Nova Cachoeirinha, 176I-10 Santana e 188T-10 São Miguel Paulista (SPTrans, 2024). Essas linhas têm seus pontos de parada nas ruas do entorno do CEU, conectando-o à outras áreas importantes da Zona Norte, ao Centro e Zona Leste, ampliando dessa forma a acessibilidade e conectividade dessa área.

Observa-se que esta unidade de CEU se aproxima da concepção original de praça de equipamento social, tendo em vista sua importante localização próxima às margens do Rio

Piqueri, Praça do Jaçanã e do Parque Jaçanã, conforme Figuras 58 e 59. Esta proximidade permite uma integração efetiva com o entorno e outras instalações públicas essenciais, promovendo um ambiente favorável à interação da comunidade com a cidade. A escola Municipal Octávio Pereira Lopes, Estadual Dona Cyrene de Oliveira e Centro de Educação Infantil (CEI) Maria Auxiliadora da Silva, juntamente com os equipamentos de saúde Hospital e Maternidade São Luiz, Unidade Básica de Saúde, UBS Dr. José Toledo Piza e Hospital e Maternidade São Luiz e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Jaçanã, formam a rede de equipamentos públicos próximos ao CEU, dentro de um raio de a aproximadamente 1km, Figuras 58 e 59. Esta unidade de atende ainda aos bairros adjacentes Jardim Joamar, Jardim Guapira, Vila Nilo e Jardim das Rosas (Zona Norte), Figura 59.

Figura 58:Localização CEU Jaçanã



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

No entanto, ainda existem desafios visíveis na área, como a necessidade de melhorias na qualidade do passeio observando aspectos sobre a caminhabilidade e acessibilidade das ruas do entorno. Esses elementos são cruciais para garantir que o CEU e seus serviços continuem a fornecer um atendimento eficiente frente às demandas da comunidade.

Figura 59:Localização CEU Jaçanã e bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

De acordo com as imagens demostradas nas Figuras 58 e 59, a proximidade dos equipamentos públicos ao CEU Jaçanã oferece benefícios especiais para a comunidade do entorno, incluindo fácil acesso a serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento cultural e educacional. A integração desses serviços como CEU ajuda a maximizar o impacto positivo na qualidade de vida dos residentes, facilitando a acessibilidade e promovendo um ambiente de apoio e coesão social.

Essa análise é baseada em informações gerais e pode ser útil para entender o contexto urbano e as potencialidades que o CEU Jaçanã oferece para o território onde está inserido.

2.3.2- CEU Caminho do Mar

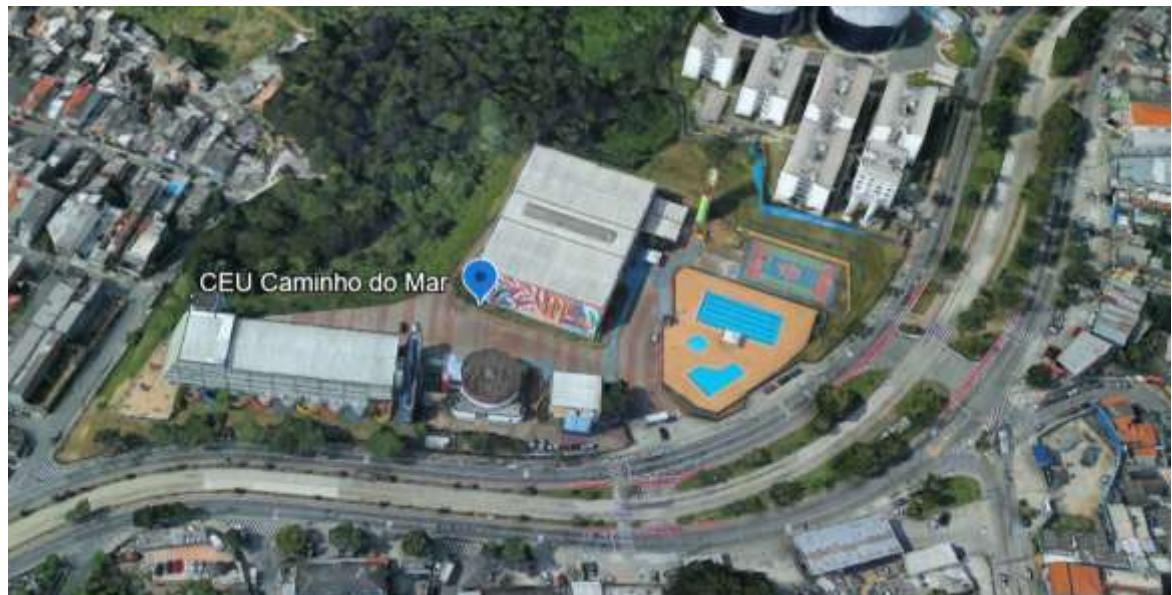
O CEU Caminho do Mar localiza-se na Av. Engenheiro de Arruda Pereira, 5241, Bairro Vila do Encontro na Zona Sul da cidade de São Paulo (SME, 2003). O ponto estratégico de sua implantação, bem como a topografia do terreno permitem permeabilidade da malha urbana promovendo integração com o entorno da edificação, observando-se, porém, a implementação das grades de divisa do lote. Do ponto de vista arquitetônico foram observadas poucas alterações em relação ao projeto das unidades de CEU da primeira geração, Figura 60

Segundo Souza (2010), o CEU Caminho do Mar teve sua inauguração em 12 de outubro de 2008, com área territorial de 52.201,00 m² e área construída resultante em 10.957m², 41 salas de aula, sendo 09 (nove) destinadas às atividades do CEI, 07 (sete) à EMEI e 18 (dezoito) às atividades da EMEF. Possui teatro com capacidade para até 188 (cento e oitenta e

oito) pessoas (Souza, 2010).

Atualmente, de acordo com a SP Trans (2024), 14 linhas de ônibus atendem essa unidade de CEU, incluindo linhas que realizam a conexão do equipamento com as linhas de metrô: Ana Rosa, Jabaquara, São Judas, Vergueiro e aos Terminal de ônibus Parque D. Pedro e Pinheiros (SP Trans, 2024).

Figura 60: CEU Caminho do Mar



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 61: CEU Caminho do Mar



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 62: CEU Caminho do Mar – Acesso principal



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 63: CEU Caminho do Mar – ruas do entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

2.3.3- CEU Água Azul

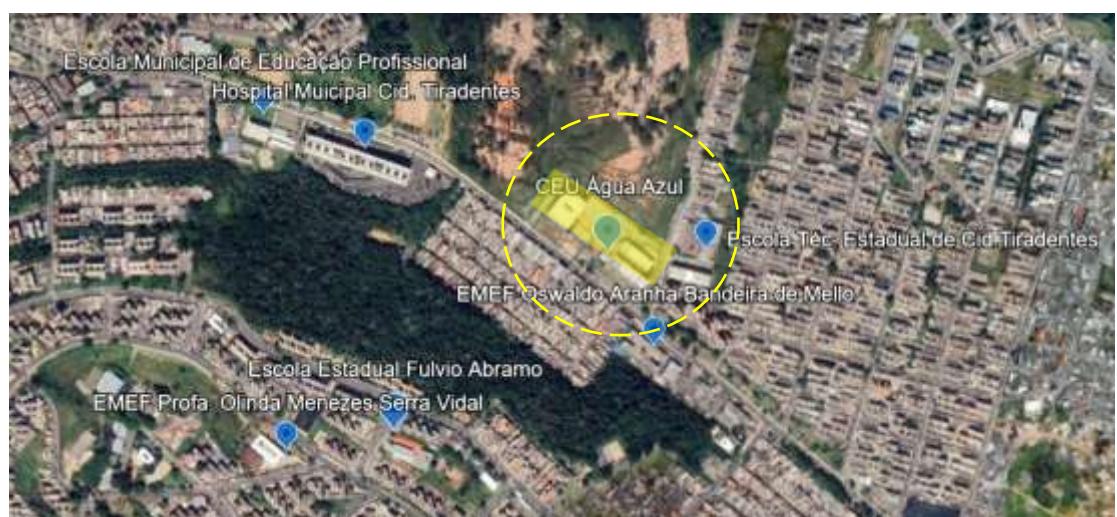
Conforme a SME (2003), o CEU Água Azul, localizado à Avenida dos Metalúrgicos, 1262, no Distrito de Cidade Tiradentes, Zona Leste da Cidade de São Paulo, onde, de acordo com Indice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), se apresenta como umas das áreas mais vulneráveis de todo o município (IPVS, 2010). Desta forma a instalação desta unidade de CEU representa um marco muito importante na transformação e valorização do entorno imediato do território onde está inserido.

Observando-se imagens e dados obtidos através da Secretaria Municipal de Educação, observa-se que esta unidade de CEU sofreu pouca alteração arquitetônica, em relação ao projeto inicial das primeiras gerações de CEU, abrigando multifunções, equipamentos e atividades, Figura 66.

Conforme Figuras 64 e 65, o acesso acontece pelas principais vias de acesso à Cidade Tiradentes. Atualmente, de acordo com a SP Trans (2024), 8 linhas de ônibus atendem essa unidade de CEU, incluindo linhas que realizam a conexão do equipamento com as linhas de metrô: Itaquera, Bresser, à CPTM Guaianases e ao Terminal de ônibus São Mateus (SP Trans, 2024).

Observou-se ainda, conforme Figuras 64 e 65, a proximidade com outros equipamentos públicos da região como: Hospital Municipal Tiradentes, Escola Municipal de Educação Profissional, Escola Técnica Estadual de Cidade Tiradentes, EMEF Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, EMEF Profª Olinda Menezes Serra Vidal e Escola Estadual Fulvio Abram.

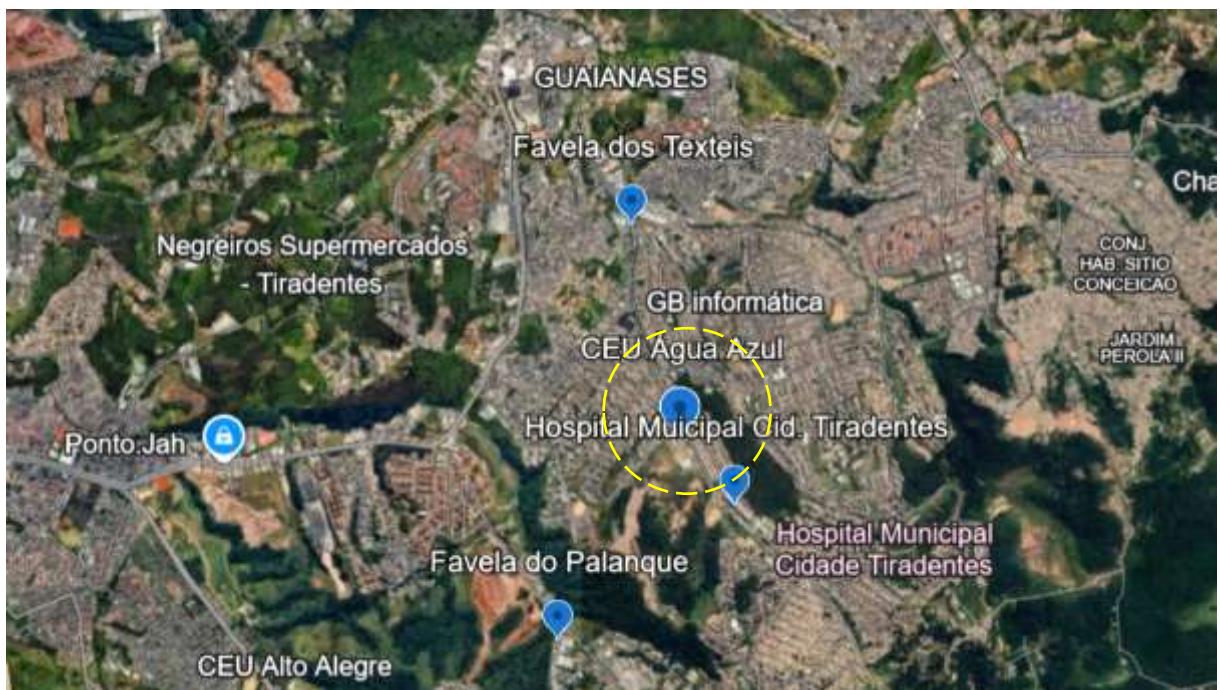
Figura 64:Localização CEU Água Azul



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 65: CEU Água Azul e bairros adjacentes

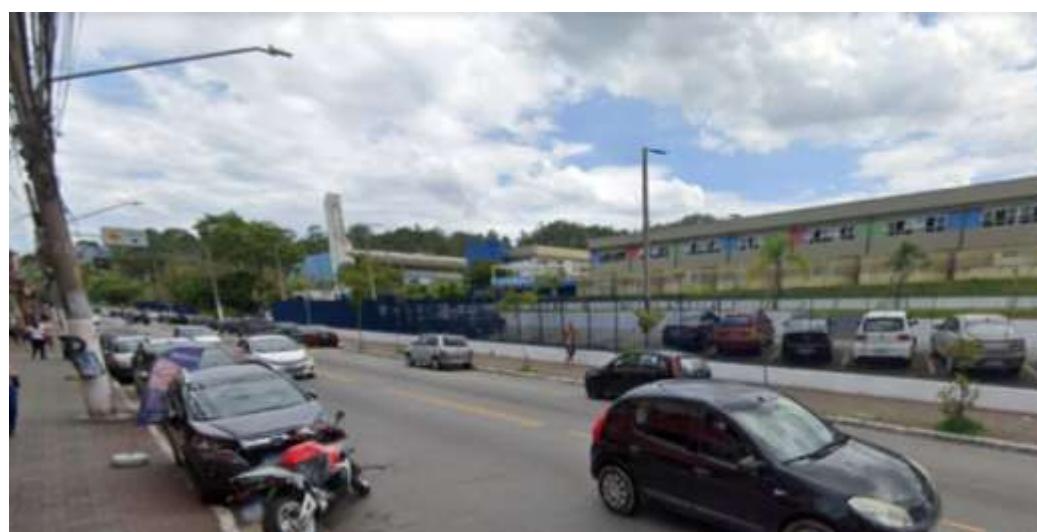


Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

A análise do entorno do território deste equipamento, possibilitou maior compreensão sobre a importância dessa unidade para a Cidade Tiradentes e para os demais bairros adjacentes: Jardim Etelvina, Favela dos Têxteis e Favela do Palanque, Figura 65.

Figura 66: CEU Água Azul – ruas do entorno



Fonte: Google Maps – acesso em agosto 2024.

Figura 67: CEU Água Azul – ruas do entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 68: CEU Água Azul – pátio interno



Fonte: SME (2003)

2.4- Síntese da primeira e segunda geração dos CEUs

Neste capítulo buscou-se observar a síntese da trajetória de implantação e análise territorial das unidades de CEU da 1^a e 2^a geração, em dois momentos distintos, compreendidos entre os anos de 2003 até 2012 em dois momentos importantes da economia e política da cidade de São Paulo, observando-se dessa forma os questionamentos e divergências nos apontamentos dos valores investidos, principalmente no tocante à implantação dos CEUs da primeira geração, analisando os apontamentos de Gadotti (2005) e Souza (2010).

A pesquisa buscou compreender como essas unidades se integraram aos territórios em que foram inseridas buscando, nas implantações, traços do modelo original inspirado nas Escolas Parques, o qual foi concebido com o intuito de promover uma interação mais próxima entre o ambiente escolar e a comunidade ao seu redor.

Através de imagens atuais, fotos e documentos Municipais, buscou-se realizar análise do que realmente foi construído e como de fato essas construções estão inseridas no contexto urbano. Dessa forma, buscou-se avaliar a efetividade dos CEUs como catalisadores de transformação urbana, acerca da hipótese de que o equipamento público, por si só, nem sempre é suficiente para promover mudanças significativas no entorno, pois essas mudanças dependem de outros fatores como por exemplo: acessibilidade do espaço público, arborização dos passeios, iluminação adequada, conexões com outros equipamentos públicos, adequação de ciclo faixa ou ciclovía.

Foram analisadas questões de mobilidade urbana e conexão com outros equipamentos urbanos, bem como de linhas de ônibus, trem e metrô que atendem as unidades de CEUs observando-se assim as conexões com a Cidade, à luz dos exemplos abordados nos projetos de referência de Medellín, de forma a entender a compreender os avanços alcançados e as limitações identificadas nos estudos já discutidos por Echeverri (2017) e Cárdenas (2006).

Por fim, a análise realizada neste capítulo, traz à luz a reflexão de que, apesar dos projetos das unidades de primeira e segunda geração evidenciarem um marco significativo na evolução dos territórios onde foram inseridos, conforme pesquisas já realizadas por outros autores, como Souza (2010) e Mascarenhas (2005), em muitos casos não alcançaram todo o seu potencial de transformação urbana e social. A presente pesquisa, ao considerar a análise territorial em comparativo com documentos, relatórios e interações, buscou evidenciar que, ainda faltam estudos que discutam os CEUs sob a ótica do poder de transformação urbana, para além das demandas voltadas para a educação, se fazendo fundamental abordagem mais holística, com contínua integração e adaptação ao contexto local, envolvendo, para além dos cuidados com a construção de novos equipamentos, constante melhorias no entorno dessas edificações.

CAPÍTULO – III | 3^a GERAÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS: A ORIGEM DOS TERRITÓRIOS CEUs

3.1 A ORIGEM DO TERRITÓRIO CEU

Após a implantação, sucesso e utilização das unidades de CEU nas primeiras gerações, de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano SMDU (2016), surge um novo cenário na cidade de São Paulo, com base principalmente na implementação à partir do ano de 2013, do conjunto de ações articuladas unificando atividades entre as secretarias de Educação, Esportes, Cultura, Educação, Desenvolvimento Urbano, Saúde e Assistência Social. Tais ações tinham como ponto principal tornar a cidade mais democrática reestruturando a apropriação dos espaços públicos pelos atores urbanos. Surgem novos arranjos para a utilização dos espaços públicos possibilitados por exemplo, pela requalificação dos passeios, implantação de ciclofaixas e faixas exclusivas para ônibus, abertura aos domingos de diversas avenidas para os pedestres, ou seja a extensão do espaço público para o território urbano (SMDU, 2016).

Nesse sentido a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) em consonância com o Plano Diretor Estratégico (PDE) implementa uma política de desenvolvimento urbano pautada em ações estururantes em pontos estratégicos de qualificação dos espaços urbanos nas mais diversas escalas locais (SMDU, 2016). Desta forma a Lei Municipal nº 16.050 de 31 de julho de 2014, apresentava conjunto de planos e ações como principal objetivo ordenar equidade no desenvolvimento das funções sociais da cidade de forma justa e sustentável de forma a promover bem-estar e qualidade de vida aos habitantes. Dentre os princípios que nortearam a lei estavam a Função Social da Cidade, Propriedades Urbanas e Rurais, Equidade e Inclusão Social e Territorial, Direito à Cidade e ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Gestão Democrática, destacando-se:

§ 1º Função Social da Cidade compreende o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, incluindo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao sossego e ao lazer.

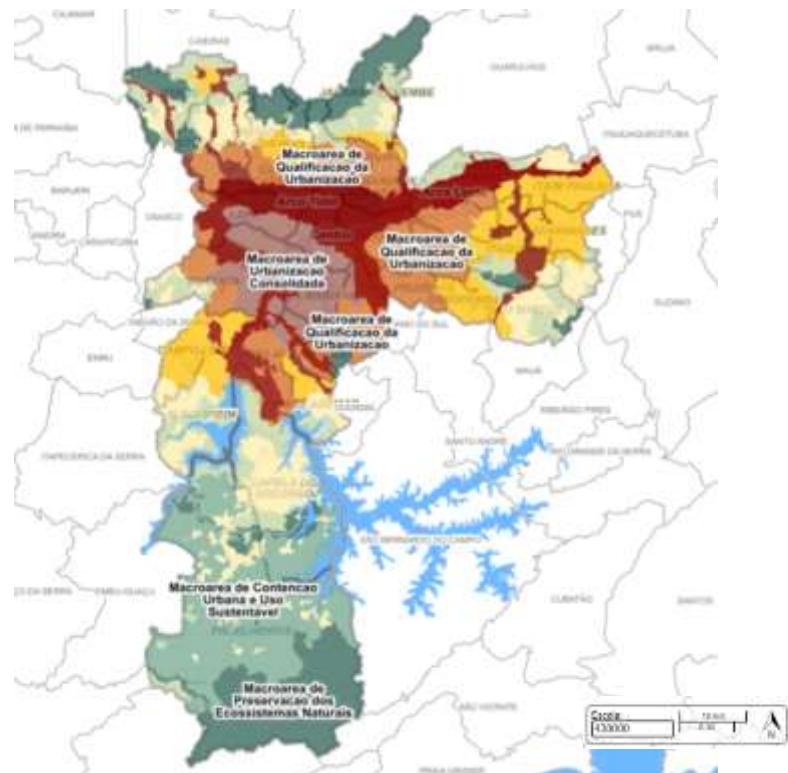
§ 4º Equidade Social e Territorial compreende a garantia da justiça social a partir da redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades sociais entre grupos populacionais e entre os distritos e bairros do Município de São Paulo.

§ 5º Direito à Cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos, seja pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas.

§ 7º Gestão Democrática e a garantia da participação de representantes dos diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (São Paulo, 2014).

Vale ressaltar, conforme abordam Caldana, Souza, Firmino, França, Oliveira e Borst (2023), a importância desse instrumento também como um marco fundamental que orientou o crescimento urbano onde as especificidades detalhadas de cada Macroárea e Eixos de Estruturação, possibilitou para os anos seguintes garantia de políticas públicas com ações voltadas para a promoção do desenvolvimento equilibrado do território urbano, para uma cidade mais justa e habitável.

Figura 69: Mapa macrozonas da urbanização São Paulo



Fonte: SMDU (2016)

A partir de 2008 também fica instituída a obrigatoriedade de cumprimento da Lei Orgânica do Município de São Paulo, documento legal que passou a estabelecer então as

normas fundamentais e os princípios que iriam reger a organização política, administrativa e institucional do município para os próximos anos (Brelàz, 2017).

A primeira edição da Lei Orgânica de São Paulo foi promulgada em 1990 e diversas foram as alterações ao longo dos anos com base nas adequações das legislações mais recentes, conforme Brelàz (2017). De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, entre os principais aspectos deste instrumento destacam-se: princípios fundamentais, que definem os valores necessários para guiar a administração pública municipal, como a soberania popular, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a autonomia municipal, entre outros; Organização dos Poderes, que organiza a estrutura e o funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na esfera municipal; Direitos e Garantias Fundamentais, que organiza os direitos e garantias dos cidadãos munícipes (SÃO PAULO, 2008). Regula as normas sobre a organização administrativa, o regime jurídico dos servidores municipais, os princípios da administração pública, licitações, contratos e convênios. Políticas Municipais: Estabelece diretrizes e políticas nas áreas de educação, saúde, habitação, transporte, meio ambiente, entre outras, definindo as competências do município nessas áreas. À partir de 2008 estabelece:

Art. 69-A. O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após sua posse, que conterá as prioridades: as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, Subprefeituras e Distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor Estratégico.

§ 1º O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial da Cidade no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, inclusive nas Subprefeituras.

§ 3º O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor Estratégico, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5º Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

- a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;

- b) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
- c) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;
- d) promoção do cumprimento da função social da propriedade;
- e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
- f) promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
- g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população.

§ 6º Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo. (São Paulo, 2008).

Em 2013 a Secretaria Municipal de Gestão lança então a nova versão do programa de metas para o intervalo de anos que compreendeu os períodos entre 2013-2016, sob a gestão do então prefeito Fernando Haddad (até o ano de 2017), cujo o objetivo principal foi permitir que a população desempenhasse o papel de protagonista juntamente com a administração pública, onde, de forma transparente tivesse a oportunidade de acompanhar com proximidade o andamento de políticas e projetos propostos pela equipe gestora municipal. Tal instrumento se deu através de consultas públicas que levantaram um diagnóstico da real situação da cidade neste período, com ênfase para observações específicas de cada território estudado. Desta forma durante o período de 1 (um) mês, foram realizadas diversas audiências públicas, com encaminhamentos de 123 (cento e vinte e três) metas, agrupadas em 20 objetivos estratégicos, propostos ao longo de 05 (cinco) articulações territoriais (SMG, 2013)

As 05 cinco articulações territoriais foram estabelecidas à partir de articulações entre a dimensões que observaram a política adequada para cada território. Desta forma foram agrupados conforme segue: Resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis, Estruturação do Arco do Futuro, Fortalecimento das centralidades locais e das redes de equipamentos públicos, requalificação da área central e ordanação das bordas da cidade (SMG, 2013).

Conforme disposto pela Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), além das estratégias territoriais o então Programa de Metas 2013-2016 estabelecia também diretrizes de execução para as iniciativas do poder público, unificando essas ações em 03 (três) eixos temáticos (SEMPLA e SMDU, 2013).

Os eixos temáticos descritos no Programa, dispunham de metas distintas que caracterizavam iniciativas que possibilitariam a implementação e monitoramento dos indicadores de cada uma das metas do referido programa.

Para os estudos da presente pesquisa, optou-se pelo recorte e análise da Meta de nº 16, correlacionada com o Eixo temático 1, que diz respeito ao compromisso com os Direitos Sociais e Civis. Esta meta visava ampliação da rede CEU, que constituiam um complexo educacional, esportivo e cultural caracterizado como espaço múltiplo, dispostos em 20 unidades, a fim de expandir a oferta de vagas para a educação infantil. Como esta meta se relacionava diretamente com Educação, a Secretaria responsável adotada foi a Secretaria Municipal de Educação (SME).

O custo total para atingimento dessa meta foi da ordem de R\$ 620.000.000,00 como previsão para atender o objetivo de melhorar a qualidade da Educação e ampliar o acesso à Educação Infantil com expansão da rede de equipamentos e a criação de 150 mil novas vagas distribuídas nas unidades de ensino existentes e novas, conforme disposto na ficha de identidade de meta, Figura 70.

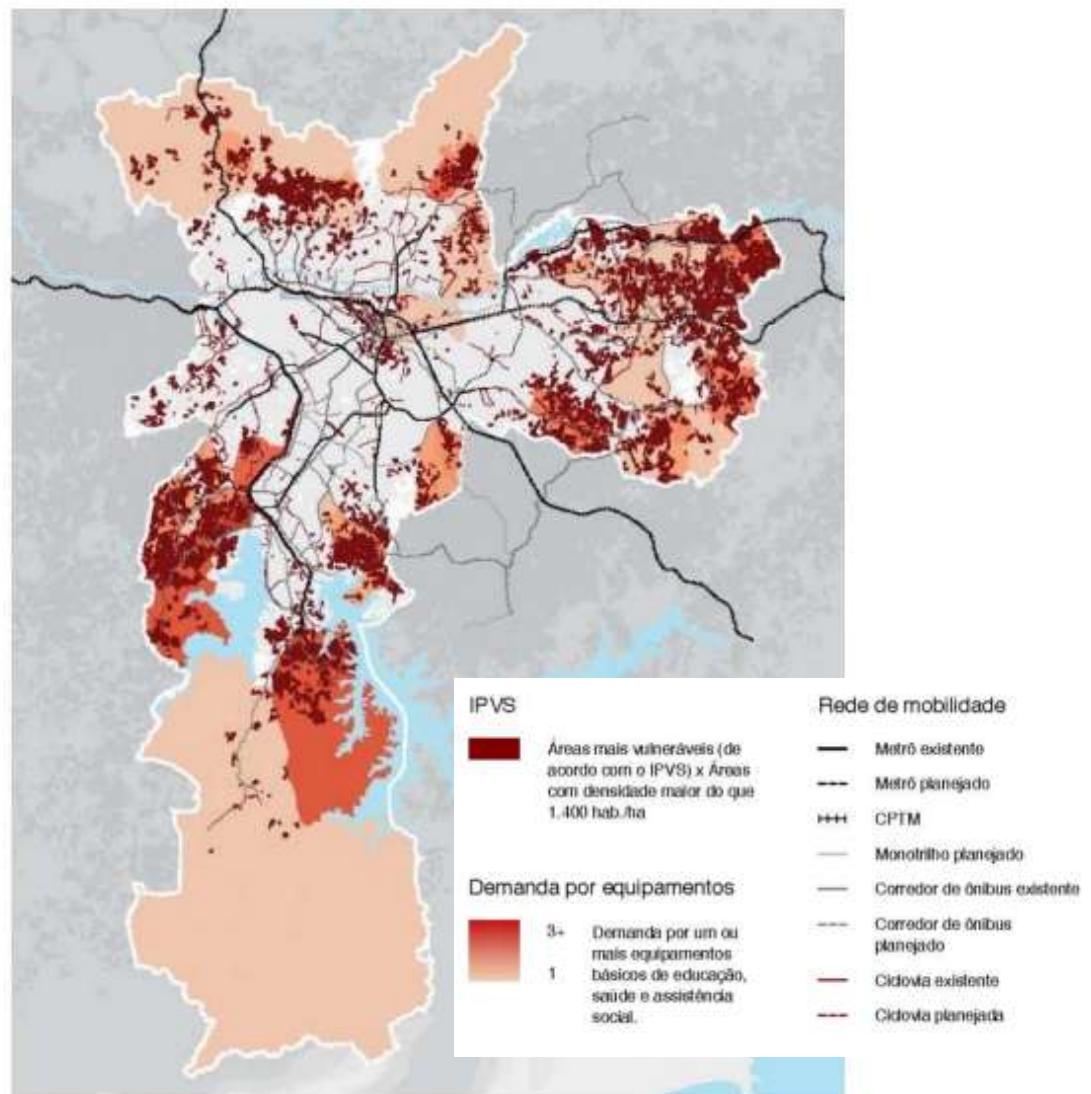
Figura 70: Ficha de Identidade: Meta 16 – Plano de Metas 2013-2016-SP

Eixo Temático 1. Compromisso com os Direitos Sociais e Civis	
Texto da Meta 16	Objetivo Temático Associado
Ampliar a Rede CEU em 20 unidades, expandindo a oferta de vagas para a educação infantil	Objetivo 2. Melhorar a qualidade da Educação e ampliar o acesso à Educação Infantil com a expansão da rede de equipamentos e a criação de 150 mil novas vagas
Secretaria Responsável	Articulação Territorial Associada
Secretaria Municipal de Educação	Fortalecimento das centralidades locais e das redes de equipamentos públicos; Resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis
Detalhamento da Meta	
Definições de termos técnicos	O que vai ser entregue?
Rede CEU: Centro Educacional Unificado que se constitui em um complexo educacional, esportivo e cultural caracterizado como espaço público múltiplo.	<ul style="list-style-type: none"> • 20 unidades da Rede CEU implantadas
Custo Total da Meta:	R\$ 620.000.000,00
Cronograma de Entrega	
2013 - 2014	2015 - 2016
1 CEU	19 CEUs
Observações	
Cada nova unidade da Rede CEU contará com 1 CEMEI, 1 EMEF, quadra poliesportiva, teatro, playground, piscinas, biblioteca, telecentro e espaços para oficinas, ateliês e reuniões. Os espaços serão abertos à comunidade, inclusive aos finais de semana. Com a ampliação, a Rede CEU passará das 45 unidades em 2012 para 65 unidades em 2016. A diretriz fundamental que orienta a escolha das áreas é a identificação dos territórios com maior vulnerabilidade social e menor demanda atendida.	

Fonte: Sempla e SMDU-SP (2016)

Com base neste contexto, conforme aponta a SMDU (2016), observando ainda diversas premissas como Plano Diretor Estratégico (PDE), Lei de Parcelamento e Uso do Solo (LPUOS) e ainda os Planos Regionais das Subprefeitura, surge a necessidade de um olhar mais criterioso acerca desses equipamentos. Na ocasião, em decorrência da demarcação de territórios considerados, pontos chave para transformação urbana, foram elencados junto aos principais rios da Cidade de São Paulo, bem como os principais eixos de mobilidade urbana, territórios estratégicos, como forma de garantir as transformações apontadas no plano diretor. Desta forma, uma preocupação constante com o espaço público. Nesse contexto a proposta de implantação de novas unidades de CEUs se apresenta em áreas públicas municipais com intenção na conexão às redes de equipamentos e espaços públicos no entorno desses territórios de forma a contemplar e articular a escala do pedestre que se utiliza desses locais (SMDU, 2016).

Figura 71:Cruzamento dos três critérios: IPVS+Rede de mobilidade+Demanda por equipamentos



Fonte: IBGE, SME, SMS, SMADS

De acordo com a SMDU (2016). O novo programa apresentava mais 22 (vinte e duas) de um total de 65 (sessenta e cinco) unidades da rede CEU, considerando as unidades existentes da primeira e segunda geração e os novos projetos. Dessa forma a revisão contemplou também os seguintes equipamentos existentes: saúde, assistência social, educação, esportes e cultura (SMDU,2016).

Tabela 3: Unidades de CEUs propostos para 3^a fase

Projeto/Atividade	Distrito	DRE	Subprefeitura	Estudo Preliminar	Projeto Básico	Situação Atual
CEU Campo Limpo - Piracuama	Campo Limpo	Campo Limpo	Campo Limpo	SMDU/SP Urbanismo	As Built Engenharia e Projetos	Obra Executada
CEU Cidade Lider	Cidade Lider	Itaquera	Itaquera	SMDU/SP Urbanismo	-----	Estudo
CEU Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Guaianases	Cidade Tiradentes	SMDU/SP Urbanismo	Svaizer & Gutierrez Engenharia	Obra Executada
CEU Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	Penha	Ermelino Matarazzo	SMDU/SP Urbanismo	-----	Estudo
CEU Freguesia do Ó	Freguesia do Ó	Freguesia do Ó	Freguesia do Ó	SMDU/SP Urbanismo	Faccio Arquitetura	Obra Executada
CEU Grajaú	Grajaú	Capela do Socorro	Capela do Socorro	SMDU/SP Urbanismo	As Built Engenharia e Projetos	Não Executada
CEU Imperador - Sapopemba	Sapopemba	São Mateus	Sapopemba	SMDU/SP Urbanismo	As Built Engenharia e Projetos	Não Executada
CEU José de Anchieta	Artur Alvim	Penha	Penha	SMDU/SP Urbanismo	Consórcio ECR/Benno Perelmutter	Não Executada
CEU Novo Mundo	Vila Maria	Vila Maria	Jaçanã/Trembé	SMDU/SP Urbanismo	Consórcio B+AA+YCON-CEU	Obra Executada
CEU Parque do Carmo	Parque do Carmo	Itaquera	Itaquera	SMDU/SP Urbanismo	Consórcio SIAA HASAA	Obra Executada
CEU Pinheirinho d'Água	Jaraguá	Pirituba	Pirituba/Jaraguá	SMDU/SP Urbanismo	8.944.072,92	Obra Executada
CEU Santo Amaro	Santo Amaro	Santo Amaro	Santo Amaro	SMDU/SP Urbanismo	-----	Estudo
CEU São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	SMDU/SP Urbanismo	Consórcio CONECTA	Obra Executada
CEU São Pedro	José Bonifácio	Itaquera	Itaquera	SMDU/SP Urbanismo	Makhohi Arquitetura	Obra Executada
CEU Taipas	Jaraguá	Pirituba	Pirituba/Jaraguá	SMDU/SP Urbanismo	As Built Engenharia e Projetos	Obra Executada
CEU Tatuapé - Carrão	Tatuapé	Penha	Móoca	SMDU/SP Urbanismo	Consórcio Urbaniza/Tito Livio	Obra Executada
CEU - Tremembé	Tremembé	Pirituba	Jaçanã/Trembé	SMDU/SP Urbanismo	Svaizer & Gutierrez Engenharia	Obra Executada
CEU - Vila Medeiros	Vila Medeiros	Jaçanã/Trembé	Vila Maria/Vila Guilherme	SMDU/SP Urbanismo	-----	Estudo
CEU - Vila Prudente	Vila Prudente	Ipiranga	Vila Prudente	SMDU/SP Urbanismo	Makhohi Arquitetura	Obra Executada
CEU - Água Branca	Barra Funda	Pirituba	Lapa	Estúdio 41 Arquitetura	Estúdio 41 Arquitetura	Não Executada
CEU - Heliópolis	Sacomã	Ipiranga	Ipiranga	Ruy Otake	Ruy Otake	Estudo c/ obra Executada

*Fonte: SMDU (2016)**Elaborado pela autora: maio/2024*

Observando-se os territórios de inserção das novas unidades, conforme disposto pela SMDU (2016), os principais critérios para definição das áreas a serem contempladas pelo projeto, também tiveram base inicial na análise do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social apontado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) em 2010 e população nos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Observou ainda a proximidade dos locais aos eixos de mobilidade para melhora no alcance territorial das futuras unidades CEU (SMDU, 2016).

3.1.1- CEU Pinheirinho D'água – Luiz Gama

Localizado no distrito de Jaraguá, próximo ao Parque Pinheirinho D'Água Zona Norte da Cidade de São Paulo, comprehende área territorial de 46.320 m² e área construída resultante em 13.653,00 m² (SMDU, 2016). Sua implantação no terreno acontece na tipologia linear onde os 3 (três) blocos principais (educação, cultura e esportes), são interligados por passarelas suspensas, conforme Figuras 72 e 73 . Ainda de acordo com a SMDU (2026), tem seu Estudo Preliminar realizado pela SMDU-SP Urbanismo e Projeto Básico pela Empresa *As Built Engenharia de Projetos*. Um extenso bloco em pilotis alinhado junto à faixa frontal para o acesso principal do edifício, o qual se dá pela Rua Camilo Zanotti. Observa-se também a criação de uma praça cuja intenção seria conexão entre os equipamentos público do entorno. Observa-se que esta conexão não foi executada de fato visto que hoje existem grades de fechamento em toda sua extensão, Figura 76. A fruição de pedestres, embora projetada para acontecer ao longo de todo o edifício, conforme Figura 75, se dá principalmente pelo acesso principal entre os blocos educacional e cultural onde há inexistência de grades. Desta forma os pedestres conseguem atravessar a quadra onde está inserido o edifício e se conectar com a faixa de preservação permanente ao longo dos Córregos Arujá e Vargem Grande, Figura 76. Esta conexão também foi projetada para acontecer principalmente na área destinada para as piscinas e Parque Linear do Fogo, o qual ligaria este equipamento ao Parque Pinheirinho D'água. O acesso existe, mas foi fechado com grades em toda sua extensão, Figura 74. Este equipamento atende aos moradores do Conjunto Habitacional City Jaraguá, Jardim Donaria, Jardim Rincão, Jardim Alvina e Parque das Nações Unidas. O acesso principal acontece pela Estrada de Taipas e pela Rua Camillo Zanotti e dista a 1,5 km da Estação Vila Aurora, Linha 7 da CPTM. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 500 metros são a UPA City Jaraguá, EMEI Zelia Gattai, EMEF City Jaraguá IV, CEI Aracy Gouveia de Souza, Escola Estadual Profª Thatyane Luzimara Costa, EMEI Estrada do Corredor, EMEF Deputado Rogé Ferreira Escola Estadual República Argentina e Profª Eliana Passuelo, Figuras 72 e 73.

Figura 72:CEU Pinheirinho D'água – Bairros Adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 73:CEU Pinheirinho D'água e Equipamentos Públicos próximos



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 74:CEU Pinheirinho D'água – Vista aérea -Córregos Arujá e Vargem Grande



Fonte: SMDU/PMSP (2015)

Figura 75:CEU Pinheirinho D'água - projeto



Fonte: SME (2024)

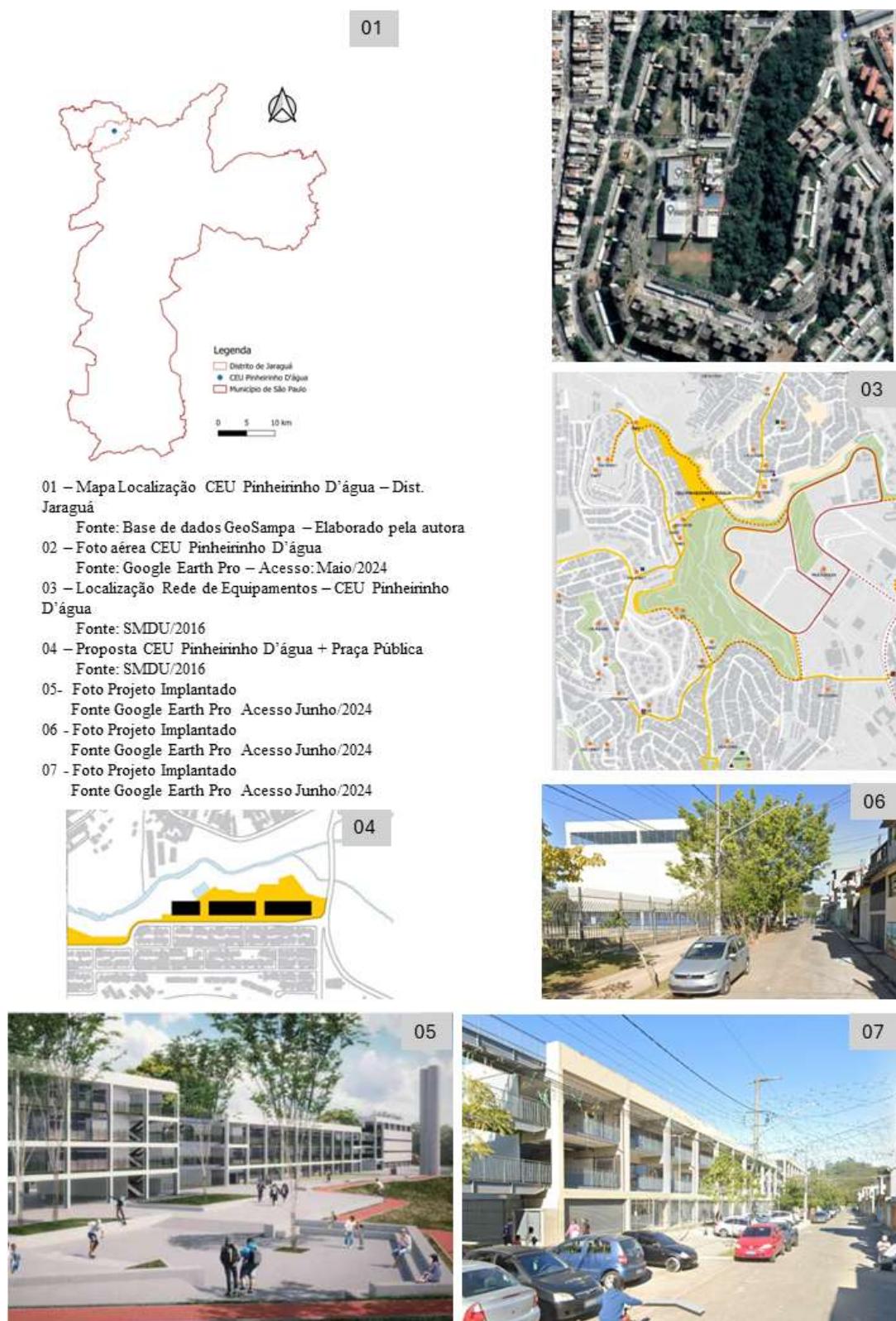
Figura 76:CEU Pinheirinho D'água – foto atual



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 77:Mosaico 5 – CEU Pinheirinho D’água – Proposta de Projeto e Implantação Atual



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.2- CEU Taipas – Professora Maria Beatriz Nascimento

Localizado no distrito de Jaraguá, Zona Norte da Cidade de São Paulo, comprehende área territorial de 21.705,00 m² e área construída resultante em 10.289,00 m², conforme SMDU (2016). Sua implantação no terreno acontece na tipologia vertical distribuída em 5 (cinco) pavimentos, devido principalmente às características do terreno com muitos desníveis. O Estudo Preliminar realizado pela SMDU com a SP Urbanismo e Projeto Básico pela *As Built Engenharia de Projetos*. O agrupamento esportivo com 3 (três) pavimentos se encontra na face norte, ponto mais elevado do conjunto (SMDU, 2016).

Observa-se, conforme Figura 78, que o acesso principal do edifício, o qual se dá pela Rua João Amado Coutinho, porém devido à declividade do terreno de implantação, o acesso também acontece por outros pontos do projeto possibilitando fruição de pedestres para o interior do edifício com vistas para a área verde localizada ao fundo do lote. Tal percepção se dá, pois, as grades desta unidade de CEU, que não estavam projetadas no projeto original (Figura 82), foram dispostas de forma recuada privilegiando-se a largura das calçadas e passagem entre os blocos, conseguindo desta forma transpor o passeio para o interior do lote. Este equipamento atende os moradores do Conjunto Habitacional de Taipas, Conjunto Residencial Elisio Teixeira Leite, Conjunto Habitacional Brasilândia e Jardim Lider. O acesso principal acontece pela Rua João Amado Coutinho, Figuras 79, 80 e 81. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 500 metros são a UBS Interativa, Hospital Geral de Taipas, EMEI Erani Silva Bruno, EMEF Mario Lago, Escola Estadual e CEI Ilha da Juventude, Parque linear Bananal Canivete e Centro Cultural, Figuras 80 e 81.

Figura 78:CEU Taipas – acesso principal



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 79:CEU Taipas – passeio público



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

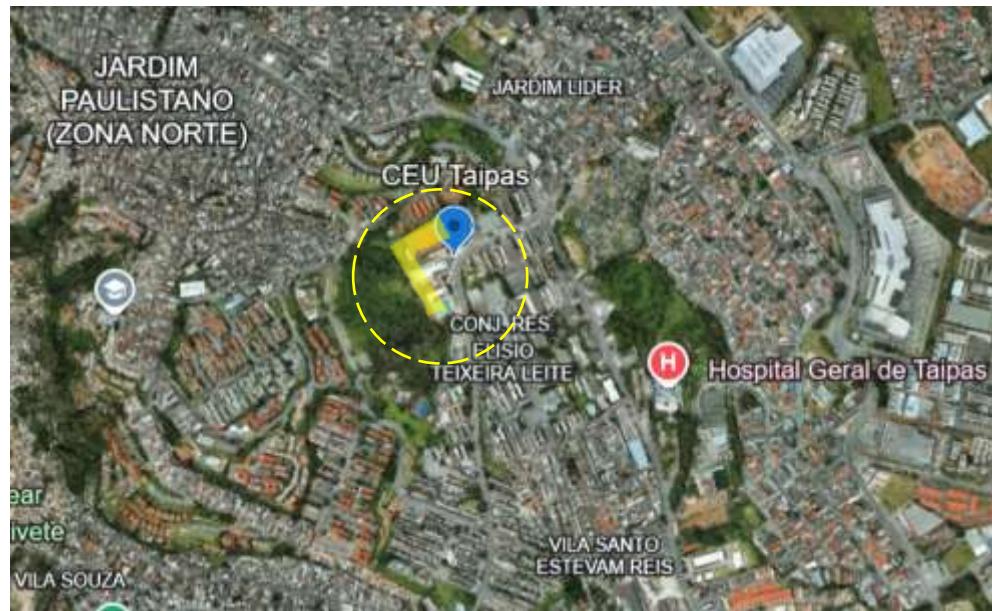
Figura 80:CEU Taipas – Equipamentos Públicos - entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

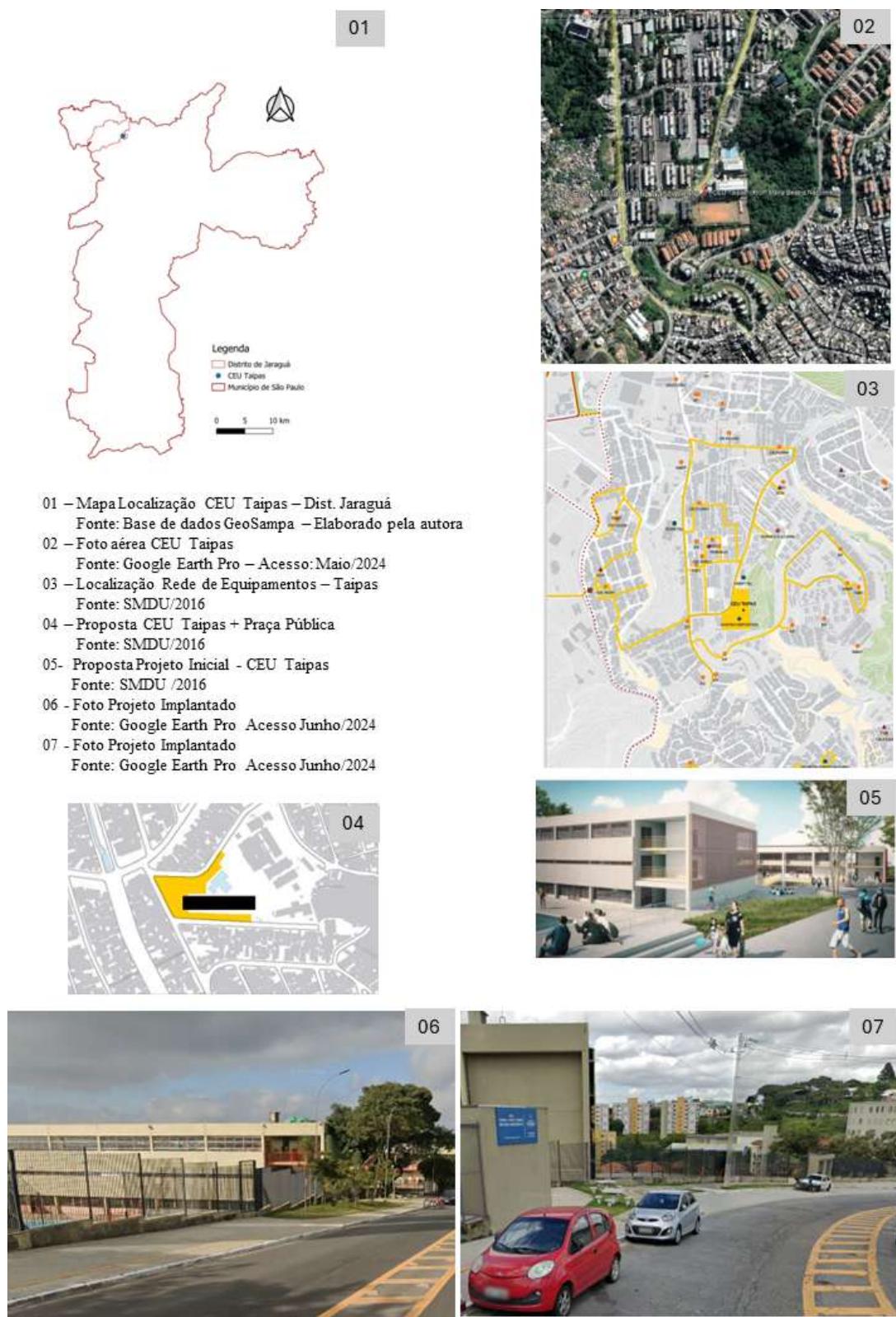
Figura 81:CEU Taipas – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 82 :Mosaico 6 – CEU Taipas – Localização – Proposta de Projeto e Implantação



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.3- CEU Freguesia do Ó

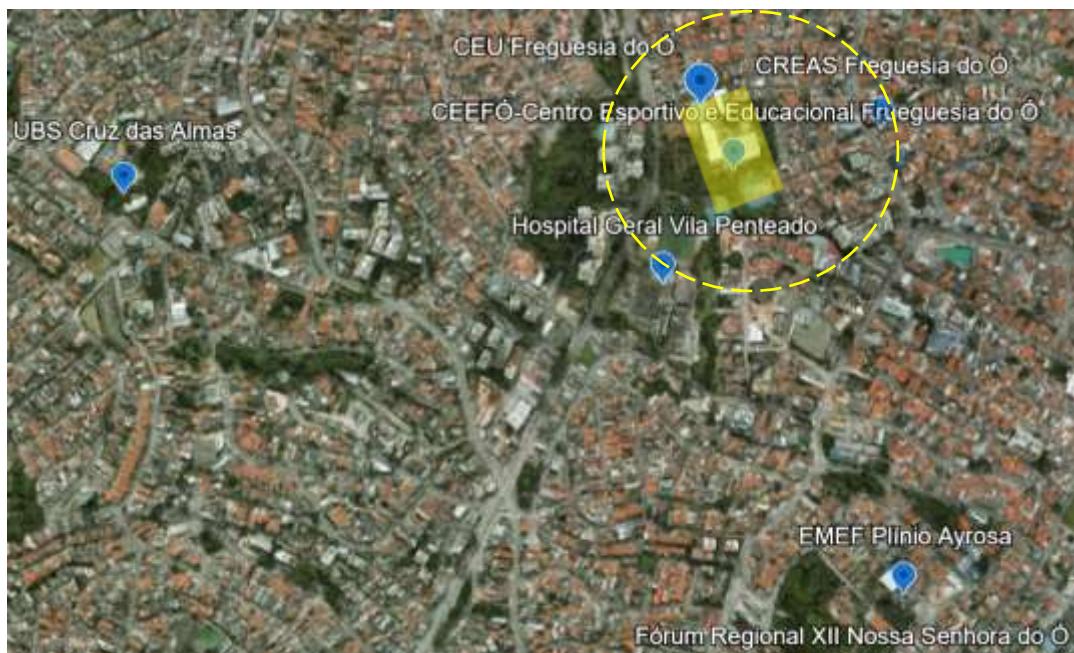
Localizado no distrito da Freguesia do Ó, Zona Norte da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 43.279,00 m² e área construída resultante em 11.554,00 m², conforme SMDU (2016). Sua implantação no terreno acontece na tipologia vertical adicionada de bloco esportivo. O Estudo Preliminar foi realizado pela SMDU-SP Urbanismo e Projeto Básico e Executivo realizado pela Faccio Arquitetura. O projeto foi concebido de forma a dar continuidade na conexão de pedestres entre os dois níveis de terrenos pré-existentes antes da construção do atual edifício, onde antes havia somente o Centro Esportivo Aurélio Gomes e a Praça Estrela do Oeste (SMDU, 2016). O trajeto para fruição foi criado, porém em alguns pontos se encontra fechado por grades na implantação atual do projeto, restando apenas a passagem do atual Centro Esportivo Educacional Freguesia do Ó (CEEFÓ), também controlado por portões. Este equipamento atende as comunidades locais dos Bairros Marilândia, Freguesia do Ó, Parque Monteiro Soares, Vila Primavera, Vila Julio Cesar , Vila Cruz das Almas e Vila Portuguesa. O acesso principal acontece pela Rua Crespo de Carvalho, sendo possível também o acesso pela Avenida Ministro Petrônio Portela e pelo CEEFÓ, conforme Figura 84, 85 e 86. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 1,5 km são O Hospital Geral Vila Penteado, CEMEI Freguesia do Ó, Biblioteca Pública Afonso Schmidt, UBS Cruz das Almas, EMEF Plínio Ayrosa, Praça Aquiles Silvestri, Escola Estadual Prof. Jácomo Stávale e Fórum Regional XII Nossa Senhora do Ó, Figuras 84 e 85.

Figura 83:CEU Freguesia do Ó



Fonte: SME (2024)

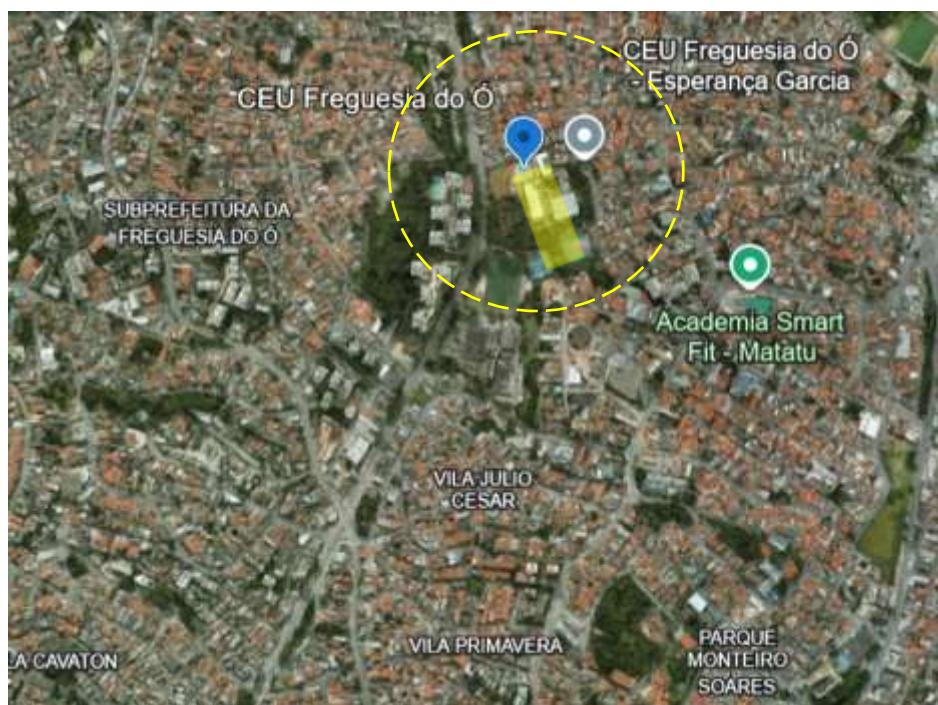
Figura 84:CEU Freguesia do Ó – equipamentos públicos entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 85:CEU Freguesia do Ó – bairros adjacentes

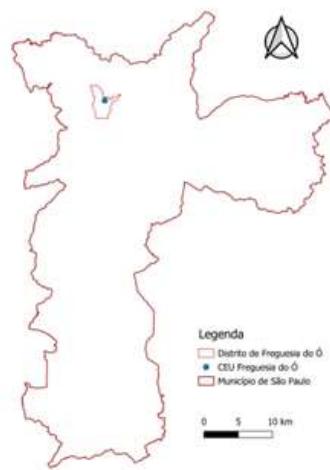


Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 86:Mosaico 7 – CEU Freguesia do Ó – Localização – Proposta de Projeto e Implantação

01



01 – Mapa Localização CEU Freguesia do Ó – Dist. Freg. do Ó

Fonte: Base de dados GeoSampa – Elaborado pela autora

02 – Foto aérea CEU Freguesia do Ó

Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

03 – Localização Rede de Equipamentos – Freguesia do Ó

Fonte: SMDU/2016

04 – Proposta CEU Freguesia do Ó + Praça Pública

Fonte: SMDU/2016

05- Proposta Projeto Inicial - CEU Freguesia do Ó

Fonte: SMDU /2016

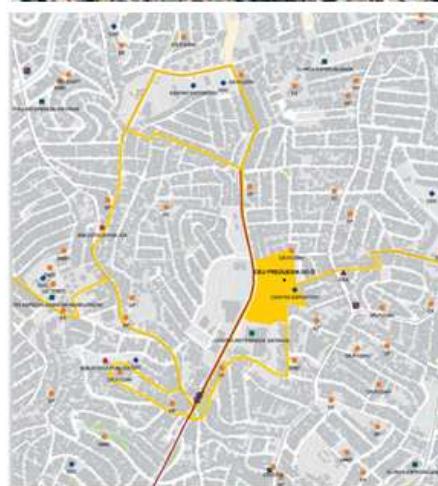
06 - Foto Projeto Implantado

Fonte: Google Earth Pro Acesso Junho/2024

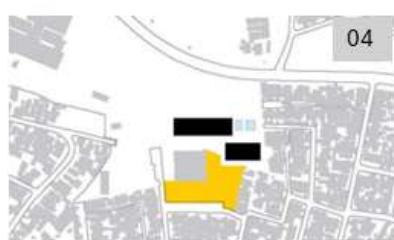
07 - Foto Projeto Implantado

Fonte: Google Earth Pro Acesso Junho/2024

02



04



06



07



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.4- CEU Campo Limpo – Cardeal Dom Agnelo Rossi

Conforme SMDU (2016), o CEU Campo Limpo está localizado no distrito de Campo Limpo, Zona Sul da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 78.028,00 m², sendo 25.375 m² destinados a área institucional e 52.652 m² destinados à área verde. A construção resulta em 12.566,00 m² e sua implantação no terreno acontece na tipologia linear adicionada de bloco esportivo. O Estudo Preliminar foi realizado pela SMDU-SP Urbanismo e Projeto Básico pela *As Built* Engenharia de Projetos. O acesso principal do edifício se dá pela Avenida Carlos Lacerda em frente a Biblioteca da unidade que foi destacada do bloco principal no formato circular diferentemente do projeto original. Houve também modificação no bloco esportivo e circuito aquático. Embora a idealização inicial tivesse intuito da constituição de um parque, conforme proposta da SMDU, a implantação atual não contribui para fruição natural de pedestres para o interior da unidade. Em toda extensão do terreno foi construído muro de fechamento, inclusive na divisa com o maciço de área verde aos fundos do lote (SMDU, 2016).

Observa-se, conforme Figuras 88 e 90 que a reorganização proposta na área interna para preservação das áreas de interesse ambiental aconteceu conforme projeto com criação de bosques e pistas de caminhadas ao longo do terreno, porém sem possibilidades de conexões com o entorno. Este equipamento atende as comunidades locais dos Bairros Jardim Clementino, Jardim Iracema , Vila Pirajussara e Jardim Elizabeth. Duas linhas de ônibus da EMTU (124 e 128) atendem o local (SPTrans, 2025). Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 1,5 km são a EMEF Fagundes Varella, UBS Arrastão-Dr. Francisco Scalamendrê Sobrinho, conforme Figura 88.

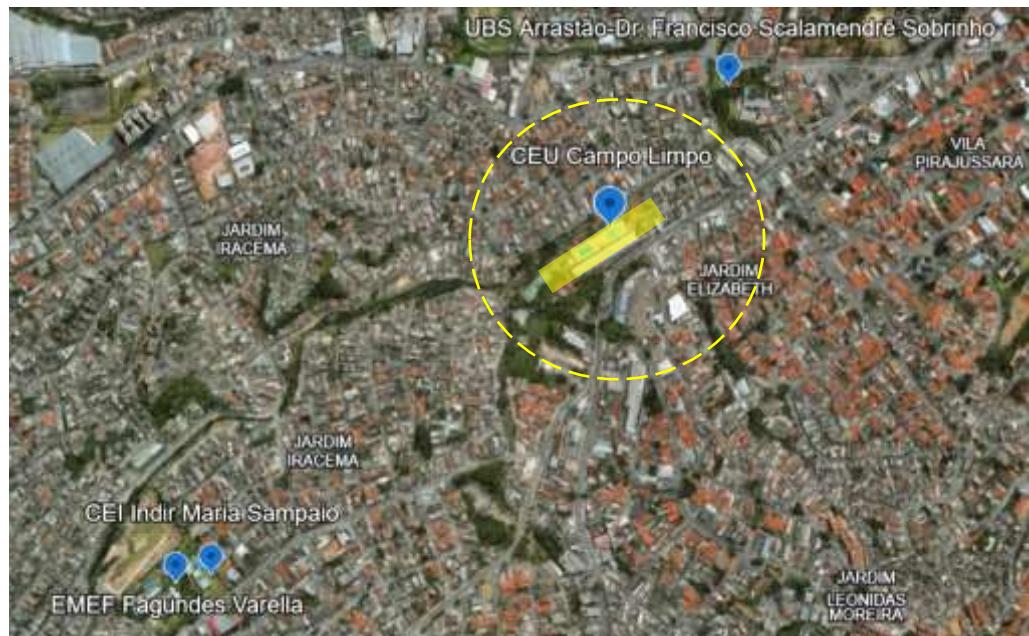
Figura 87 :CEU Campo Limpo



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 88: CEU Campo Limpo – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

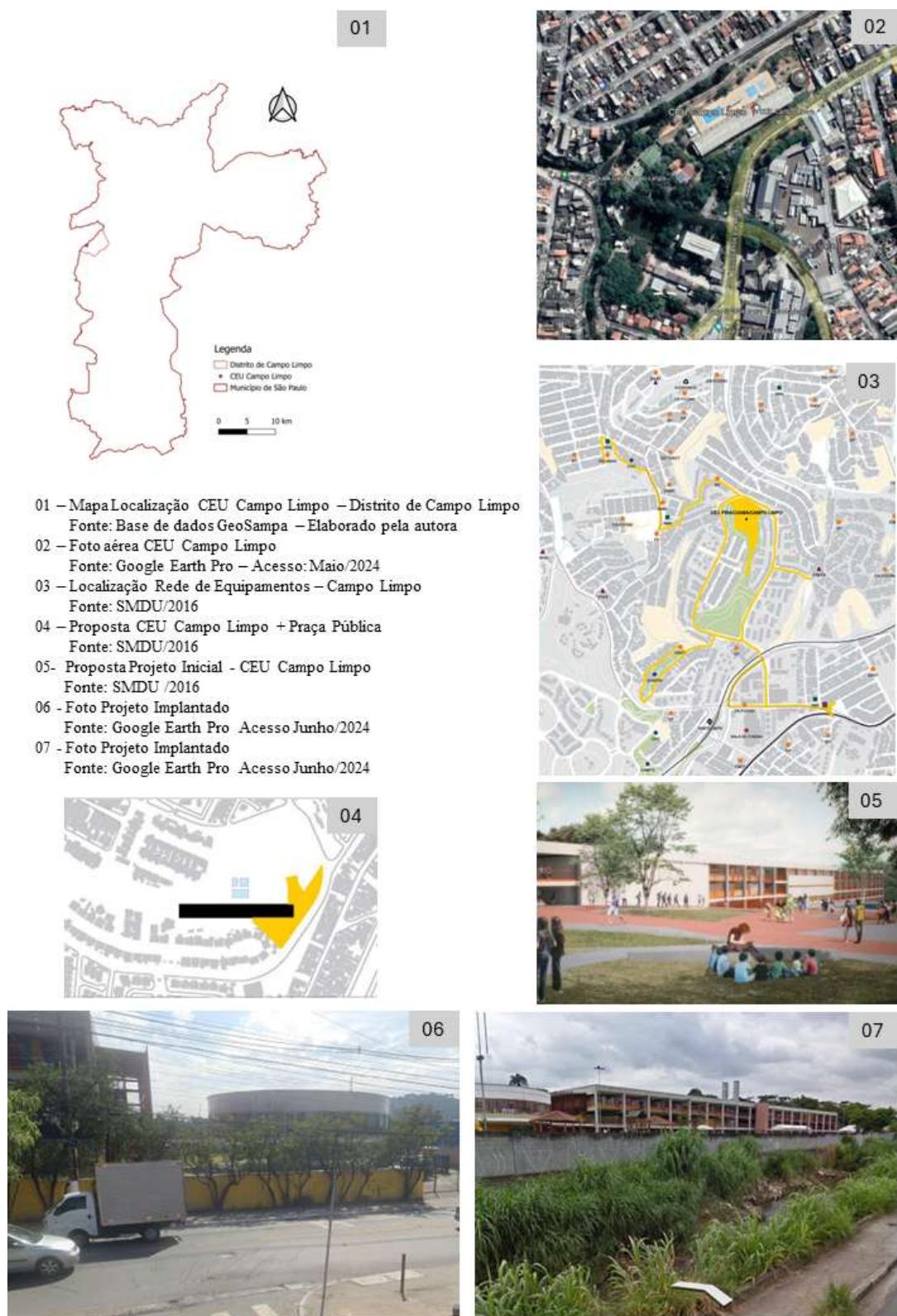
Figura 89: CEU Campo Limpo – acesso e entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 90:Mosaico 8 – CEU Campo Limpo– Localização – Proposta de Projeto e Implantação



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.5- CEU Tremembé – Maria Firmina dos Reis

O CEU Tremembé localiza-se no distrito de Tremembé, Zona Norte da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 9.071,00 m² e área construída resultante em 10.800,00 m². Sua implantação no terreno acontece na tipologia vertical distribuída em um bloco com 5 (cinco) pavimentos para os ambientes educacionais e outro com 3 (três) pavimentos destinados ao bloco esportivo, conforme SMDU (2016). O Estudo Preliminar desta unidade de CEU foi realizado pela SMDU com a SP Urbanismo e os Projetos Básico e Executivo pela Svaizer & Gutierrez Engenharia. O projeto original foi concebido para permitir a fruição do pedestre entre o entorno e o edifício, porém devido à declividade acentuada do lote, somada à implantação de grades de fechamento ao longo da divisa do lote, não permitem tal conexão (SMDU, 2016).

Este equipamento atende as comunidades locais dos Bairros da Vila Dorna, Vila Paulistana, Bortolândia, Jardim Apuana, Jardim Joamar e Vila das Rosas (Zona Norte). O acesso principal acontece através da Rua Adalto Bezerra Delgrado, no Bairro da Pedra. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 500 metros são a AMA e UBS Integradas Jardim Joamar, CEMEI Jardim Tremembé – Professor Acelino Sacalquette, CEI Casa de Pedra, EMEI Presidente Jânio Quadros e Praça Miguel Braga, Figuras 92 e 93.

Figura 91:CEU Tremembé



Fonte: SME (2024)

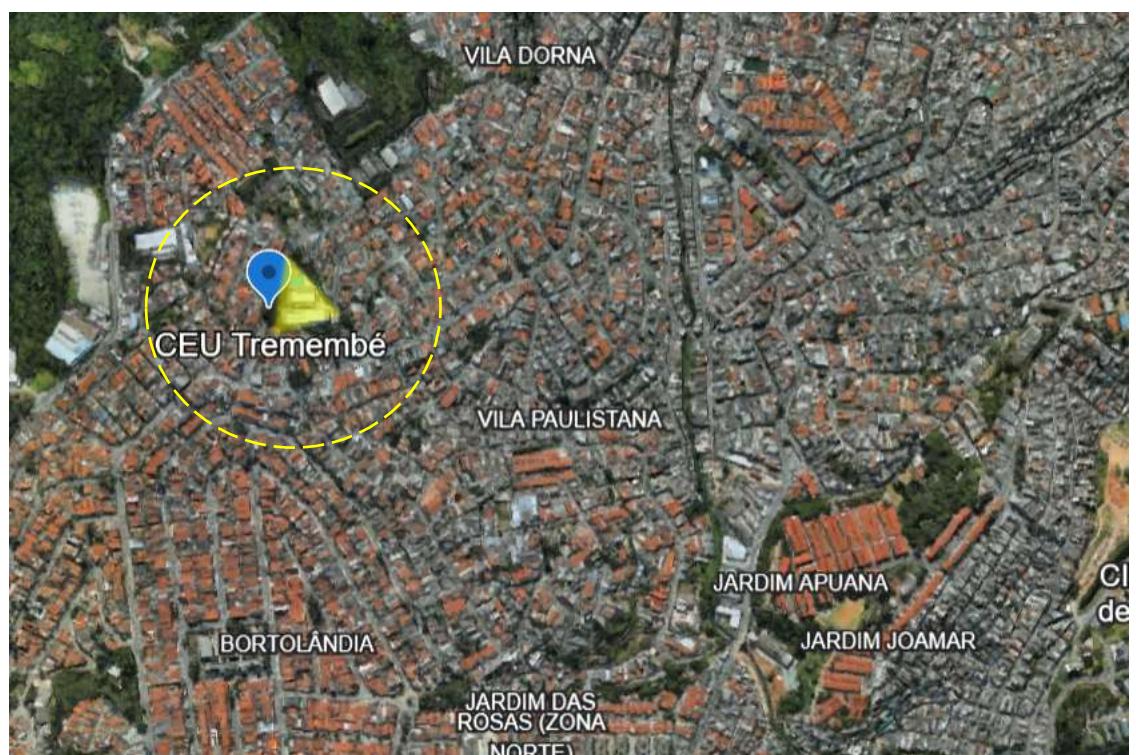
Figura 92: CEU Tremembé – Localização equipamentos públicos



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

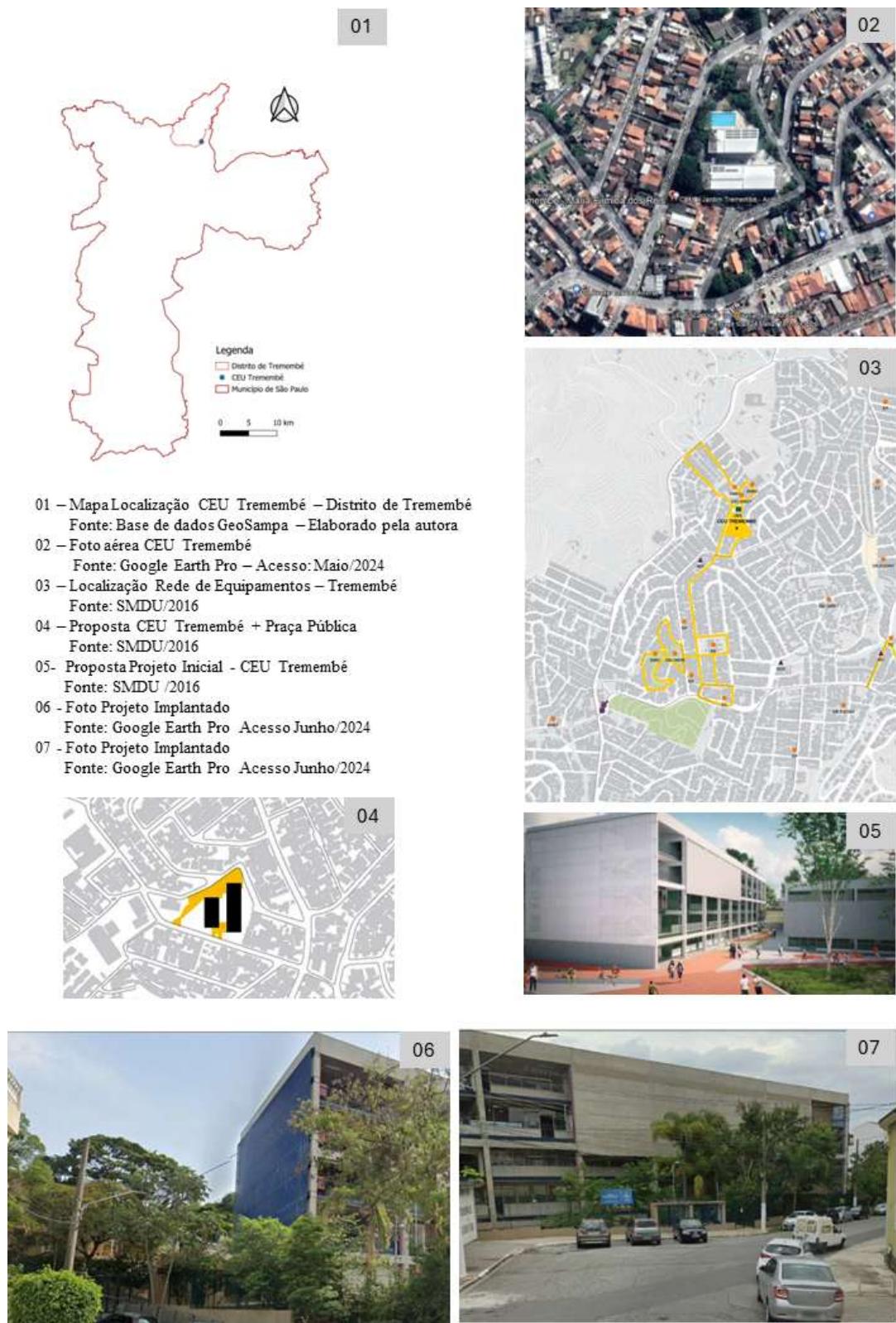
Figura 93: CEU Tremembé – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 94:Mosaico 9 – CEU Novo Tremembé– Localização – Proposta de Projeto e Implantação



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.6- CEU Novo Mundo – Leônidas da Silva

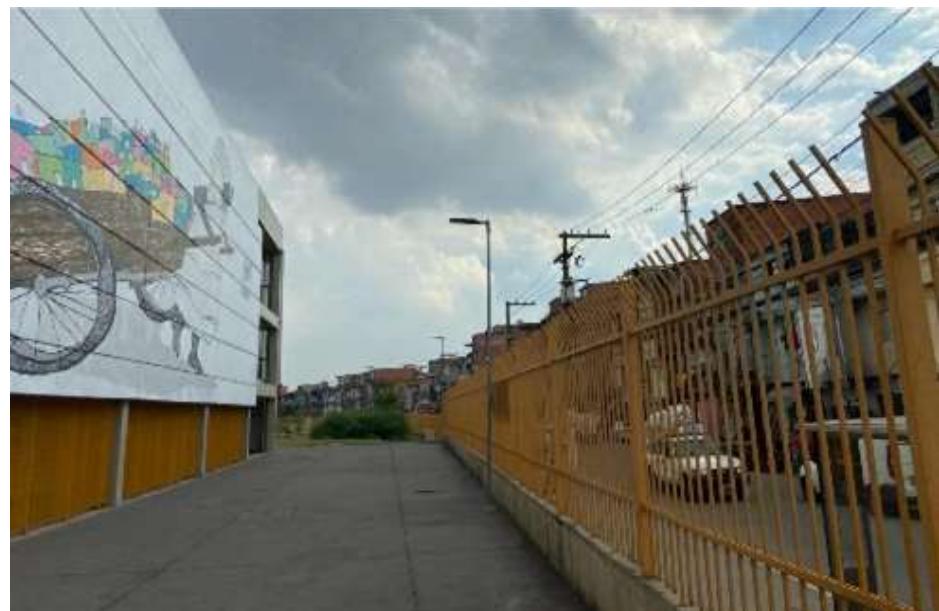
Conforme SMDU (2016), o CEU Novo Mundo está localizado no distrito de Vila Maria, Zona Norte da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 22.147,00 m² e área construída resultante em 12.341,00 m². Sua implantação no terreno acontece na tipologia paralela distribuída em 3 (três) pavimentos adicionados de bloco esportivo. O Estudo Preliminar realizado pela SMDU com a SP Urbanismo e Projeto Básico pelo Consórcio B+AA+YCON-CEU. Possui os agrupamentos de cultura e esportes alinhados junto à faixa frontal para o acesso principal do edifício, o qual se dá pela Avenida Ernesto Augusto Lopes (SMDU, 2016).

Neste projeto houve também a criação de uma praça cuja intenção seria conexão entre os equipamentos públicos do entorno. Esta conexão não foi executada de fato visto que hoje existem grades de fechamento em toda sua extensão. A fruição acontece de forma apenas visual onde hoje atualmente foi criado o projeto da horta pedagógica, que dá vistas para o solário infantil disposto ao centro e ao fundo do lote. No projeto original este local estava destinado ao balneário e bloco esportivo que atualmente ocupam o lado oposto da edificação em uma área um pouco mais reservada, onde fora projetado espaço de provisão habitacional (SMDU, 2016).

Este equipamento atende as comunidades locais dos Bairros da Vila São João, Jardim Andarai, Parque Vila Maria, Cidade Nova e Parque Novo Mundo. O acesso principal acontece pelo Parque Novo Mundo através da Marginal do Rio Tietê e Avenida do Berimbau e Rua Sd. Francisco Tamborim, Figuras, 97 e 98. Atualmente apenas 01 (uma) linha de ônibus da SPTrans atende a unidade (271C-Terminal Princesa Isabel), conforme SPTrans (2025).

O Projeto Atual também contava com ciclofaixa em toda extensão do lote criando conexões com os demais equipamentos públicos do entorno, conforme Figura 96, porém a implantação desta pista não foi executada. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 500 metros são a UBS Parque Novo Mundo I, Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa, EMEI Profª Edalzir Sampaio Liporoni, EMEF Paulo Carneiro Thomaz Alves, Gen., CEI Diret Cidade Nova do Parque Novo Mundo e dois pontos de Assistência Social (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Figuras 97 e 98.

Figura 95:CEU Novo Mundo – foto atual



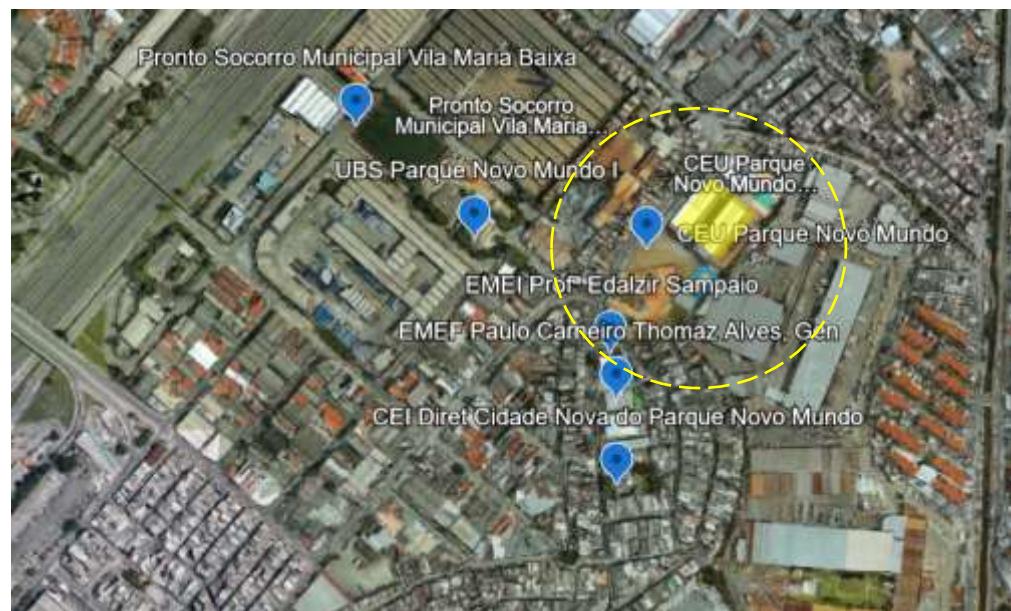
Fonte: arquivo pessoal da autora

Figura 96:CEU Novo Mundo – imagem ampliada do projeto



Fonte: SMDU (2016)

Figura 97:CEU Novo Mundo – equipamentos públicos - entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

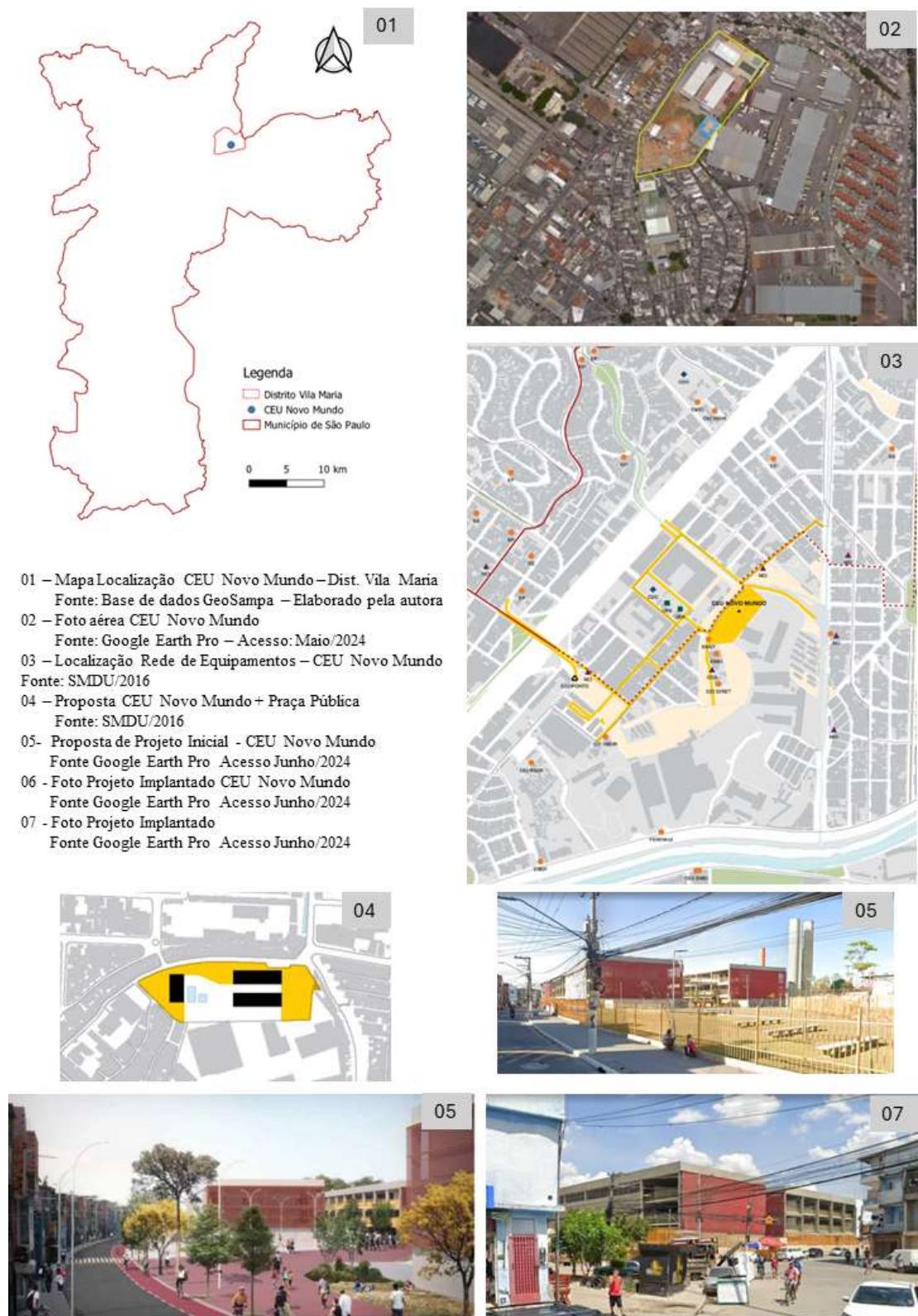
Figura 98:CEU Novo Mundo – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 99:Mosaico 10– CEU Novo Mundo– Localização – Proposta de Projeto e Implantação



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.7- CEU Carrão – Carolina Maria de Jesus

Localizado no distrito do Tatuapé, Zona Leste da Cidade de São Paulo, onde antigamente se situava apenas o Parque Municipal do Tatuapé (Sampaio Moreira) compreende área territorial de 87.202,00 m² e área construída resultante em 13.259,00 m², conforme SMDU (2016). Sua implantação no terreno acontece na tipologia linear onde os blocos educacional e cultural estão dispostos ao longo da Rua Monte Serrat, e o complexo esportivo paralelo a este bloco ao longo da Rua Apucarana. Ambas são as principais vias de acesso deste equipamento onde, na mesma quadra estão dispostos a Diretoria Regional de Ensino da Penha, Terminal de Ônibus, 3º Grupamento de Bombeiros Carrão e Acesso ao Metrô Carrão, conforme Figuras 101 e 102.

O Estudo Preliminar realizado pela SMDU com a SP Urbanismo e os Projetos Básico e Executivo pelo Consórcio Urbaniza / Tito Lívio (SMDU, 2016)

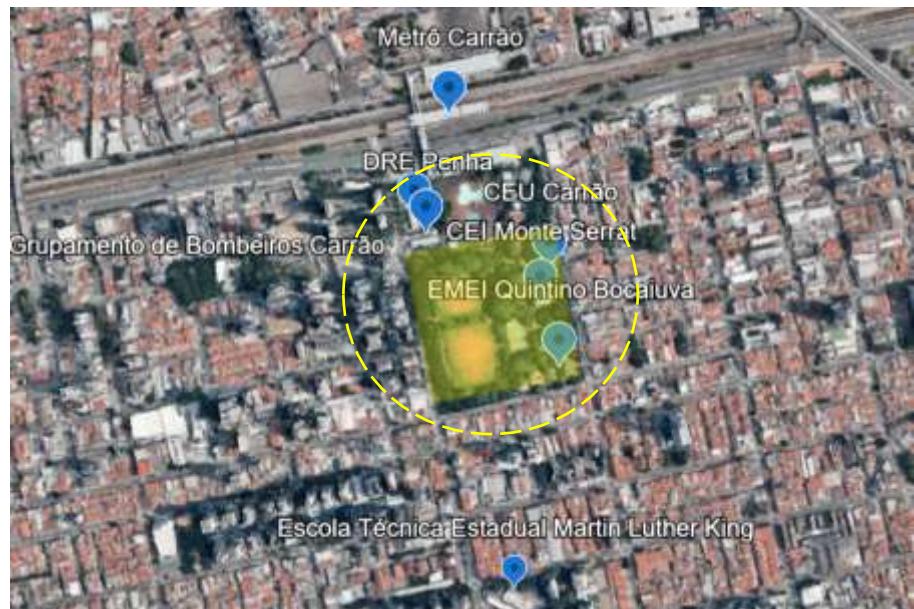
Conforme observado no local, Figuras 101 e Foto 07 do Mosaico 11 (Figura 103), a fruição foi projetada de forma a reestruturar paisagismo e caminhos internos à quadra do lote permitindo também a conexão visual com o entorno. Atualmente pedestres cruzam a grande praça arborizada interna ao equipamento realizando a conexão entre as Ruas Apucarana e Monte Serrat. Esta unidade atende as comunidades da Vila Azevedo, Vila Gomes Cardim e Vila Carrão. Além dos equipamentos públicos já citados que se encontram na mesma quadra do CEU Carrão, esta unidade também está próxima da Escola Técnica Estadual Mater Luther King, Faculdade Tecnológica Tatuapé- Victor Civita, Praças Dom José Justiniano Santana e Praça Ana Jarvis, Conforme Figuras 101 e 102.

Figura 100: CEU Carrão (arruamento interno)



Fonte: SME (2024)

Figura 101: CEU Carrão – equipamentos públicos - entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 102: CEU Carrão – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 103: Mosaico 11 – CEU Carrão– Localização – Proposta de Projeto e Implantação



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.8 - CEU Vila Alpina – Professora Virgínia Leone Bicudo

Localizado no distrito de Vila Prudente, Zona Leste da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 67.725,00 m² e área construída resultante em 12.124,00 m². Sua implantação no terreno acontece na tipologia vertical distribuída em 5 (cinco) pavimentos adicionados de bloco esportivo, conforme SMDU (2016). Com Estudo Preliminar realizado pela SMDU e pela SP Urbanismo e Projetos básico e executivo pela Makhohl Arquitetura, foi concebido a partir da reformulação do balneário, ginásio e paisagismo existentes no local antes de sua implantação (SMDU, 2016).

Uma passarela metálica realiza a conexão do pedestre pela parte superior do lote, onde estão localizadas as praças de convivência e cultura, até o hall de distribuição interna, possibilitando desta forma fruição entre o conjunto e seu entorno imediato mesmo com a implantação das grades de fechamento que não estavam previstas na concepção atual do projeto, conforme Figuras 104 e 105.

O equipamento atende as comunidades locais dos Bairros da Vila Prudente, Jardim Avelino. O acesso principal acontece pela Avenida Francisco Falconi e Rua João Pedro Lecór, atendido ainda pela Linha de ônibus 4031-10 Metrô Tamanduateí e Estação Oratório da linha 15 do Metrô, sendo contemplado ainda por ciclofaixas nas principais vias de acesso. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 1,5 km são a Escola Estadual Professor Américo de Moura, AMA e UBS Integrada Jardim Independência, Hospital Estadual Vila Alpina, CDC Parque Ecológico Vila Prudente, *Skate Park* – Praça Alcides Franco e Parque Ecológico Professora Lydia Natalizio Diogo, Figuras 106 e 107.

Figura 104:– CEU Vila Alpina



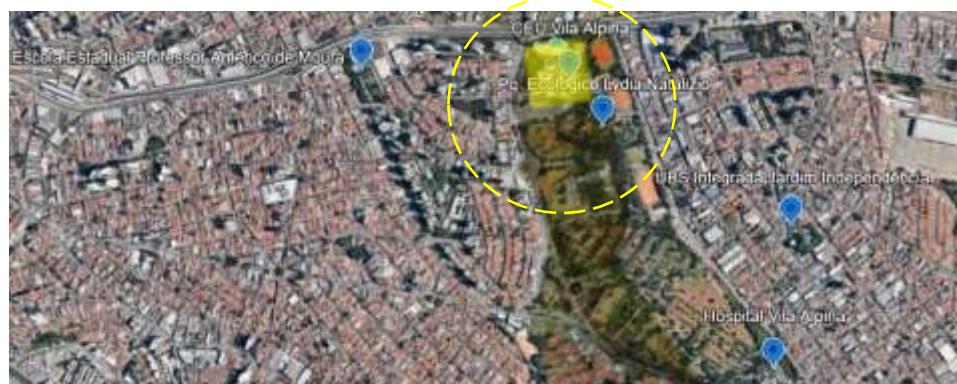
Fonte: SME (2024)

Figura 105:– CEU Vila Alpina – imagem projeto



Fonte: SMDU (2016)

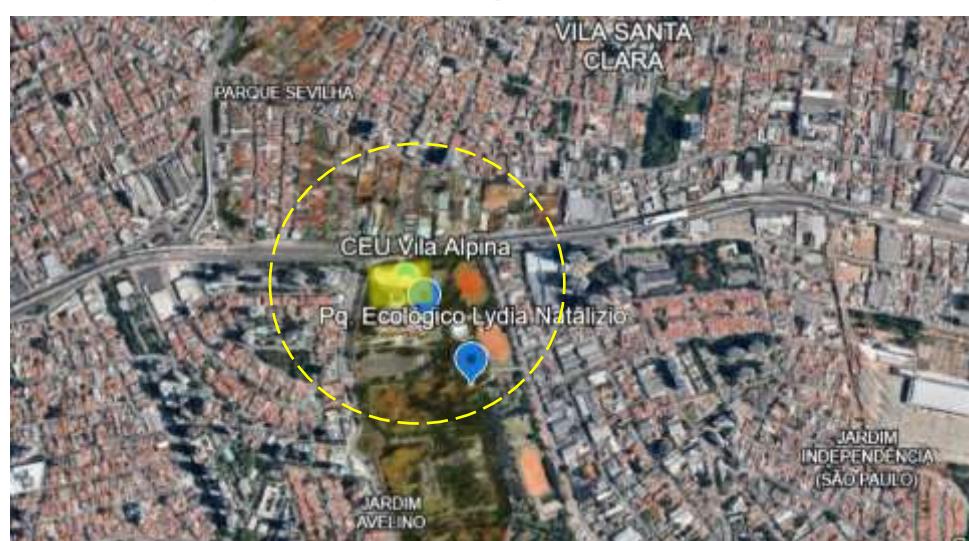
Figura 106:– CEU Vila Alpina – equipamentos públicos – entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 107:– CEU Vila Alpina – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 108:Mosaico 12 – CEU Vila Alpina– Localização – Proposta de Projeto e Implantação



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.9- CEU Parque do Carmo – João Cândido (Almirante Negro)

Localizado no distrito Parque do Carmo, no local do antigo Centro Educacional Esportivo Rumi de Ranieri, Zona Leste da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 19.394,00 m² e área construída resultante em 12.662,00 m², conforme SMDU (2016). Sua implantação no terreno acontece na tipologia paralela, de forma que os blocos educacionais e cultura, conectados por uma passarela metálica, estão alinhados ao eixo norte com as principais ruas de acesso. Os blocos de esportes se dividem em dois um ao sul e outro ao norte do terreno juntamente com o balneário e a Praça pública. O Estudo Preliminar foi realizado pela SMDU e pela SP Urbanismo e o Projeto básico e executivo pelo Consórcio SIAA HASAA (SMDU, 2016).

No projeto original, observa-se que a fruição entre as praças e o interior do lote acontecia de forma orgânica através do alargamento do passeio público em praças. Na implantação esta conexão entre o edifício e seu entorno acontece apenas de forma visual em virtude das grades de fechamento que foram instaladas em toda a extensão do lote, conforme Figuras 109 e 110 . Este equipamento atende aos moradores dos bairros Parque do Carmo, Cidade Líder, Jardim das Carmelitas e Joaquim Meira de Siqueira , sendo o acesso principal pelas Ruas Gaspar da Silva e Guerra de Aguiar. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 500 metros são a UBS Jardim Nossa Senhora do Carmo, EMEI Padre Nildo do Amaral Júnior, EMEF Professor Aurelio Arrobas Martins, Escola Estadual Jozinei de Pereira Gaudino e Parque Municipal Olavo Egydio Setúbal – Parque do Carmo, Figuras 111 e 112.

Figura 109:CEU Parque do Carmo – pátio interno atual



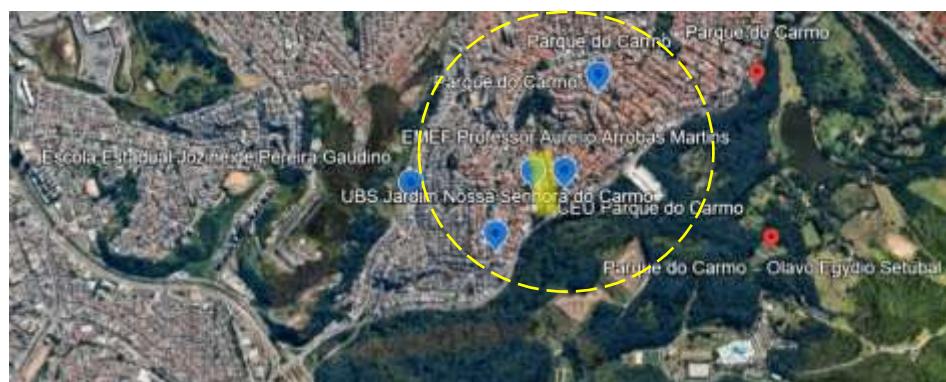
Fonte: arquivo pessoal da autora

Figura 110: CEU Pq. Do Carmo– projeto



Fonte: SMDU, 2016)

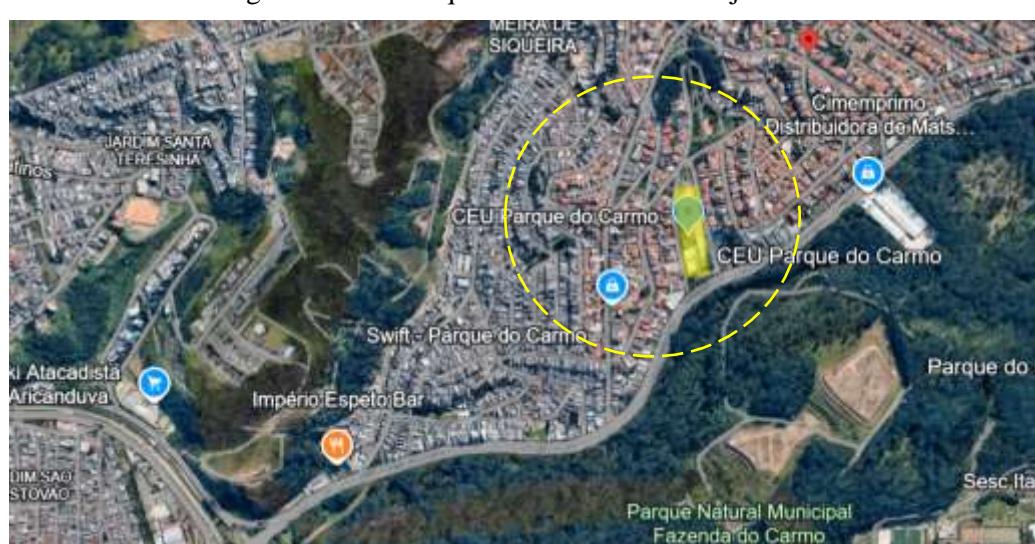
Figura 111:CEU Pq. Do Carmo– equipamentos públicos – entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

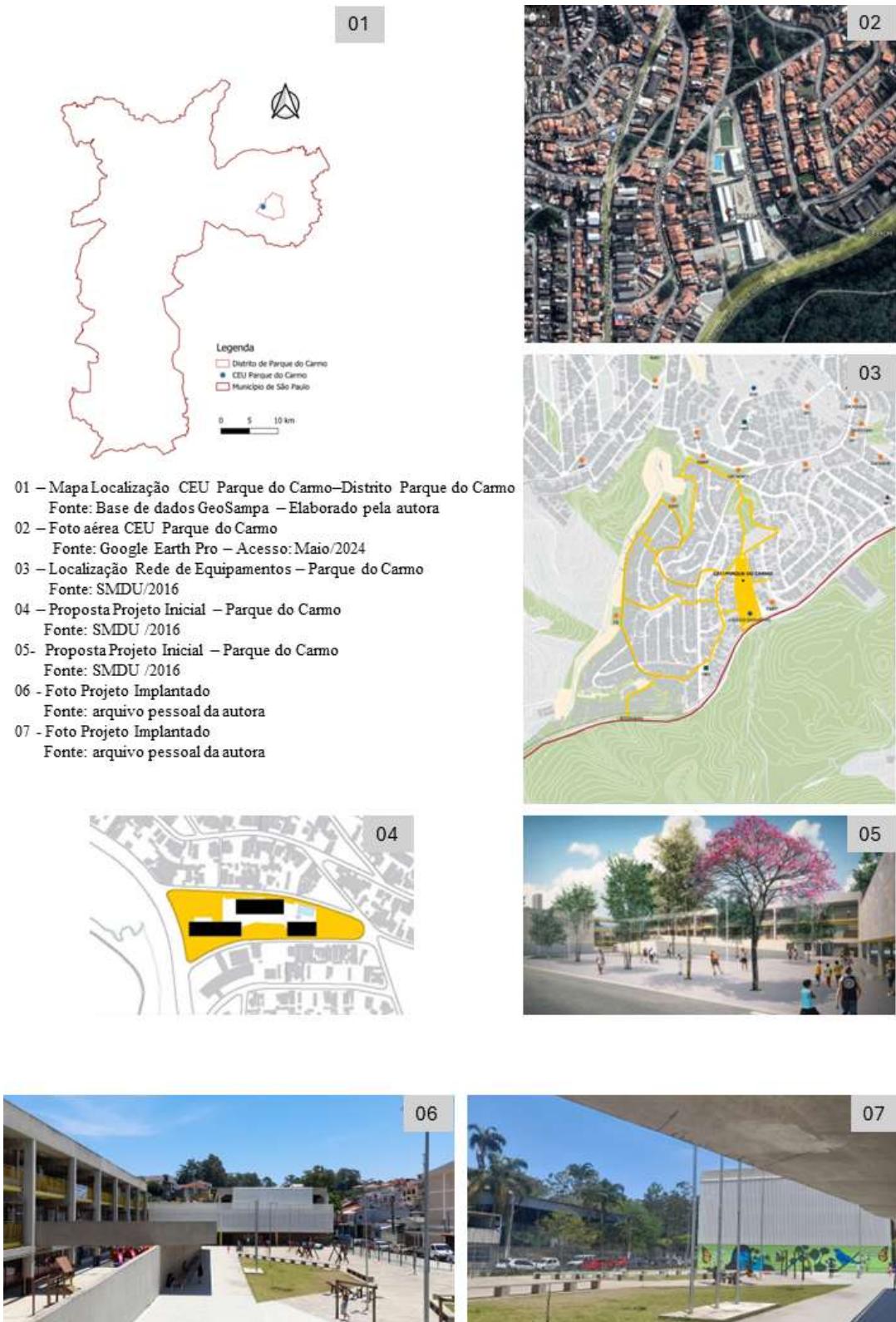
Figura 112:CEU Pq. Do Carmo– bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 113:Mosaico 13 – CEU Pq. Do Carmo– Localização – Proposta de Projeto e Implantação



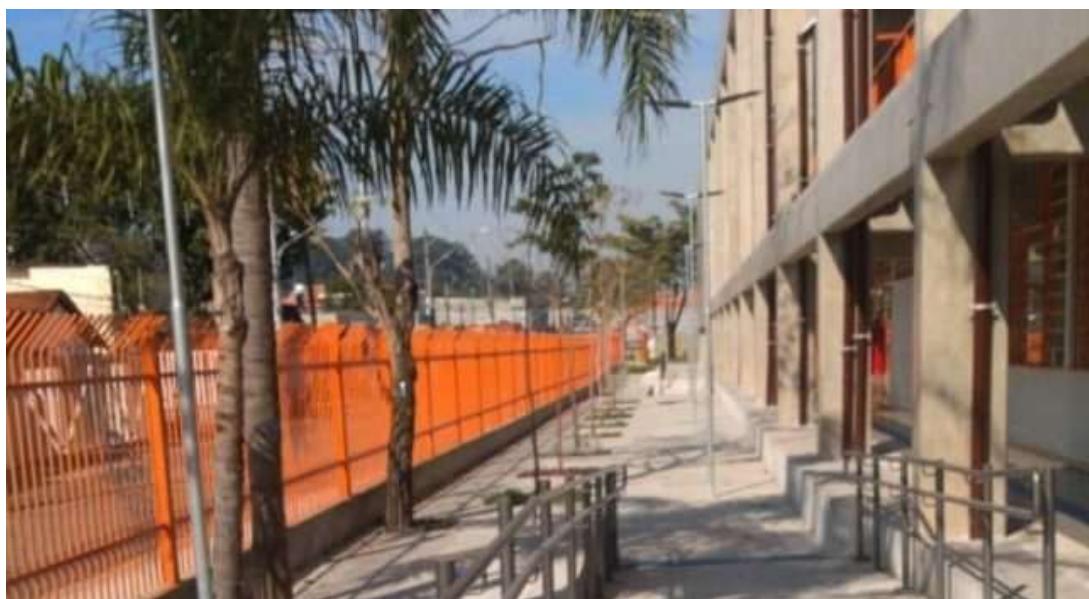
Fonte: vide legenda indicativa

3.1.10- CEU São Miguel – Luiz Melodia

Localizado no distrito de São Miguel, Zona Leste da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 12.725,00 m² e área construída resultante em 9.448,00 m². Sua implantação no terreno acontece linear adicionada de bloco esportivo, conforme SMDU (2016). O Estudo Preliminar realizado pela SMDU com a SP Urbanismo e o Projeto básico e executivo pelo Consórcio Conecta. Possui os blocos educacional e cultural alinhados próximos à divisa da Rua Sargento Luiz Baptista. Os blocos destinados à utilização da EMEI e EMEF foram implantados paralela e perpendicularmente aos blocos principais, conforme projeto original. O bloco esportivo e o Balneário se encontram ao norte da implantação (SMDU, 2016).

Observa-se que esta unidade de CEU foi uma das poucas na 3^a fase de implantação que seguiu o projeto original no que diz respeito aos blocos principais, já a fruição prevista na concepção do mesmo, fica prejudicada pela alocação das grades de fechamento em toda a extensão do lote, conforme Figuras 114, 115 e 118. Desta forma, a conexão com o entorno ocorre somente de forma visual. Atende principalmente os moradores dos bairros Baquirivu, Vila Rosaria, Vila Curuçá Velha e São Miguel Paulista. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 500 metros são o CRAS Vila Curuçá, UBS Cidade Nova São Miguel, CEI Jardim São Vicente, Escola Estadual Reverendo Tércio Moraes Pereira, Escola Estadual Ataulpho Alves e CEI Diret. Paulo Cesar Fontelles de Lima, Figuras 116 e 117.

Figura 114:CEU São Miguel



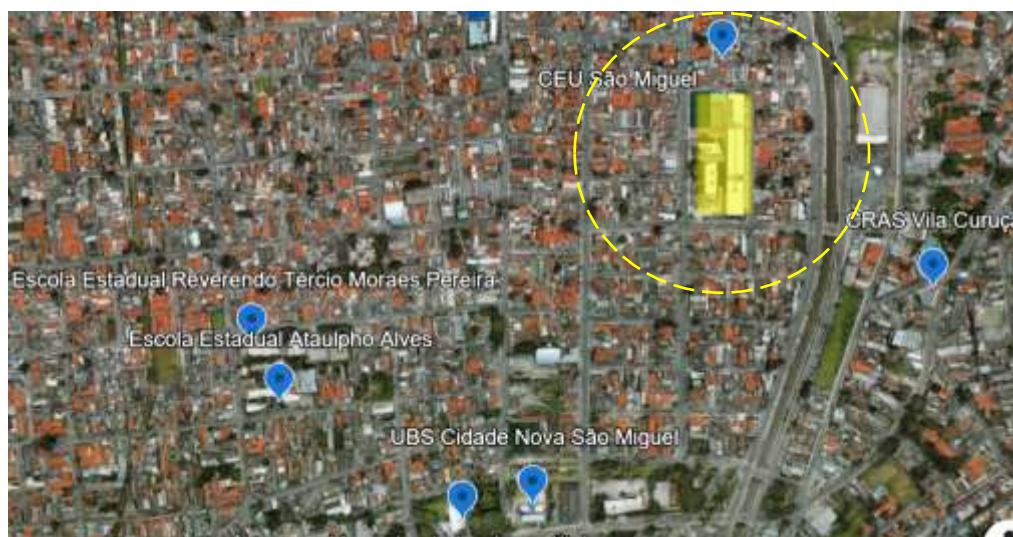
Fonte: SME (2024)

Figura 115:CEU São Miguel - projeto



Fonte: SMDU (2016)

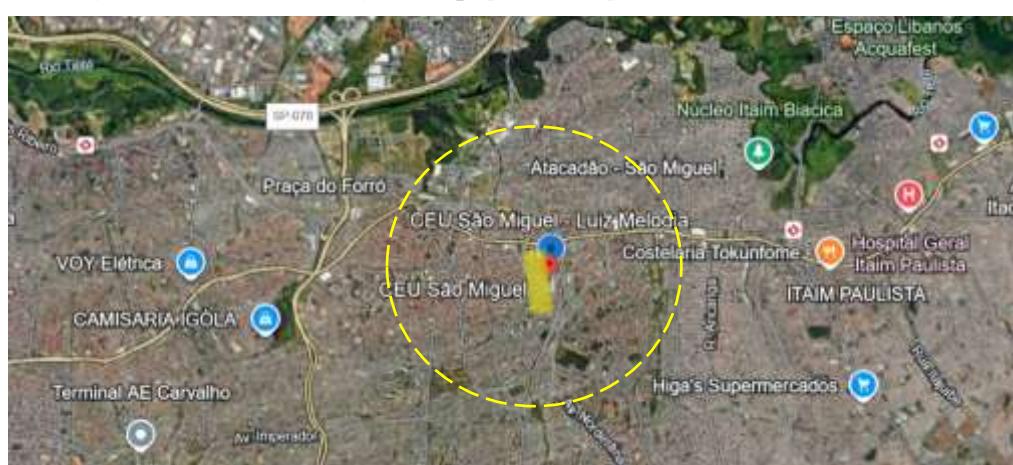
Figura 116:CEU São Miguel – equipamentos públicos do entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

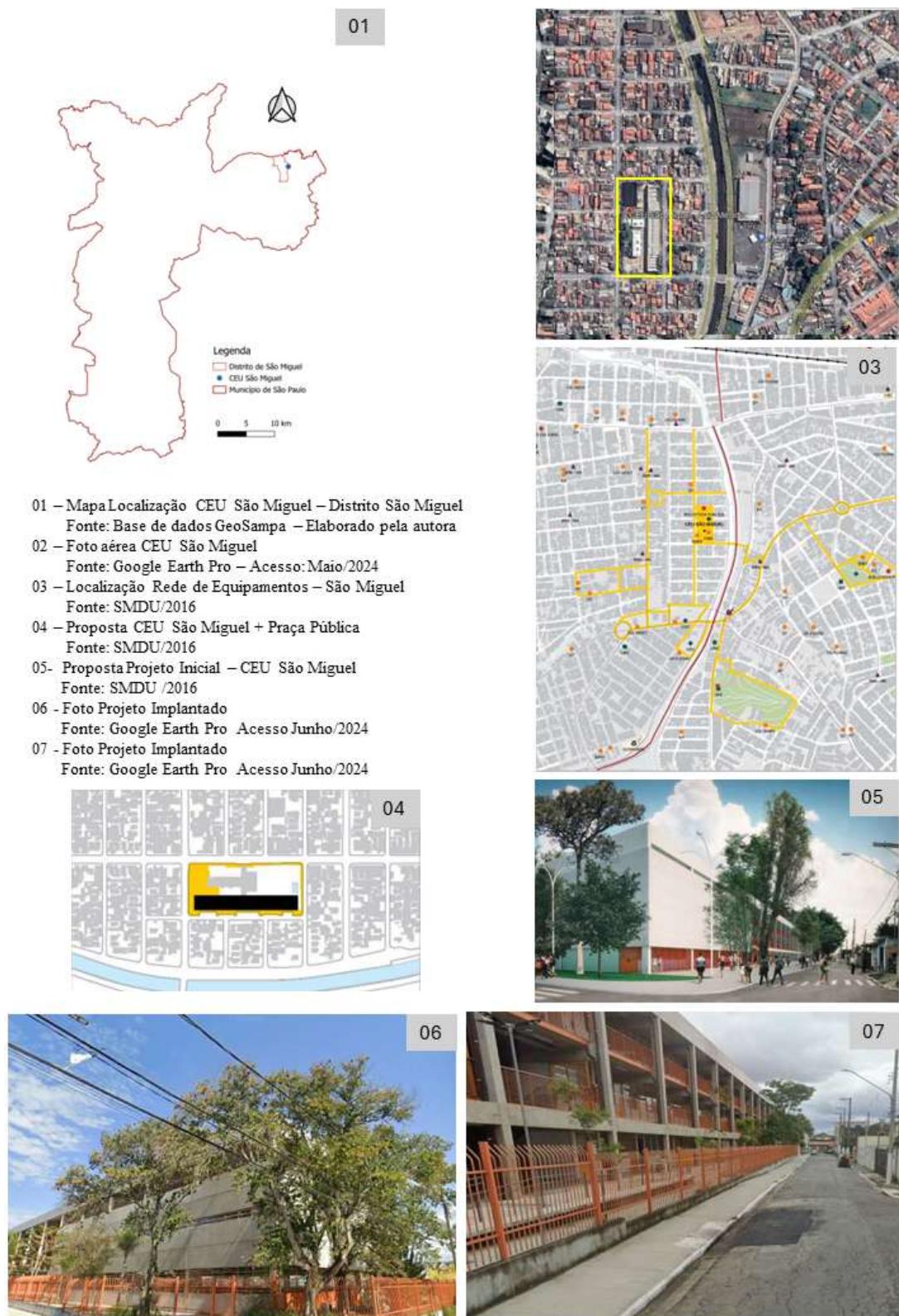
Figura 117:CEU São Miguel – equipamentos públicos – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 118: Mosaico 14 – CEU São Miguel– Localização – Proposta de Projeto e Implantação



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.11- CEU São Pedro – José Bonifácio – Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar)

Localizado no distrito José Bonifácio, Zona Leste da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 32.370,00 m² e área construída resultante em 13.651,00 m², conforme SMDU (2016). Sua implantação no terreno acontece na tipologia linear adicionada de bloco esportivo. O Estudo Preliminar realizado pela SMDU com a SP Urbanismo e Projeto básico pela Makhohl Arquitetura. Possui os blocos educacional e cultural perpendiculares ao eixo Norte/Sul, mais ao Norte do lote próximos ao bloco de esportes e bancário e às Praças Públicas. SMDU (2016).

Os blocos localizados a Sul, foram destinados à EMEF Benedito Calixto, EMEI Florinda Roberto Queiroz de Castro e UBS Jardim São Pedro – APS Santa Marcelina, respectivamente, conforme Figura 121.

Observa-se que procurou-se manter a fruição proposta no projeto original prejudicada pela implantação das grades e portões de fechamento. Ainda assim, mesmo com o desnível característico do terreno, é possível manter a conexão visual principalmente das praças e espaços de convivência durante toda extensão do lote, conforme Figuras 119, 120 e 123. O acesso principal se dá pelas Ruas Professora Lucila Cerqueira, Rua Silvianópolis, Rua Lincoln Junqueira e Rua Luís Medeiros da Silva, atendimento às comunidades dos Bairros Parque Central, Vila Muna e Jardim São Pedro. Além dos equipamentos públicos já citados, complementam esta unidade dentro de um raio de 1,5 km a Escola Técnica Estadual de Itaquera, EMEF Artur Neiva e CAPS Infanto Juvenil II – Itaquera, conforme Figuras 121 e 122.

Figura 119:CEU São Pedro



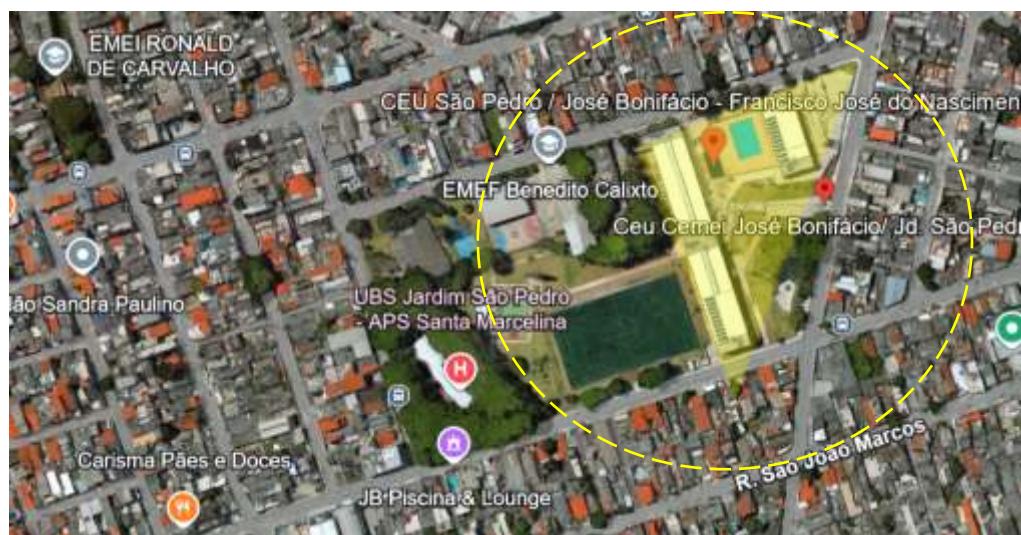
Fonte: SME (2024)

Figura 120:CEU São Pedro - projeto



Fonte: SMDU (2016)

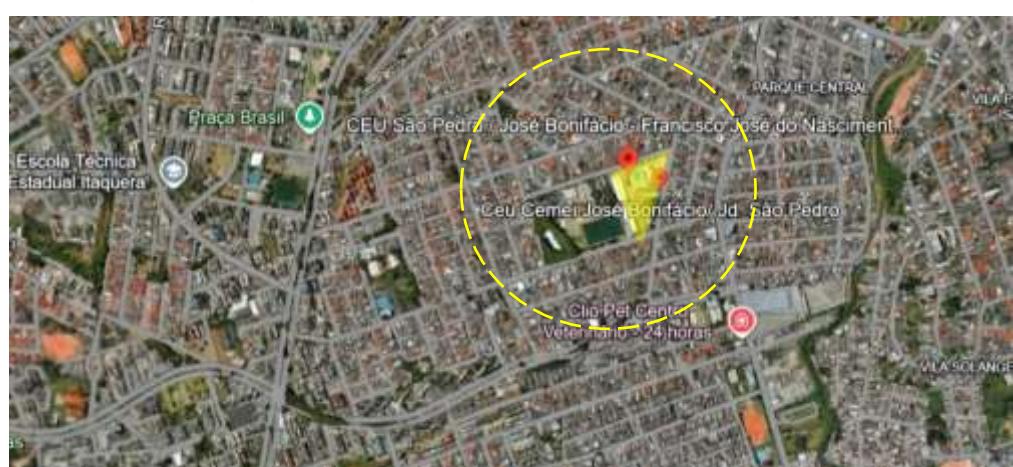
Figura 121:CEU São Pedro – equipamentos públicos - entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

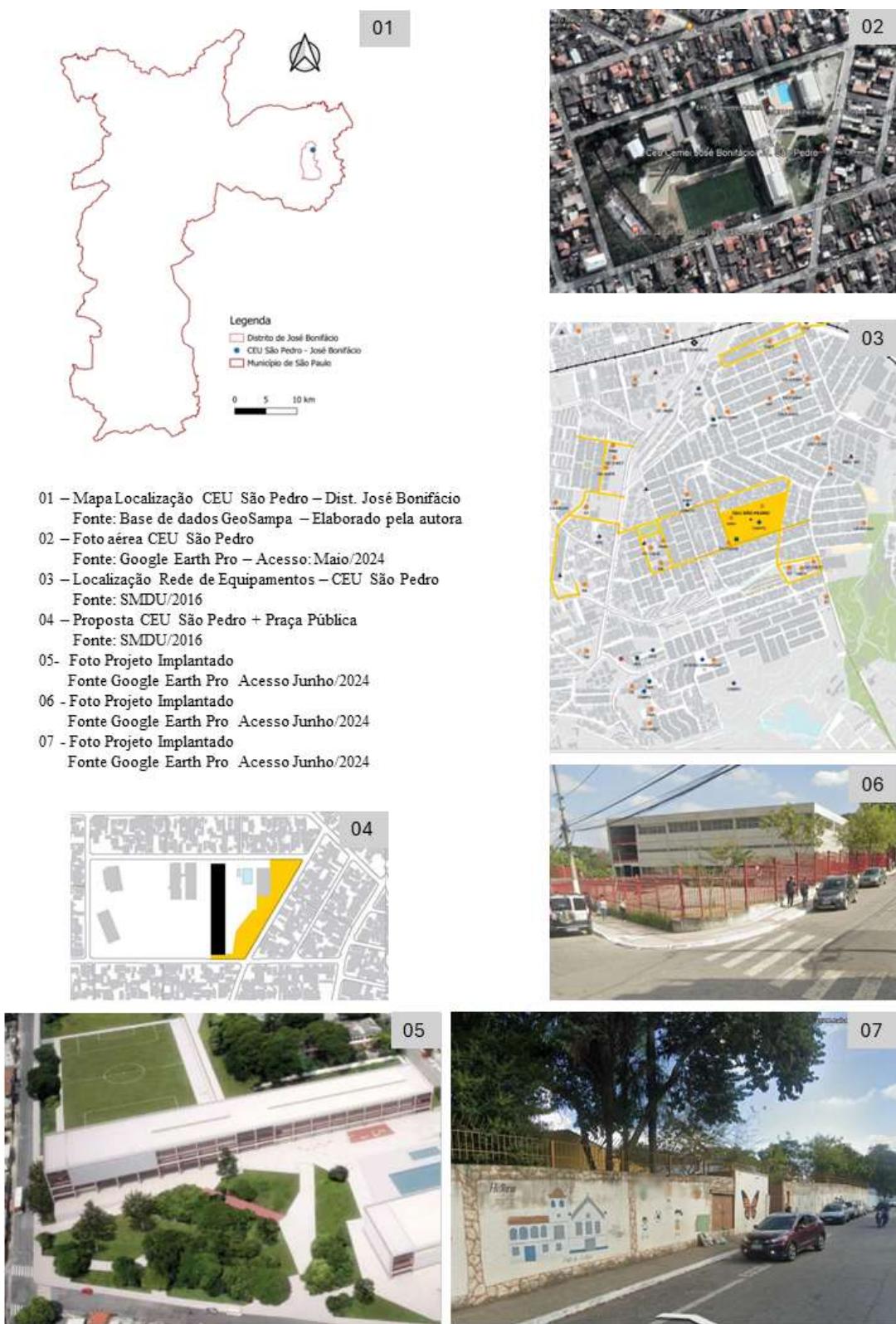
Figura 122:CEU São Pedro – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 123:Mosaico 15 – CEU São Pedro – Localização – Proposta de Projeto e Implantação Atual



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.12 – CEU Tiradentes– Barro Branco – Enedina Alves Marques

Localizado no distrito Cidade Tiradentes, no extremo leste da Cidade de São Paulo, compreende área territorial de 18.178,00 m² e área construída resultante em 11.636,00 m². Sua implantação no terreno acontece na vertical adicionada de bloco esportivo, conforme SMDU (2016). O Estudo Preliminar foi realizado pela SMDU com a SP Urbanismo e Projeto básico e executivo pela Svaizer & Gutierrez Engenharia (SMDU, 2016).

Devido à declividade do terreno, os blocos educacional, cultural e de uso múltiplo foram concebidos na parte mais baixa do lote, abrigando ainda no subsolo as atividades do CRAS que, mesmo integrado ao edifício foi projetado com entradas independentes. O estudo inicial previa total fruição entre as praças e áreas de convivência ao longo da quadra, porém na implantação do projeto atual esta conexão não aparece, em muitos momentos prejudicada pela construção de muros e grades de fechamento, conforme Figuras 124, 125 e 128. O equipamento atende as comunidades locais Conjunto Habitacional Barro Branco, Cidade Tiradentes. Os equipamentos públicos mais próximos da unidade dentro de um raio de 500 metros são a EMEI Profª Lucília de Andrade Ferreira, EMEI Prof. Raul Nemens, EMEF Professora Meire de Jesus Ribeiro, Escola Estadual Barro Branco II , CEI Diret. Madre Paulina e UBS Jardim Vitória, Figuras 126 e 127.

Figura 124: CEU Tiradentes – Barro Branco – foto atual



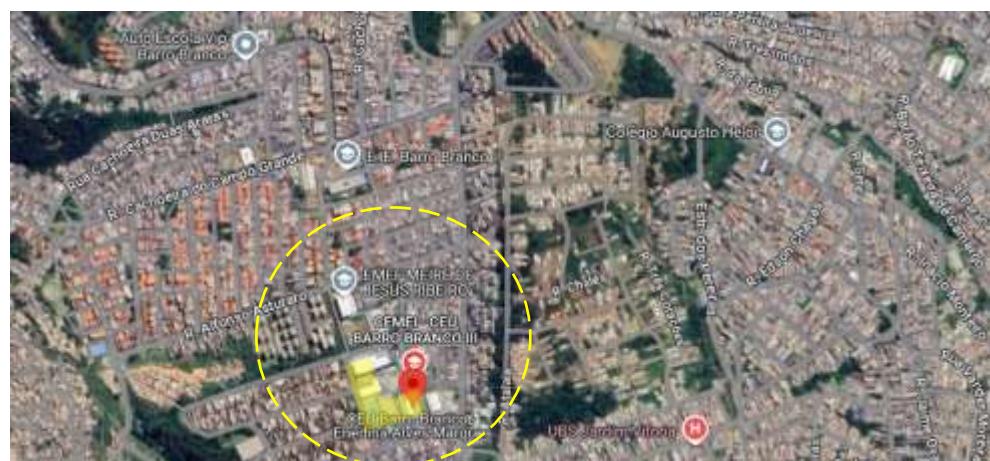
Fonte: SME (2024)

Figura 125: CEU Barro Branco - Tiradentes - projeto



Fonte: SMDU (2016)

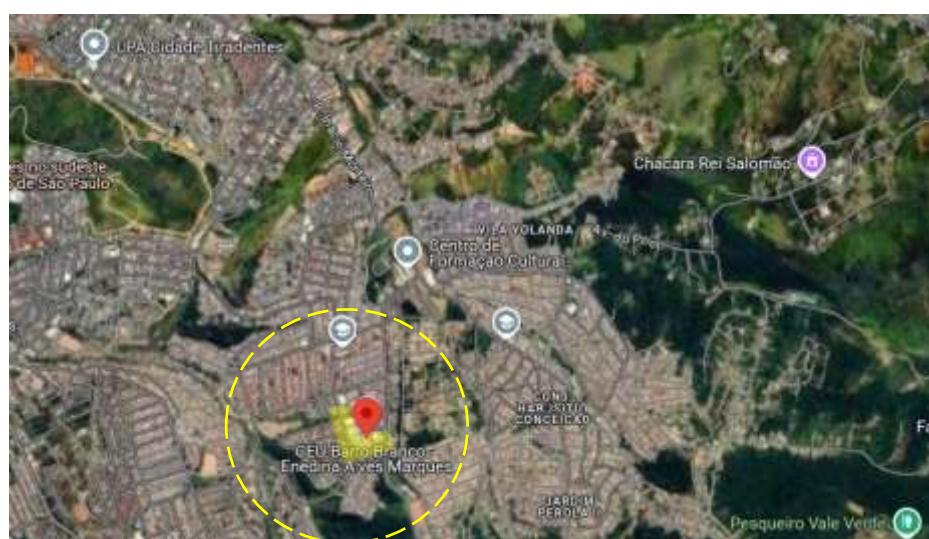
Figura 126: CEU Barro Branco – equipamentos públicos do entorno



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 127: CEU Barro Branco – bairros adjacentes



Fonte: Google Earth Pro

Acesso: jan 2025

Figura 128:Mosaico 16 – CEU Barro Branco – Localização – Proposta de Projeto e Implantação Atual



01 – Mapa Localização CEU Cidade Tiradentes – Dist. Tiradentes
Fonte: Base de dados GeoSampa – Elaborado pela autora

02 – Foto aérea CEU Tiradentes
Fonte: Google Earth Pro – Acesso: Maio/2024

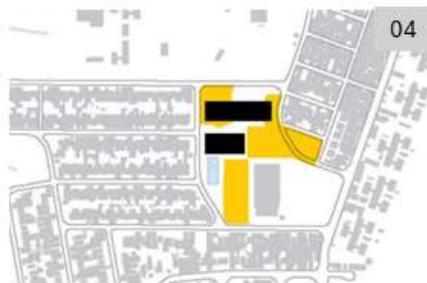
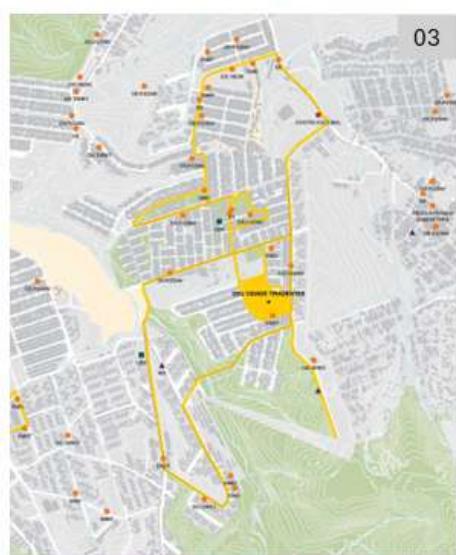
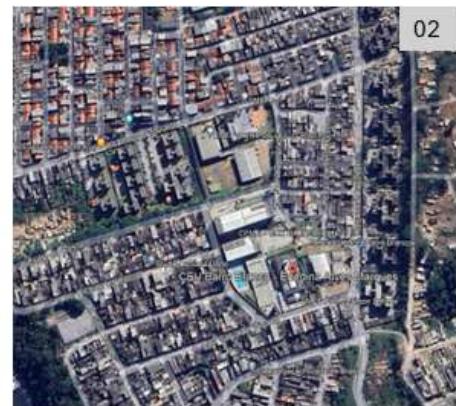
03 – Localização Rede de Equipamentos – Cidade Tiradentes
Fonte: SMDU/2016

04 – Proposta Projeto Inicial – Cidade Tiradentes
Fonte: SMDU /2016

05- Proposta Projeto Inicial – Cidade Tiradentes
Fonte: SMDU /2016

06 - Foto Projeto Implantado
Fonte: Google Earth Pro Acesso Junho/2024

07 - Foto Projeto Implantado
Fonte: Google Earth Pro Acesso Junho/2024



Fonte: vide legenda indicativa

3.1.13 – Unidades de CEU em fase de Projeto.

Das 21 (vinte e uma) unidades previstas para a terceira fase 16 (dezesseis) unidades teriam previsão para construção e 05 (cinco) encontravam-se em fase de estudo. Atualmente das unidades com previsão para implantação foram construídas apenas 12 (doze), as unidades não construídas foram: CEU Água Branca, CEU José de Anchieta, CEU Imperador, CEU Cidade Líder. Das unidades previstas em estudos houve finalização e construção da unidade de Heliópolis, na Zona Sul da Cidade de São Paulo.

Este capítulo buscou entender o cenário político e territorial pertencente ao período de implantação dessas novas unidades de CEU. Buscou-se ainda realizar análise descritiva, destacando tanto os aspectos físicos e territorial de cada uma, buscando ainda compreender alterações entre o projeto e a atual implantação dessas unidades.

Figura 129:Proposta para Futuras instalações do CEU Água Branca



Fonte: Secretaria de Gestão Urbana - São Paulo (2024)

A metodologia da presente pesquisa baseou-se na utilização de métodos quantitativos e qualitativos para coletar dados antes e após a implantação das unidades de CEUs pesquisadas. Observou-se também comparação temporal e espacial em diferentes intervalos de tempos e escalas de entorno devido ao período de implantação de cada unidade bem como do espaço físico ocupado por cada uma das indicadas no presente estudo.

Houve também análise comparativa projetos de referência de modelos específicos em

outros países citados anteriormente na presente pesquisa, para dessa forma buscar entendimento mais específicos da implantação das Unidades do CEUS em diferentes contextos urbanos e comunitários.

Foram realizadas interações com membros da equipe gestora da Unidade do CEU Novo Mundo, durante as visitas de campo, com objetivo de buscar melhor entendimento das realidades locais após a implantação e utilização dos equipamentos públicos objetos de estudo da presente pesquisa. Buscou-se entender, pela ótica da equipe gestora, as reais percepções sobre questões relacionadas ao entorno imediato, bem como os desafios e relações com segurança, qualidade de vida, podem contribuir para as ações promovidas no equipamento público. Para o caso do CEU Novo Mundo. A pesquisa também procurou entender as relações com os demais equipamentos públicos do entorno, como CEI e UBS, por este fazer parte do Projeto Território CEU.

Realizou-se ainda interações com membro da Prefeitura Municipal de São Paulo, participante da implantação dos CEUS da 3^a geração, com discussões e reflexões complementares sobre a implantação desses equipamentos na cidade. Durante a entrevista, foram discutidos diversos aspectos relacionados ao planejamento, execução e impacto desses centros inovadores no contexto urbano de São Paulo.

Para o caso da implantação dos CEUs, observa-se empiricamente uma melhora significativa na área envoltória nos lugares onde foram instalados, demonstrando que este equipamento urbano transcendeu suas reais funções enquanto edifício de educação e lazer para a qualificação do seu entorno.

Porém, é importante destacar que a percepção de melhora do entorno não está diretamente alinhada ao projeto proposto pela SMDU (2016). A estratégia de ação para a implantação das unidades previstas não foi executada conforme originalmente planejado. As alterações observadas no entorno ocorreram, em grande parte, devido a outros projetos urbanos em andamento, sob a coordenação de diferentes secretarias. Apenas em algumas unidades de CEU, como o CEU Novo Mundo, CEU do Carmo e CEU Carrão, foi possível identificar transformações significativas no entorno. Diante disso surgem importantes questionamentos: quais fatores seriam determinantes para promover uma transformação efetiva no entorno desses equipamentos? Quais dados ou fenômenos predominantes, analisados com os ajustes de escala territorial adequados a cada unidade, poderiam se constituir como força motriz para maximizar o potencial catalisador de transformação urbana intrínseco aos projetos de CEU, especialmente os da terceira geração?

Assim, as reflexões apresentadas neste ponto da pesquisa apontam para a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os fatores que de fato possam possibilitar, ou ainda auxiliar a transformação efetiva do entorno dos CEUs conforme as premissas de seu projeto.

CAPÍTULO – IV | ALÉM DO CEU – POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA AS NOVAS UNIDADES

No presente capítulo será apresentada uma investigação de possíveis caminhos para que as unidades de Centros Educacionais Unificados de fato possam ir além das premissas ancoradas nas demandas de Educação, partindo-se da hipótese que tais caminhos possam se concretizar por meio de intervenções coordenadas, ancoradas a outros projetos ou planos urbanísticos.

Em síntese, os resultados da pesquisa realizada até o presente momento apontam que, embora as unidades das duas primeiras gerações apresentem benefícios significativos para as populações em territórios vulneráveis, conforme abordado no capítulo II e discutido por autores como Mascarenhas (2005), Delijaicov (2017) e Souza (2010), o potencial de transformação urbanística dos equipamentos estudados não se estendeu ao entorno imediato, permanecendo restrita ao lote onde os equipamentos foram implantados.

Por outro lado, a terceira geração de CEUs incorporou a previsão de transformação do entorno, conforme apresentado no capítulo III e detalhado de forma abrangente por SMDU (2016), delineando um plano de ação voltado para a articulação entre equipamentos sociais, infraestrutura e espaços públicos. Propõe ainda um método e uma estratégia muito relevante de ação e incorporação das novas unidades. Porém, apesar de representar um avanço importantíssimo na trajetória das unidades de CEU, a transformação efetiva do entorno ocorreu de forma limitada apresentando-se apenas de forma pontual em algumas unidades, como nos casos do CEU Novo Mundo, CEU do Carmo e CEU Carrão.

Dessa forma, observa-se que esses achados, se alinham à literatura e pesquisas existente, contribuindo para aprofundar e expandir a discussão sobre o potencial desse importante equipamento social, também para o entorno, de forma auxiliar para alavancar de fato as propostas das unidades de terceira geração. A percepção é de que esses novos CEUs demandam um estímulo adicional para efetivamente alcançarem todo seu potencial catalizador de transformação urbana. Assim, observando diversas intervenções urbanísticas que ocorreram ao redor das unidades dos CEUs, de forma segregada, conforme apresentado nos capítulos II e III, através das imagens e fichas sínteses das unidades estudadas, levanta-se a hipótese de que intervenções urbanas coordenadas que abracem as unidades de CEUs em suas premissas,

ancorando-as a outros projetos urbanísticos, possam de fato concretizar a importante transformação do entorno dessas unidades.

Na cidade de São Paulo, existem atualmente duas intervenções que serão aqui destacadas por se alinharem à escala de implantação dos CEUs: Os Planos Regionais das Subprefeituras (PRSs) e os Planos de Intervenções Urbanas (PIUs). Ambos, instrumentos de planejamento urbano, ancorados ao Plano Diretor vigente. Busca-se dessa forma compreender a maneira de como os CEUs podem ser incorporados às políticas de desenvolvimento urbano vigentes, buscando examinar os desafios e as potencialidades associados à essas integrações com o intuito de contribuir para o debate sobre a efetividade de novas unidades como polos realmente catalisadores de mudanças territoriais e sociais ressaltando o importantíssimo papel do planejamento regional nesse processo.

4.1 – Planos Regionais das Subprefeituras

Gonçalves e Meyer (2017) apontam que os Planos Regionais das Subprefeituras são definidos no Plano Diretor e têm enfoque principal nos espaços públicos e na integração de políticas setoriais, sendo um instrumento do Planejamento Urbano. Apontam ainda sobre a natureza complementar às Leis de Zoneamento e às políticas setoriais como articulação essencial para a qualidade dos espaços públicos. Observam também a importância integração aos ciclos orçamentários e outros elementos dos Sistemas de Planejamentos das Subprefeituras.

Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (2016), a principal função dos Planos Regionais é a de detalhar as diretrizes do Plano Diretor Estratégico no âmbito territorial de cada subprefeitura, articulando as políticas setoriais e complementando as questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais. O Decreto Municipal nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, orienta a elaboração e aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras:

Art.1º Os Planos Regionais das Subprefeituras são instrumentos de planejamento integrante do Sistema Municipal de Planejamento Urbano, indicando propostas de transformação almejadas no horizonte temporal do Plano Diretor Estratégico, bem como procedimentos de articulação para ajustes, detalhamento e execução destas propostas.

Art.2º Os planos Regionais são compostos por diretrizes e propostas para cada Subprefeitura do Município, definidos a partir de análises de dados e indicadores sociais, econômicos, territoriais e ambientais, bem como de planos e ações setoriais, orientados pelas

finalidades e objetivos descritos na Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, especialmente em seus artigos 344 a 346.

§ 1º Os Planos Regionais das Subprefeituras foram elaborados em discussões entre munícipes, membros dos Conselhos Participativos, representantes das Subprefeituras e das Secretarias Municipais organizadas em forma de colegiado intersetorial e interdisciplinar, considerando, quando necessário, as articulações metropolitanas, municipais e macrorregionais, como base nas divisões macrorregionais adotadas no Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU. (São Paulo, 2016)¹⁴

A Gestão Urbana da Prefeitura de São Paulo detalha ainda que cada Subprefeitura possui um Plano Regional específico, composto de um quadro analítico contendo os dados gerais da região de contemplada, que compreende uma macrorregião composta de vários distritos, e o perímetro de ação para cada macrorregião.

Ao observar escala dos planos regionais, entende-se a busca pelo direito do munícipe de transitar pelas vias e ter acesso aos equipamentos públicos com segurança e dignidade. São eles: iluminação pública, acessibilidade, qualificação de calçadas, ciclovias e ciclofaixas; qualificação dos acessos às redes de transporte público; qualificação do mobiliário urbano (bancos paraciclos, lixeiras e sinalização); qualificação dos espaços de circulação compartilhada entre pedestres, bicicletas, carros, ônibus, com controle de velocidade. Figura 130.

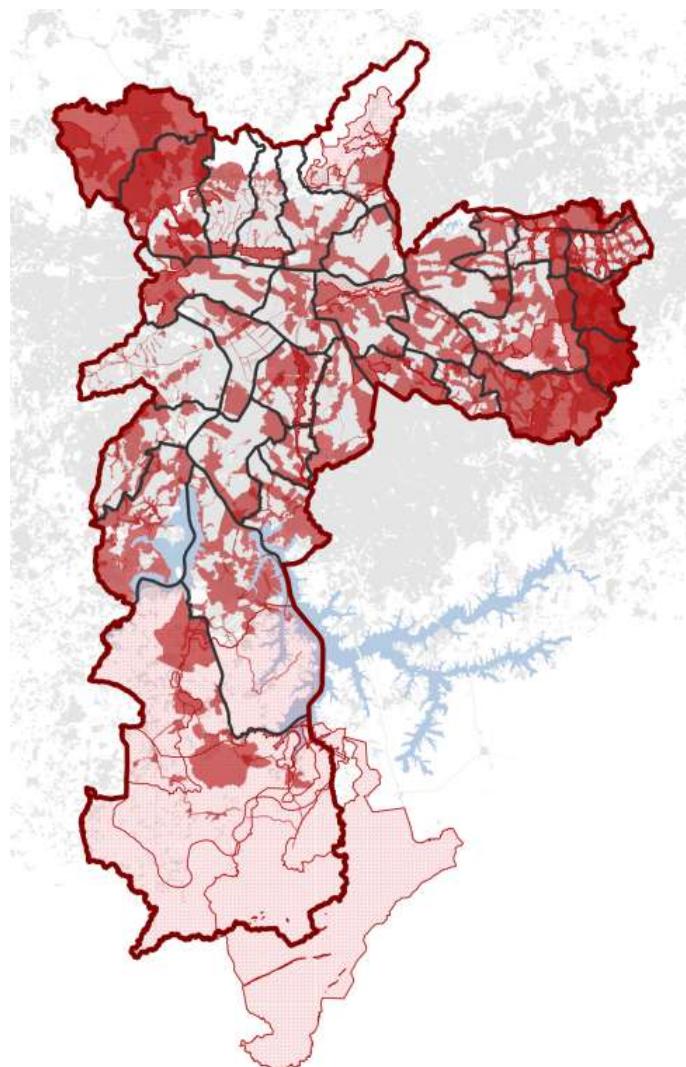
Figura 130: Escala de ação dos Planos Regionais das Subprefeituras de São Paulo



Fonte: SMLU - Gestão Urbana – 2025

¹⁴ Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) no ano de 2025. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/licenciamento/w/desenvolvimento_urbano/legislacao/planos_regionais/252052

Figura 131: Mapa da Divisão dos Planos Regionais das Subprefeituras de São Paulo



Fonte: SMLU 2016

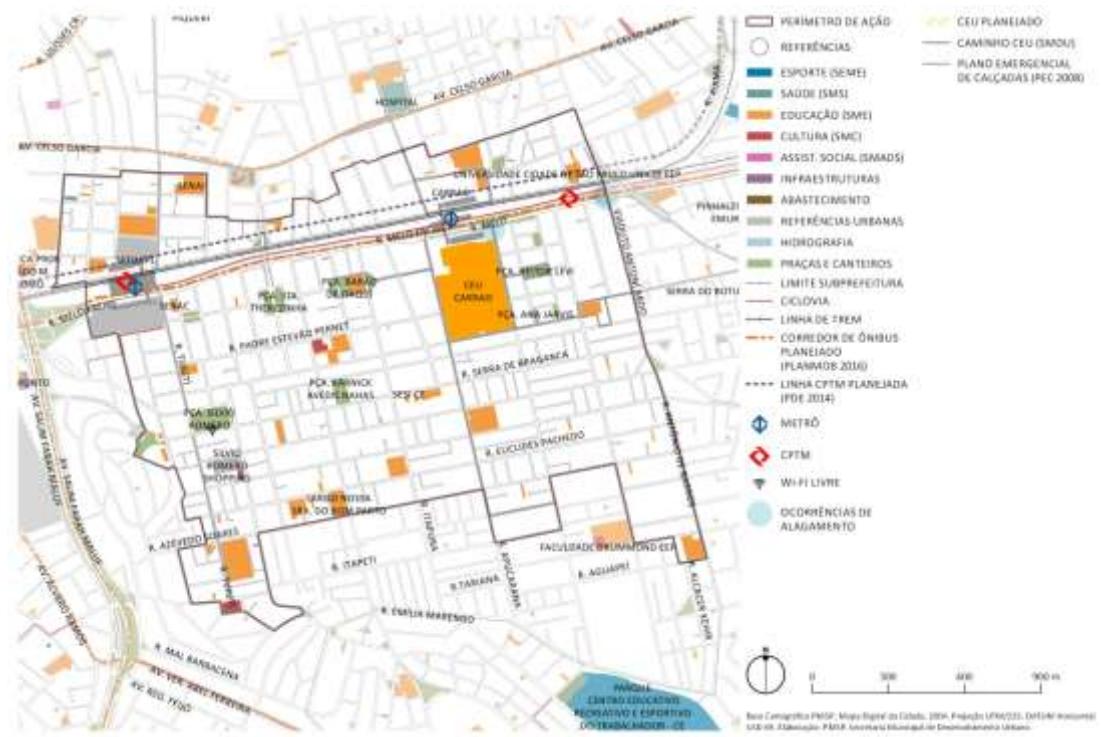
Atualmente, segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL (2024), a cidade de São Paulo é composta por 32 subprefeituras distribuídas em 13 macrorregiões da cidade. Os planos de ações previstos pelo Decreto Municipal nº 57.537 já contemplam em suas premissas a qualificação de diversos espaços livres públicos englobando inclusive algumas unidades de CEUs em seus planos de ações, bem como seu entorno. As diretrizes variam desde atendimento de demanda e conexão entre equipamentos públicos nas áreas da educação, saúde, lazer e segurança pública até qualificação de sistemas de mobilidade urbana e áreas verdes.

As diretrizes dos Planos regionais das Subprefeituras estão descritas no Cadernos de Propostas dos Planos Regionais de cada Subprefeitura. Essas propostas contêm descrição detalhada de cada subprefeitura, caracterização de acordo com os bairros que a compõem, bem como dos objetivos a serem alcançados com cada ação.

Para os estudos da presente pesquisa, destaca-se como exemplo exitoso de aplicação dos PRSPs, o Plano Regional da Subprefeitura da Mooca que abrange a unidade do CEU Carrão em seu perímetro de ação, como parte integrante dessa reestruturação. Conforme disposto no Caderno de Proposta dessa Subprefeitura, esse perímetro de ação já contemplava as instalações do Território CEU Carrão antes mesmo de sua completa instalação. Dentre os objetivos e diretrizes da proposta destacam-se os seguintes pontos para o recorte da presente pesquisa:

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao transporte público e aos vinculados às centralidades;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo – PLANMOB;
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para a Praça Silvo Romero, Praça Karnick Avedis Nahas, Largo Nossa Senhora do Bom Parto, Praça Barão de Itaqui, Praça Santa Terezinha, Praça Heitor Levi e Praça Afonso Albuquerque;
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a circulação de pedestres nos bairros;
- Potencializar o Território CEU Carrão como qualificador dos lugares públicos e articulador de um sistema de espaços livres e equipamentos públicos e privados. Destaque para as conexões com Estações e Terminais de transporte público;
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e que conectam equipamentos públicos. (Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras, 2016).

Figura 132: Perímetro de ação do Plano Regional Subprefeitura da Mooca abrangendo CEU Carrão



Fonte: SMDU (2016)

4.2 – Projeto de Intervenção Urbana - PIU

O Projeto de Intervenção Urbana (PIU) na cidade de São Paulo configura-se a partir do Plano Diretor Estratégico de 2014, Lei Municipal nº 16.050/14, como importante instrumento de ordenamento e reestruturação urbana e específica. Segundo a SP Urbanismo (2023), o PIU foi desenvolvido para ser aplicado em diferentes escalas territoriais do município ou regiões específicas. Pode ser elaborado a partir da manifestação de interesse da iniciativa privada e não só do poder públicos. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e a SP Urbanismo são os setores atualmente responsáveis pelos PIUs. A SP Urbanismo reforça ainda que, independentemente da forma em que se manifeste, o interesse, deve-se garantir a participação da sociedade civil em todo o processo.

Montandon (2022) realiza importante exame e contribuição significativa para a compreensão dos Projetos de Intervenções Urbanas (PIUs), destacando sua evolução regulatória, viabilidade econômica e flexibilidade territorial. A análise identifica ainda quatro tipos de projetos de intervenções urbanísticas dessa nova metodologia no período que compreendeu os anos de 2013 até 2016, fornecendo subsídios valiosos para o entendimento de

como os PIUs têm sido aplicados em diferentes contextos, com destaque para os territórios previstos no Plano Diretor Estratégico de 2014 e as zonas de ocupação especial. Esses achados reforçam a importância de aprofundar a análise dessa metodologia como instrumento para a promoção de intervenções urbanas mais eficientes e integradas.

Gueresi (2024), analisa os impactos imediatos acerca da governança e a participação social em um Projeto de Intervenção Urbana, focando em área de alta vulnerabilidade social, realizando dessa forma importante discussão sobre a importância da participação das comunidades nas discussões sobre projetos dessa esfera, bem como do arranjo e gestão desse importante instrumento.

Dentro dessa rede de Estruturação da Transformação Urbana, implantadas por meio dos PIUs, estão vinculadas as Áreas de Estruturação Local (AEL), onde, conforme disposto no artigo 149 da Lei Municipal nº 16.050/14, são destinadas à transformação urbana local mediante à integração das políticas setoriais descritas neste capítulo, conforme objetivos:

§1º São objetivos da Áreas de Estruturação Local:

I- qualificação integrada de desenvolvimento local, associando medidas de reestruturação fundiária e promoção de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais;

II- qualificação da oferta de Habitação de Interesse Social, promovendo regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários, considerando a necessidade de reassentamento de populações que residem em áreas de risco, de forma integrada às melhorias urbanas e ambientais;

III- integração do desenvolvimento urbano local com o Sistema de Transporte Coletivo, garantindo a acessibilidade pela previsão de novas conexões e transposições, considerando modos motorizados e não motorizados, com previsão de transporte vertical mecanizado, tais como teleféricos, funiculares, elevadores e escadas rolantes, quando couber;

IV- ampliação da oferta de equipamentos urbanos e sociais, articulando-os no território à rede existente;

V- qualificação e fortalecimento das centralidades locais por meio de sua articulação aos equipamentos urbanos e sociais, habitação, áreas verdes, saneamento e mobilidade local;

VI- adensamento qualificado de porções do território e, ao mesmo tempo o aumento de áreas livres e áreas verdes, com percurso para pedestres e área de lazer;

VII- mecanismos de gestão e participação articulados aos Conselhos Gestores de ZEIS e instâncias de representação vinculadas às SubPrefeituras. (São Paulo, 2014).

Esta lei especifica ainda que os PUIs das áreas de estruturação locais devem estar em consonância com planos regionais estratégicos, planos de bairro e planos setoriais das políticas

dos sistemas urbanos e ambientais. Ressalta ainda que a priorização dos projetos deverá considerar o grau de precariedade urbana e ambiental e de vulnerabilidade social.

Desta forma, observando-se as premissas do Projeto de Intervenção Urbana à luz do Decreto Municipal nº 56.901 de 29 de março de 2016, destaca-se no presente estudo, os elementos estruturadores que compõem o parágrafo 1º do referido decreto: Macroárea de Estruturação Metropolitana; Rede estrutural de transporte coletivo, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana; rede hídrica e ambiental e rede de estruturação local. O decreto institui ainda as tipologias dos territórios de abrangência dessa estruturação, bem como das demandas a serem vencidas com essas propostas.

Um exemplo exitoso de PIU que comprehende uma escala muito próxima com a das Unidades dos CEUs em São Paulo é o Plano de Intervenção Urbana (PIU) para os Terminais de Ônibus. Segundo a Gestão Urbana, atualmente encontra-se em fase de regulamentação (Gestão Urbana, 2025).

Cabe ressaltar que, conforme apontado pela prefeitura, as ações constantes nesses projetos, contemplam eixos diversificados como: Qualificação do Habitat, da Mobilidade e do Meio Ambiente.

O presente capítulo buscou explorar possíveis interações dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) e os instrumentos de planejamento urbano vigentes em São Paulo, com o objetivo de identificar caminhos para que essas unidades transcendam sua função original, exclusivamente educacional, e se tornem verdadeiramente catalisadores de transformação urbana e social.

A análise dos Planos Regionais das Subprefeitura (PRSs) e dos Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) revelou o grande potencial dessas políticas urbanísticas para integrar e potencializar as funções dos CEUs. Exemplos concretos, como a reestruturação do CEU Carrão no âmbito do PRS da Mooca, ilustram uma colaboração eficaz entre diferentes níveis de planejamento. A qualificação dos espaços públicos, a melhoria da mobilidade urbana, a ampliação das áreas verdes e o fortalecimento da acessibilidade são elementos que, quando articulados com a presença do CEU, não apenas aprimoram a infraestrutura local, mas também promovem uma verdadeira transformação na qualidade de vida das populações atendidas.

Ao observar o papel das Áreas de Estruturação Local (AELs) nos PIUs, é possível identificar o enorme potencial que a integração dos CEUs com projetos de reestruturação urbana oferece, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade social. A articulação entre esses projetos é fundamental para assegurar que a transformação urbana ocorra de maneira integrada, visando o desenvolvimento comunitário e urbano.

Porém é importante ressaltar que os desafios ainda persistem. Assim como bem observado por Guerisse (2023) ao explorar o caso do PIU Jurubatuba. A complexidade da gestão e a necessidade de integração entre os diversos atores envolvidos exigem uma articulação constante e uma participação ativa da sociedade civil. A efetividade dos CEUs como instrumentos de transformação dependerá da capacidade de combinar políticas públicas de educação com as de urbanização, infraestrutura e inclusão social, com uma visão integrada e de longo prazo.

Em conclusão, os CEUs têm um grande potencial para ir além de seu papel educacional, mas esse potencial só será plenamente realizado com uma colaboração eficaz entre os planos regionais, os projetos de intervenção urbana e as comunidades locais de cada território. Quando esses elementos se unirem de forma estratégica e coordenada, os CEUs poderão se consolidar como verdadeiros propulsores de mudança, capazes de gerar um impacto positivo e duradouro para as comunidades, os bairros e a cidade como um todo.

4.3 Observações sobre as unidades estudadas

Na análise das unidades estudadas, observou-se uma enorme lacuna entre o projetado e o executado, no que diz respeito aos aspectos territoriais. Essa diferença se faz presente nas três gerações de CEU. Porém, principalmente as unidades da terceira geração, onde houve implementação do Projeto Território CEU, foi possível identificar alguns fenômenos que se aproximaram do conceito original da praça de equipamentos públicos. Com base nesta referência buscou-se ainda entender quais seriam os elementos capazes de caracterizar transformação e qualificação do entorno à luz das premissas dos projetos de referências nacionais e internacionais, na cartilha para recenseadores elaborada pelo IBGE (2018) e diretrizes e metodologias “*Active Design: Shaping the Sidewalk Experience*”, Nova Iorque (2016) conforme disposto no capítulo 1.

Dessa forma ao analisar elementos, dispostos nessas diretrizes e que poderiam caracterizar qualificação do entorno (a exemplo: iluminação adequada das vias, acessibilidade, presença de ciclo faixa ou ciclovía e arborização das vias), o que se observou no entorno das unidades foi uma disparidade entre as propostas iniciais e a execução que de fato aconteceu, principalmente nas unidades da primeira e segunda geração.

Outra observação importante está na lacuna entre diferentes gestões, tanto na implantação das unidades quanto no que diz respeito à manutenção dos equipamentos, que

permeia por diferentes subprefeituras, administrações públicas e até parcerias públicos privadas.

Como exemplo dessas gestões compartilhadas pode-se citar o Instituto Bacarelli que atualmente administra 12 unidades de CEU, sendo elas: Artur Alvim, Barro Branco, Taipas, Freguesia do Ó, Vila Alpina, Pq.do Carmo, São Miguel, São Pedro, Pq. Novo Mundo, Pinheirinho, Tremembé e Taipas.

Nessas unidades se observa de forma empírica e baseada em dados, uma diferença muito significativa entre os CEUs da primeira geração que não estão assistidos por nenhuma instituição. Essas defasagens emergem no aspecto físico das edificações, na oferta de atividades para a comunidade e principalmente na qualidade do entorno.

Assim pode-se entender que a governança dessas unidades também pode influenciar para o sucesso das instalações além das questões físicas e territoriais.

Essa evidência fica ainda mais nítida nas falas dos gestores e membros da prefeitura, onde, durante as interações abordam questões sobre as dificuldades estabelecidas nas diferentes e compartilhadas gestões seja de implantação seja da manutenção do equipamento público.

Cabe ressaltar ainda que mesmo observando uma disparidade territorial na qualidade das vias do entorno essas equipes gestoras e usuários parecem não receber tal evidência como desconforto.

A correlação dos fatores apesentados até o momento apontam para um diálogo necessário entre prefeitura, parcerias, comunidade em favor desses territórios educativos cuja premissa se baseia na promoção de educação, cultura e lazer de forma gratuita e com qualidade, apoiando-se na equidade social e formação de cidadãos com múltiplas habilidades, capazes de contribuir para cidades mais inclusivas.

Analisando também o cruzamento das informações extraídas da análise documental, arquivos, mapas e índices, observa-se ainda a importância da implantação de equipamentos públicos conectados aos espaços educativos nas mais diversas formas, principalmente nas áreas com maiores índices de vulnerabilidade social.

De forma não menos importante, observa-se ainda necessária melhoria na organização e atualização constante de base de dados interligando propostas e ações possíveis de aplicações de desdobramento em pesquisas relacionadas também em outros locais e municípios.

Por fim, a análise realizada neste momento da pesquisa evidencia que a proposta inicial do CEU, concebida para desempenhar o papel da praça de equipamentos, articulando diversos

serviços sociais e impulsionando a qualidade do entorno, sempre esteve presente, especialmente nas unidades da terceira geração, que incorporam de maneira mais explícita e estruturada esse objetivo em suas diretrizes. No entanto, a demanda, originalmente vinculada à pasta de educação, mesmo contando com a participação de diversas outras secretarias, enfrentou inúmeros desafios ao longo da trajetória que inclui o projeto, a implantação e, posteriormente, a manutenção das unidades. A divergência entre as propostas iniciais e sua execução, já discutida em momentos anteriores, somada às dificuldades na governança – especialmente quando não há articulação com projetos maiores que envolvam prefeituras, subprefeituras, parcerias público-privadas e a comunidade – pode contribuir para a redução do potencial catalizador de transformação urbana do CEUs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o presente estudo teve como objetivo avaliar a hipótese de que os CEUs pudessem contribuir, ou serem polos catalizadores de transformação urbana, requalificando o entorno imediato dos territórios onde foram inseridos. Correlacionando os dados levantados com as discussões já realizadas por outros autores, como Souza (2010), Mascarenhas (2005) e Gadotti (2009), observa-se que nas duas primeiras gerações de implantação configuraram importantes benefícios para as comunidades dos territórios vulneráveis onde foram inseridas, porém, conforme abordado no capítulo II, as transformações significativas aconteceram restritamente ao lote desses equipamentos, deixando de fora o entorno imediato.

Em formato projetual mais abrangente, a terceira geração de CEUs ancorou em suas premissas a previsão de transformação do entorno, conforme discutido no capítulo III, planejando ação voltada principalmente para a articulação entre equipamentos sociais, infraestrutura e espaços públicos. Conforme metodologia apresentada por SMDU (2016), propõe detalhada abordagem especialmente relevante para a incorporação das novas unidades. Porém, apesar de representar um avanço importantíssimo na trajetória das unidades de CEU, a transformação efetiva do entorno ocorreu de forma limitada apresentando-se apenas de forma pontual em algumas unidades, como nos casos do CEU Novo Mundo, CEU do Carmo e CEU Carrão, assim como observação realizada no capítulo IV.

Ainda assim, a proposta de transformação do entorno permanece, em grande parte, no campo das intenções projetuais. Para concretizar uma transformação abrangente no entorno dos CEUs, torna-se essencial a adoção de planos urbanísticos e projetos estratégicos, como os

Projetos de Intervenção Urbana (PIU) e os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, ambos abordados no capítulo IV. Esses instrumentos devem orientar investimentos articulando intervenções que promovam mudanças estruturais, integradas e abrangentes nos territórios vulneráveis, complementando os esforços de urbanização integrada em áreas desfavorecidas.

Desta forma, essas articulações favorecem a qualidade urbanística no entorno dessas unidades, buscando então catalisar um conjunto de transformações urbanas que podem ser vitais para o sucesso no bom funcionamento dos equipamentos públicos.

Por fim, as análises e discussões que ultrapassem barreiras previamente estabelecidas, podem gerar contribuições significativas para políticas públicas voltadas à melhoria de territórios, bairros, distritos e cidades. Essas reflexões possibilitam a promoção do acesso universal a equipamentos sociais, culturais, esportivos, educativos e de serviços, ao mesmo tempo em que consideram projeções futuras para planos e diretrizes que favoreçam o crescimento e o desenvolvimento equitativo de diferentes regiões da cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1988). Abreviação na descrição bibliográfica (ABNT NBR 10522).
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1989). Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas (ABNT NBR 6032).
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2002). Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação (ABNT NBR 10520).
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2012). Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento escrito: Apresentação (ABNT NBR 6024).
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2018). Informação e documentação: Referências: Elaboração (ABNT NBR 6023, 2^a ed.). Rio de Janeiro.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003). NBR 6028: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003). NBR 6027: Informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2011). NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro.
- Brasil. (1979). Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.1654, 20 dez. 1979.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília.
- Brasil. (2001). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.
- Brelàz, G. de. (2017). A Lei Orgânica do Município e a Participação em São Paulo. *Cadernos Jurídicos*, 18 (46), 83–114.
- Caldana, V., de Souza, E., Vucovix Firmino, M., França, A., Del Nero Oliveira, M., & Borst, B. (2023). Reflexões sobre o Plano Diretor Estratégico (PDE): A cidade de São Paulo e seu processo participativo. *Revista Simetria Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo*, 1 (11), 82–98. <https://doi.org/10.61681/revistasimetria.v1i11.163>
- Capillé, C. (2017, November 23). Arquitetura como dispositivo político: Introdução ao projeto de Parques Bibliotecas em Medellín. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/884133/arquitetura-como-dispositivo-politico-introducao-ao-projeto-de-parques-biblioteca-em-medellin>

Cárdenas, A. L. (2006). Proyecto Urbano Integral en La Zona Nororiental de Medellín: Un modelo de transformación de ciudad. Disponível em: <https://www.edu.gov.co/images/publicacoes/proyecto-Urbano-Integral-en-la-zona-Nororiental-de-Medellin.pdf>

Carta das Cidades Educadoras. (1990). Carta das Cidades Educadoras. Barcelona: Ajuntamento de Barcelona. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>

Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE). (2024). Consulta territorial de indicadores sociodemográficos e econômicos 2024. Colômbia: DANE. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/>

Eboli, T. (1969). Uma experiência da Educação Integra. Disponível em: <https://arquivohistorico.inep.gov.br>

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. (2010). Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Disponível em: <http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php?selLoc=0&selTpLoc=2&prodCod=2>

Gadotti, M. (2005). A questão da educação formal/não-formal. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion: Institute International des Droits de l'Enfant (IDE).

Gadotti, M. (2008). Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

Gadotti, M. (2009). Educação com qualidade social: Projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

Gueresi, S. (2024). A matrioska de instrumentos urbanísticos nos projetos de intervenção urbana em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 26, e202419. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202419pt>

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. (4^a ed.). São Paulo: Atlas.

Gonçalves, F. M., & Meyer, L. F. V. (2017). Os planos regionais das subprefeituras de São Paulo. Anais do XVII ENANPUR. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/download/1922/1901>

Insper. (2020, August 19). Urbanismo social: Conexão Medellín, Recife e São Paulo. [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JoUNE-D0O7M>

Israel, H. (2020). Os Centros Educacionais Unificados da cidade de São Paulo (2004-2019): Cidade, edifício escolar e praça de equipamentos públicos. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo].

Kowaltowski, D. C. C. K. (2011). Arquitetura escolar: O projeto do ambiente de ensino. São Paulo: FAPESP.

- Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2013). A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, 9 (18).
- Mazzanti, G. (2008). Leon de Greif Library Park. ArchDaily. Disponível em: <https://www.archdaily.com/593/leon-de-grief-library-park-giancarlo-mazzanti>
- Mascarenhas, M. P. (2006). Os Centros Educacionais Unificados da cidade de São Paulo. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo].
- Meirelles, R. (Org.). (2015). Território do brincar: Diálogo com escolas. São Paulo: Instituto Alana.
- Montandon, D. T. (2022). Zoneamento e projetos urbanos: Estudo das matrizes do planejamento urbano em São Paulo. [Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo].
- Morandi, S., & Gil, I. C. (2002). Tecnologia e meio ambiente. São Paulo: CEETPS.
- Nações Unidas Brasil. (2015). Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Distrito Federal. Disponível em: <http://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda2030-para-o-desenvolvimento—sustentável>
- Pelicioni, M. C. F., & Philippi Jr., A. P. (Eds.). (2005). Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Núcleo de Informações em Saúde Ambiental da Universidade de São Paulo – NISSAM USP.
- Prefeitura de Medellín. (2024). Histórias e símbolos de Medellín que se devem conhecer. Disponível em: Historia y Símbolos de Medellín que debes conocer.
- Prefeitura do Município de São Paulo. (2013). Programa de Metas 2013-2016. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo.
- Prefeitura de Recife. (2022). Rede de Bibliotecas pela paz. Recife: Secretaria de Segurança Cidadã.
- Ribeiro, D. (1986). O livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch.
- São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. (2015). Território CEU: Rede de equipamentos e espaços públicos. São Paulo: SMDU.
- São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. (2016). Território CEU: Rede de equipamentos e espaços públicos. São Paulo: SMDU.
- São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Educação – SME. (2003-2025). Unidades de CEU. Disponível em: <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/unidades-ceus/#11/-23.5501/-46.6363>

São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal da Fazenda – SMF. (2003-2025). Prestação de contas públicas – Execução orçamentária. Disponível em: <https://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/execucao.php>

São Paulo (Município). Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016. Regulamenta os artigos 344 e 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 17 dez. 2016.

São Paulo (Município). Emenda à Lei Orgânica nº 30, de 26 de fevereiro de 2008. Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município de São Paulo, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do Programa de Metas pelo Poder Executivo. São Paulo: Câmara Municipal.

São Paulo (Município). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 1 ago. 2014, p.1.

São Paulo (Município). Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016. Dispõe sobre o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no município de São Paulo, em conformidade com o Plano Diretor Estratégico, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 23 mar. 2016, p.1.

Severino, A. J. (2007). Metodologia do trabalho científico. (23^a ed.). São Paulo: Cortez.

Souza, R. (2010). A educação social em espaços de experimentação pedagógica: As potencialidades dos CEUs. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16092010-135019/>

SPTrans. (2024). Linhas de ônibus. Recuperado de <https://www.sptrans.com.br>

Teixeira, A. (1928). Aspectos americanos de educação. Salvador: Tipografia de São Francisco.

Xavier, C. M. (2017). Escola Parque: Apontamentos sobre Anísio Teixeira e o ensino de Arte no Brasil. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].

Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: Planejamento e métodos. (2^a ed.). Porto Alegre: Bookman.